UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO

MARIA CLARA M. LIMA

Construção do noticiário de escândalo:
Uma análise de *soundbites* e enquadramentos
utilizados pelo Jornal Nacional

Salvador, Bahia
2011

MARIA CLARA M. LIMA

Construção do noticiário de escândalo:
Uma análise de *soundbites* e enquadramentos
utilizados pelo Jornal Nacional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Wildberger de Almeida

Salvador, Bahia
2011

Sistema de Bibliotecas da UFBA

Lima, Maria Clara M.
Construção do noticiário de escândalo : uma análise de soundbites e enquadramentos utilizados pelo Jornal Nacional / Maria Clara M. Lima. - 2011.
115 f. : il.

Inclui apêndice.
Orientador: Prof. Dr. Gilberto Wildberger de Almeida.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2011.

1. Jornal Nacional (Programa de televisão). 2. Telejornalismo - Brasil. 3. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. 4. Escândalos. I. Almeida, Gilberto Wildberger de. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação. III. Título.

CDD - 070.430981
CDU - 070.431(81)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO E CULTURAS CONTEMPORÂNEAS

ATOS DE EXAME COMPREENSIVO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

MESTRANDA: MARIA CLARA MIRANDA LIMA
TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: **"Construção do noticiário de escândalo: uma análise de soundbites e enquadramentos utilizados pelo Jornal Nacional"**
DATA DA DEFESA: 08 de junho de 2011.
EXAMINADORES:

Prof. Dr. Wilson da Silva Gomes (POSCOM/UFBA)
Prof. Dr. Sérgio Augusto Soares Mattos (UFRB)
Prof. Dr. Gilberto Wildberger Almeida (Orientador)

PARECER COMPREENSIVO

Depois de avaliarmos criteriosamente a dissertação intitulada: **""Construção do noticiário de escândalo: uma análise de soundbites e enquadramentos utilizados pelo Jornal Nacional"",** depositada no Curso de Mestrado deste Programa de Pós-Graduação, e a nós submetida para exame, e depois de realizados os ritos acadêmicos da defesa da dissertação, em que a mestranda apresentou sua pesquisa e respondeu às nossas observações críticas, nós, os examinadores, decidimos, em sessão privada, que a mestranda deve ser considerada aprovada no Exame Compreensivo de Dissertação, a que se submeteu em conformidade com os regulamentos deste Programa.

Wilson Gomes

Salvador, 08 de junho de 2011

FACOM – FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
Rua Barão de Geremoabo, s/nº – Campus de Ondina
CEP.: 40.170-290
Tel: (71) 3283.6192/93 e-mail: pos-com@ufba.br
Página: www.poscom.ufba.br

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Gilberto Wildberger de Almeida pela orientação e apoio;

Aos professores Othon Jambeiro e Wilson Gomes pelo conhecimento partilhado;

Aos colegas Jônathas Araújo e Danilo Azevedo por terem me ajudado a conseguir edições referentes aos casos Sarney e Renan Calheiros;

À Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) e à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), instituições que me ajudaram a conseguir as edições do Jornal Nacional;

Aos professores Luiz Gonzaga Motta e Liziane Guazina por terem me auxiliado na busca das edições do Jornal Nacional;

Aos colegas do grupo de pesquisa, em especial àqueles que acompanharam mais de perto o processo de produção do trabalho;

À minha mãe, família e amigos pelo cuidado e companheirismo;

Obrigada.

RESUMO

Com base nos estudos sobre escândalos políticos e midiáticos, este trabalho pretende analisar o modo como o Jornal Nacional apresentou os escândalos de Renan Calheiros, ocorrido em 2007, dos Cartões Corporativos, de 2008, e de José Sarney/ Senado, que aconteceu em 2009. Na análise foram considerados os enquadramentos utilizados pelo telejornal na apresentação de matérias e elementos da matéria, como sonoras e passagens, além da visibilidade conferida a atores políticos. Os *soundbites* também foram estudados e relacionados com os enquadramentos já identificados. Após a análise de 264 matérias do telejornal, constatou-se que a maioria dos agentes políticos que conseguiram uma cota de visibilidade ocupava um cargo institucional e que os enquadramentos de conflito e de jogo político tiveram um destaque considerável no noticiário de escândalo, preferencialmente utilizado nas divergências entre oposição e governo. Por fim, foi verificada também a construção de um noticiário de escândalo com características em comum com entre os casos estudados.

Palavras-chave: Jornal Nacional, escândalo, Senado, visibilidade, enquadramento, política.

ABSTRACT

Based on studies of media and political scandals, this study aims to examine how the Jornal Nacional showed the scandal Renan Calheiros, occurred in 2007, the Cartões Corporativos, 2008, and Sarney / Senado, which took place in 2009. In the analysis we considered the frameworks used by the presentation of television news stories and elements, and the visibility given to political actors. The soundbites were also studied and related to the frameworks already identified. After analysis of 264 television news reports, it was found that the majority of politicians who managed a share of visibility occupied an office building and that the institutional frameworks of conflict and political game had a considerable emphasis on the news of scandal, preferably used in differences between opposition and government. Finally, there was also the construction of a scandal with news of characteristics in common among the cases studied.

Keywords: Jornal Nacional, scandal, Senate, visibility, framing, policy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Formulação de problemas por meses.....62
(Caso Renan Calheiros)

Gráfico 2: Distribuição mensal dos enquadramentos (%) utilizados..... 63
(Caso Renan Calheiros)

Gráfico 3: Formulação de problemas por meses..... 73
(Caso dos Cartões Corporativos)

Gráfico 4: Distribuição mensal dos enquadramentos (%) utilizados..... 74
(Caso dos Cartões Corporativos)

Gráfico 5: Formulação de problemas por meses..... 82
(Caso José Sarney/Senado)

Gráfico 6: Distribuição mensal dos enquadramentos (%) utilizados..... 83
(Caso José Sarney/Senado)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação das sonoras e atores políticos no caso Renan Calheiros..... 64

Tabela 2: Relação das sonoras e atores políticos no caso dos Cartões Corporativos..... 75

Tabela 3: Relação das sonoras e atores políticos no caso José Sarney..... 84

Tabela 4: Porcentagem de matérias por formulação de problemas nos casos Renan Calheiros, Cartões Corporativos e José Sarney..... 90

Tabela 5: Porcentagem de formulação de problemas por tempo (em segundos) ocupado no noticiário nos casos Renan Calheiros, Cartões Corporativos e José Sarney..... 92

Tabela 6: Comparação dos enquadramentos dominantes utilizados nas matérias nos casos Renan Calheiros, Cartões Corporativos e José Sarney..... 92-93

Tabela 7: Comparação da média de sonoras (em segundos) por grupos de atores nos casos Renan Calheiros, Cartões Corporativos e José Sarney..... 94

Tabela 8: Comparação do total de sonoras por grupos de atores nos casos Renan Calheiros, Cartões Corporativos e José Sarney..... 94-95

Tabela 9: Comparação do total de soundbites por cargos nos casos Renan Calheiros, Cartões Corporativos e José Sarney..... 95-96

Tabela 10: Comparação do total de passagens por quadros por cargos nos casos Renan Calheiros, Cartões Corporativos e José Sarney..... 97

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 09

1. DEMOCRACIA, TRANSPARÊNCIA E ESCÂNDALOS.....16

1.1. Democracia e transparência de governo..... 16

1.2. Os escândalos políticos 19

1.3. A comunicação de massa.....21

1.4. Os escândalos midiáticos.....24

2. COMUNICAÇÃO, ENQUADRAMENTOS E *SOUNDBITES*..... 30

2.1. As narrativas e gramáticas da televisão..... 30

2.2. Os enquadramentos.....34

2.3. Os *soundbites*.....42

3. ESTRUTURANDO A PESQUISA EMPÍRICA..... 46

3.1. Sobre o corpus empírico..... 46

3.2. Sobre a metodologia..... 54

4. RESULTADOS E ANÁLISE DOS ESCÂNDALOS.....59

4.1. O caso Renan Calheiros.....59

4.2. O caso dos Cartões Corporativos.....70

4.3. O caso José Sarney.....80

4.4. A relação entre os três casos.....89

CONCLUSÃO..... 98

REFERÊNCIAS.....103

APÊNDICE 111

INTRODUÇÃO

É normal nos dias de hoje ligar a televisão e assistir a notícias sobre algum caso escandaloso. Afinal, de algum tempo para cá, os escândalos estão cada vez mais presentes na nossa vida. Não somente na dos brasileiros, vale ressaltar; esse é um fenômeno mundial. Não falamos exclusivamente dos escândalos políticos, aqueles que são objeto deste trabalho. Referimo-nos a todos os escândalos veiculados quase que diariamente pelos meios de comunicação. Os exemplos são muitos. Quem não se lembra do caso da menina Isabella Nardoni ou do caso Richthofen, ambos ocorridos no Brasil? E da menina inglesa Madeleine, sequestrada em Portugal? Logo à primeira vista, estes três casos apresentam algumas coisas em comum: além de escandalizarem a sociedade brasileira, eles foram veiculados incansavelmente pelos *media*. Não à toa, já que estes assuntos de abordagem escandalosa são um "prato cheio" para os meios de comunicação.

No que tange à relação entre os *media* e os escândalos, três questões merecem ser destacadas. Primeiro, há a questão da deontologia profissional do jornalismo. Essa deontologia foi formada com o surgimento do campo do jornalismo e fundamentada na ideia de servir ao interesse público (FERREIRA, 1999; GOMES, W., 2009; THOMPSON, 2002). Assim, a partir da divulgação dos fatos aos cidadãos, temos em pauta os ideais do interesse com a verdade e do "estar a serviço de democracia" (FERREIRA, 1999). Estes interesses, entretanto, não são unânimes entre os pesquisadores da área. Wilson Gomes (2009), por exemplo, traz uma linha de raciocínio que vai além da questão do interesse público e da ética do jornalismo. Segundo o autor, o princípio de servir ao interesse público, apesar de atender às demandas do discurso de autolegitimação do jornalismo, é difícil de aplicar à realidade. "O princípio (...) deve continuar valendo para aqueles aspectos do jornalismo voltados para o público-cidadão. Para todo o resto, há de ser possível identificar valores e princípios que orientem de forma adequada o julgamento moral sobre o agir do jornalista e sobre o jornalismo" (GOMES, W., 2009, p. 85-86). Ainda segundo Wilson Gomes, "o jornalismo se apresenta na cena contemporânea como a instituição por excelência num tipo de mediação preciosa entre o indivíduo e o mundo" (GOMES, W., 2009, p. 86). Os valores morais, entretanto, não devem esquecidos; pelo contrário, valores como a verdade e imparcialidade devem orientar a ética jornalística independente de o fato ser de interesse público ou não (GOMES, W., 2009).

"A evolução do campo de produção jornalística consiste num processo de autonomia em relação a outros campos sociais" (FERREIRA, 1999, p. 2). Essa autonomia, entretanto, não é absoluta, já que existe uma forte relação entre o campo do jornalismo e os demais campos. A segunda questão que merece ser considerada na relação entre os *media* e os escândalos se encontra justamente aí: neste caso específico, da relação entre o campo jornalístico com o econômico.

Sobre essa relação, Ferreira (1999) destaca algumas características: o "aspecto sedutor" da notícia em busca de um maior número de leitores e a unificação da informação. "Os jornais são levados a 'construir' realidades segundo a leitura que eles têm da relação de sedução com o público almejado. Logo, existe a dramatização na construção de toda informação ou notícia mediatizada" (FERREIRA, 1999, p. 3). Segundo o autor, o "fazer saber" é preterido pelo "fazer sentir" ou "fazer seduzir" com o intuito de angariar um número maior de leitores. O que se passa a buscar é a "excepcionalidade do cotidiano", o extraordinário, o espetacular (FERREIRA, 1999, p. 3). Entretanto, o que leva os jornais a buscarem a distinção diante dos idênticos, afirma o autor, é também o que os leva à unificação das informações: a concorrência. Ferreira (1999) aponta que as informações veiculadas pela televisão, por exemplo, tendem a aparecer também nos jornais impressos. "Tal dinâmica encontra-se num círculo de criação e de valoração do evento jornalístico pela lógica de reciclagem da informação no interior do campo, onde a televisão exerce, em geral, um efeito de forte dominação" (FERREIRA, 1999, p. 5).

Ainda no que diz respeito à relação com o campo econômico, é possível afirmar que há outro viés, a partir do entendimento que o campo do jornalismo está atrelado a um campo industrial, inserido no sistema da indústria da informação e do entretenimento (GOMES, W., 2004). Campos que inclusive apresentam capitais distintos: enquanto que o do jornalismo seria a própria autoridade jornalística, o campo industrial busca o lucro financeiro. "É razoável supor, então, que surge realmente uma indústria da informação apenas quando esta passa a vender a mercadoria 'atenção pública' ou 'audiência' aos anunciantes." (GOMES, W., 2004, p. 51). A lógica trabalhada a partir disso é simples: a credibilidade adquirida pelo telejornal se relaciona com sua audiência e, naturalmente, com a publicidade. "O jornal, por outro lado, precisa cativar a audiência que afiança ao anunciante possuir. (...) A credibilidade – que se conquista com isenção, honestidade, verdade, atualização, objetividade etc. – passa a ser uma das propriedades comerciais do

jornalismo" (GOMES, W., 2004, p. 51). Ou seja, além da busca pelo diferente, valores como isenção, honestidade e credibilidade passam a ser considerados.

Por fim, a terceira questão que merece ser destacada é o interesse da política em se espetacularizar. O campo político, assim como outros campos sociais, depende da visibilidade pública, esfera controlada pela indústria da informação e do entretenimento. Ou seja, as características midiáticas já citadas anteriormente e demandadas pela audiência se aplicariam também ao campo político. "A política-espetáculo é a política que emprega a sua presença na esfera de visibilidade pública como estratégia para a obtenção do apoio ou do consentimento dos cidadãos. A política-espetáculo é a política que se exibe, (...) impõe-se à percepção do cidadão" (GOMES, W., 2004, p. 403). Entretanto, o poder sempre se encenou; o problema é que agora o faz em uma esfera que não controla.

> Por que a política, então, se encena? A que necessidades essa encenação satisfaz? Podemos identificar na literatura antropológica duas formas básicas de responder a essas questões. Antes de tudo, temos a hipótese da legitimação cerimonial do poder político, segundo a qual o poder se encenaria cerimonialmente para estabelecer e reforçar vínculos coletivos, para partilhar um tecido simbólico comum, renovado em suas ritualizações oi liturgias. Depois teríamos a hipótese do controle teatral da informação política, segundo a qual toda a interação social, inclusive a política, teria como propósito regular a dirigir as impressões que causamos e controlar as impressões que emitimos e a representação de papeis seria uma forma de conseguir uma coisa ou outra (GOMES, 2004, p. 406).

Segundo o autor, a política já tinha certo *know-how* a respeito da encenação. "A política midiática ou de comunicação, portanto, não passa de novas habilidades, padrões de atividade, configuração de agentes, saberes, representações e valores da política *ad extra*[1] em nossos dias" (GOMES, 2004, p. 429).

O show é amplificado com a televisão. A questão da imagem e do fato de ter sua lógica pautada no entretenimento faz com que o veículo apresente as características necessárias para um noticiário exibido sob o viés da ficção e do espetáculo. Segundo Temer (2010), o uso de animações, ilustrações e gráficos, utilizados inclusive para reconstituições dos casos noticiados, são recursos praticamente ficcionais que atraem o público.

A televisão é um dos mais importantes veículos constituintes da esfera de visibilidade pública atual. "A dominação do campo jornalístico se exerce sobretudo através

[1] O autor sustenta que há dois sistemas de prática da política: a *ad intra* e a *ad extra*. O primeiro cumpriria funções internas e o segundo seria voltado para o exterior do campo político.

do monopólio dos instrumentos de difusão. A importância da existência social da produção de outros campos socais é diretamente proporcional a presença que eles efetuam nos meios de comunicação" (FERREIRA, 1999, p. 7-8). A visibilidade, entretanto, não é tão desejada quando negativa, "de forma que não há negociação no interior do jogo político que não considere o risco de exposição negativa que comporta" (GOMES, W., 2004, p. 119). O risco é acabar em escândalo.

Geralmente, grandes escândalos duram alguns meses, mas eles podem durar dias ou anos. A história contada pelos meios de comunicação tende a lembrar um caso de ficção, um enredo com começo meio e fim. Os assuntos abordados de forma escandalosa vão desde sua divulgação, seguidos pela reconstituição dos fatos, depoimento de envolvidos, andamento do caso e tudo mais que, de algum modo, "renda" alguma matéria. Por fim, a conclusão é apresentada. Entretanto, nem sempre este desfecho está de acordo com o esperado pelo público. Em um dos escândalos analisados neste trabalho, por exemplo, a sua conclusão foi de encontro com a aparente expectativa geral, inclusive da dos jornalistas que pediam a punição do principal envolvido. O caso em questão é o de José Sarney, ocorrido entre os meses de maio e agosto de 2009. Neste caso, foram descobertos centenas de atos secretos e esquemas de favorecimento e corrupção. Nele, o então presidente da Casa se manteve no cargo. Entretanto, queremos reforçar que a questão da visibilidade negativa associada a Sarney foi prejudicial, claro, mas quando falamos de punição nos referimos, neste caso, a medidas mais severas, como cassação de mandato, renúncia do cargo, entre outras.

No caso dos Cartões Corporativos, de 2008, outro escândalo analisado por este trabalho, o final também não foi como o esperado. Depois dos senadores e deputados abrirem a CPI dos Cartões Corporativos para investigar o caso, ninguém foi indiciado, nem pelos gastos indevidos com o cartão, nem pela produção do chamado "dossiê FHC", que movimentou no noticiário por mais alguns meses. Entretanto, aconteceram algumas mudanças por conta do escândalo que podem ser consideradas como corretivas, já que culpados foram punidos de algum modo e novas medidas foram adotadas. Vale destacar duas delas: em primeiro lugar, Matilde Ribeiro deixou o cargo de ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial após as denúncias (era ela quem tinha os gastos mais altos) e, em segundo, novas regras foram implantadas para o uso do cartão corporativo.

Em alguns casos também podemos citar aqueles em que o principal culpado sofreu uma punição mais incisiva. No terceiro escândalo analisado por este trabalho, o de Renan Calheiros, ocorrido em 2007, o então presidente do Senado pediu renúncia do cargo após correr o risco de cassação do mandato de senador devido às denúncias e irregularidades apontadas no decorrer do caso. O caso perdurou por quase oito meses no noticiário brasileiro.

Por fim, sobre as narrativas dos casos, elas focam nos atos escandalosos e apresentam um tom geralmente dramático. Alguns dispositivos são utilizados para reforçar essa posição, como o uso de enquadramentos ou interpretações feitas pelo próprio repórter nas passagens (onde ele aparece) ou no texto da matéria (coberto por imagens). Os enquadramentos são a seleção, a construção e o destaque a alguns aspectos da realidade. A escolha das sonoras, ou as falas diretas dos atores (políticos, neste caso), também revela o ângulo preferido pelo repórter e tende a reforçar o enquadramento dominante da matéria. Porto (2007) destaca esse papel.

> Para identificar enquadramentos interpretativos no conteúdo da televisão, alguns passos básicos podem ser adotados. No caso dos telejornais, estes enquadramentos geralmente são apresentados por fontes que são entrevistadas (as chamadas "sonoras"), pois as normas da objetividade e da imparcialidade tendem a impedir que jornalistas apresentem interpretações explícitas sobre os temas que eles ou elas cobrem (PORTO, 2007, p. 126).

Sobre as sonoras, mas em outra linha de pesquisa, Hallin (1994) fez um importante estudo sobre os *soundbites*[2]. O autor verificou o encolhimento da média de *soundbites* dos atores políticos no noticiário televisivo de campanha política entre os anos de 1968 e 1988. Entre os fatores apontados pelo autor para esse encurtamento, está o aumento da mediação do jornalismo, ou seja, o tempo do jornalista em tela aumentou. A partir da análise dos *soundbites* é possível fazer um estudo sobre a cota que cada ator político tem no noticiário e investigar de que modo isso ocorre.

Tendo por base os estudos de *soundbites* e enquadramentos, este trabalho analisou três escândalos políticos ocorridos durante os anos de 2007, 2008 e 2009 e veiculados pelo Jornal Nacional. Dois deles aconteceram no Senado Federal (Renan Calheiros e Sarney) e um envolveu ministros do Governo (Cartões Corporativos). Os escândalos ocorridos na

---

[2] O *soundbite* conforme será explicado com mais profundidade no segundo capítulo desta dissertação se refere ao tempo de duração das sonoras. Segundo Wilson Gomes (2009), o *soundbite* também faz referência a uma "frase de efeito no interior de uma narrativa" (GOMES, W., 2009, p. 195).

esfera legislativa apresentam semelhanças como o fato de ambos serem centrados em personalidades e o também dos principais "alvos" serem presidentes do Senado quando o escândalo foi divulgado. O escândalo dos Cartões Corporativos, por sua vez, tem mais de um envolvido e ocorreu na esfera do poder Executivo.

Hipóteses e questões de pesquisa:

Com base em estudos de *soundbites* e enquadramentos foram formuladas a seguinte hipótese (H) e questões de pesquisa (QP):

(H) Há uma relação direta entre os enquadramentos utilizados nas sonoras da cobertura de escândalo e os *soundbites*.

As questões de pesquisa que orientam o trabalho abordam dois traços do noticiário.

(a) Em relação à presença do ator político nas reportagens:

(QP1) Quem aparece mais no noticiário e quem fala por mais tempo em cada escândalo?

(QP2) Qual a relação entre a orientação política e partidária do ator político com os enquadramentos das sonoras em cada escândalo?

E (b) em relação às matérias produzidas pelo repórter e sua aparição na notícia:

(QP3) Como são enquadrados os escândalos políticos?

(QP4) Foi constatada alguma semelhança na distribuição dos enquadramentos das matérias e da formulação dos problemas nos três escândalos?

(QP5) Qual a relação da duração das matérias com o enquadramento dominante e com a formulação do problema nos três escândalos?

(QP6) Qual a relação do enquadramento das passagens com sua duração e com sua frequência no noticiário nos três escândalos?

Estrutura da dissertação

A dissertação é formada por quatro capítulos, além da introdução, conclusão, referências e apêndice. Os capítulos foram organizados da seguinte maneira:

Os dois primeiros são de fundamentação teórica. No capítulo um, são apresentados e discutidos valores democráticos, comunicação de massa e escândalos e construção de escândalos, além da relação entre política e comunicação. O capítulo dois, por sua vez,

apresenta e desenvolve conceitos importantes para o trabalho, que nortearam a produção da pesquisa: os *soundbites* e os enquadramentos. Também são discutidas as narrativas e gramáticas televisivas.

O capítulo três é constituído pela metodologia utilizada na análise, com a apresentação dos enquadramentos e formulação de problemas das matérias, além do método para análise dos *soundbites*. As justificativas sobre as escolhas realizadas sobre a metodologia também são apresentadas, além claro da justificativa do *corpus* de análise. No total, foram considerados nove enquadramentos: factuais, conflito, jogo político, impunidade, moralidade, responsabilidade, substanciais, interesse humano e frustração política. Durante a análise prévia de um dos escândalos, a maioria destes enquadramentos foi identificada. Entretanto, os enquadramentos de frustração política e interesse humano não foram identificados, sendo excluídos das análises posteriores. Para medir a questão da visibilidade dos atores políticos e os *soundbites*, utilizou-se uma tabela básica onde se distinguiu tempo de fala de cada entrevistado e jornalistas (âncora ou repórter). As matérias foram decupadas e o tempo de duração de cada fala foi separado e analisado. Além de estabelecer relações com os enquadramentos das matérias, pretende-se também quantificar a porção de visibilidade conferida a cada ator político através das sonoras e a parcela de fala que os jornalistas têm. Por fim, as matérias foram transcritas juntamente com os textos, tornando possível a identificação de quem fala, por quanto tempo, em que circunstância e o que fala. Para cada fala foi atribuído um enquadramento, sem desconsiderar a matéria por completo. A decisão de enquadrar as falas individuais teve por base pesquisas sobre o tema. Sabemos ainda que raras são as matérias que apresentam um único enquadramento (PORTO, 2007; IYENGAR, 1994; CAPPELLA, JAMIESON, 1997; CHONG, DRUCKMAN, 2007).

O capítulo quatro, por sua vez, traz a análise dos três escândalos detalhadamente e apresenta e analisa os resultados. Por fim, na conclusão, as respostas e encontradas ao longo desta pesquisa foram apresentadas, assim como temas de interesse para futuras pesquisas na área.

1. DEMOCRACIA, ESCÂNDALOS E COMUNICAÇÃO

1.1. Democracia e transparência de governo

Idealmente, a democracia foi pensada como uma forma de governo que se contrapunha à monarquia, onde os cidadãos são os "governantes" por direito. De modo que um dos princípios que rege a forma de governo democrático é o da igualdade perante a lei, que prevê igualdade política entre os cidadãos (HELD, 1987). Entretanto, o pensamento liberal democrático previu muitas ações das quais não conseguiu "dar conta" ou o que Bobbio (2006) denomina "promessas não-cumpridas". O autor em questão aponta no capítulo "O futuro da democracia" seis das quais considera importantes. São elas: a sociedade individualista, a proibição do mandato vinculado, a eliminação das oligarquias, a democratização da sociedade, a derrota do poder invisível e a educação do cidadão[3].

O que nos tange neste trabalho é justamente a quinta promessa não-cumprida apontada por Bobbio, a derrota do poder invisível ou do "segredo" na gestão da coisa pública. Aqui, o autor trabalha com a noção de "duplo estado", no qual o Estado visível coexiste com outro invisível. Para o autor, a existência deste Estado invisível vai de encontro com as próprias premissas do ideal democrático, que prevê o máximo controle do Estado por parte do cidadão. Este controle seria favorecido através da visibilidade pública. Afinal, não devemos esquecer que, antes de tudo, o ideal democrático prevê a visibilidade pública através da publicidade nas ações e transparência do governo e esfera política. Assim, o cidadão pertencente a um Estado democrático pode fiscalizar as ações do representante eleito para governar.

> (...) o caráter público do poder, entendido como não-secreto, como aberto ao "público", permaneceu como um dos critérios fundamentais para distinguir o Estado constitucional do Estado absoluto e, assim, para assinalar o nascimento ou renascimento do poder público em público (BOBBIO, 2006, p. 101).

Sobre a transparência das ações e assuntos de interesse público, para Mill, "a publicidade, por exemplo, não impede o mal nem estimula o bem se o público não prestar atenção ao que se faz; mas, sem publicidade, como tal público poderia verificar ou incentivar o que não lhe permitam ver?" (MILL, 2006, p. 38). Para Wilson Gomes, a visibilidade pública é fundamental para a estruturação da democracia moderna. Desde a

[3] VER: BOBBIO (2006).

época de ouro dos atenienses, este conceito acompanha a idéia de democracia. "Sob a liderança de Péricles, estruturam a idéia de governo democrático em consonância com a existência de espaços de discussão abertos, onde se poderiam processar deliberações à luz do dia" (GOMES, W., 2008, p. 152). Segundo o autor, à época da reinvenção da democracia moderna, a ideia de visibilidade pública e publicidade da decisão política foi firmada como troca pública de razões públicas ou como uma forma de evitar que o governante "caia em tentação" de tornar próprio o que, por natureza, é público. Assim, "de um jeito ou de outro a visibilidade é a pedra angular da estruturação da democracia moderna" (GOMES, W., 2008, p. 152).

No que nos diz respeito, a existência de um Estado invisível favorece o ato de corrupção na administração pública. Sem fiscalização, os atores podem simplesmente "cair em tentação", ou seja, corromper-se e serem corrompidos com mais facilidade. Em 2000, um estudo realizado pela Fundação Konrad-Adenauer analisou os custos da corrupção. Logo na apresentação do trabalho, a justificativa se dá:

> A corrupção é o maior obstáculo para o desenvolvimento. Ela aprofunda o fosso entre ricos e pobres, enquanto elites vorazes saqueiam o orçamento público. Causa distorções na concorrência, ao obrigar empresas a desviar importâncias cada vez maiores para obter novos contratos. Solapa a democracia, a confiança no Estado, a legitimidade dos governos, a moral pública. A experiência demonstra: a corrupção pode debilitar toda uma sociedade (FUNDAÇÃO KONRAD-ADENAUER, 2000, p. 7).

De acordo com Silva (1996), a corrupção normalmente é entendida "um ato ilegal, no qual dois agentes, um corrupto e um corruptor, travam uma relação 'fora-da-lei', envolvendo a obtenção de propinas" (SILVA, M., 1996, p. 3). Já o senso comum a relaciona com o poder, os políticos e as elites econômicas. Entretanto, também considera "a corrupção algo frequente entre servidores públicos (...) que usam o 'pequeno poder' que possuem para extorquir renda daqueles que teoricamente corromperam a lei – ultrapassando o sinal vermelho ou não pagando impostos" (SILVA, M., 1996, p. 3). Em suma, entre os muitos sentidos que podem ser atribuídos à corrupção, o autor encontra algo em comum em todas: "ela envolve a interação entre pelo menos dois indivíduos ou grupos de indivíduos que corrompem ou são corrompidos, e essa relação implica uma transferência de renda que se dá fora das regras do jogo econômico ou político-legal *stricto sensu*" (SILVA, M., 1996, p. 3).

No caso brasileiro, segundo Ribeiro (2004), a corrupção é favorecida pelas próprias características políticas do país, onde é comum ocorrerem trocas de verbas públicas e privadas por apoio legislativo ou eleitoral. Estas práticas foram, por sua vez, apadrinhadas com a redução da capacidade do executivo "de viabilizar coalizões que lhe assegurassem uma consistente base de apoio, incrementando (...) a prática da troca de benefícios materiais por apoio político na Casa Legislativa" (RIBEIRO, 2004, p.44).

Como um bom exemplo, podemos citar o escândalo do Mensalão, ocorrido em 2005, que, nas palavras de Miguel e Coutinho (2007), foi provavelmente a crise "mais estrondosa da história da República". O Mensalão foi um esquema de pagamento de "mesadas" com dinheiro público desviado aos parlamentares para que estes votassem a favor do governo federal. A primeira denúncia que acarretou no escândalo do Mensalão partiu da revista Veja, sobre outro esquema de corrupção, onde o funcionário dos Correios Maurício Marinho negociava pagamento de propina com empresários que queriam participar de licitações. Na fita onde foi gravada toda a negociação, Marinho dizia ter o apoio do ex-deputado federal e presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Jefferson. Jefferson concedeu, pouco tempo depois, uma entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, onde revelou outro esquema de corrupção, este sim, o Mensalão, que envolvia funcionários do governo, parlamentares e desvio de verbas públicas. O termo foi também cunhado por ele. Como podemos perceber, as denúncias ganharam repercussão nacional justamente por conta da divulgação dos meios de comunicação de massa. Além do mais, partiram de dois importantes veículos de comunicação brasileiros: a revista e o jornal de maior circulação no país.

Independente do ganho financeiro, o que mais nos interessa sobre a questão da corrupção é justamente o ato de se corromper ou ser corrompido. É aquilo de fazer algo "por debaixo dos panos", fora da norma e da regra. Essa transgressão, quando tornada pública, pode desencadear um processo escandaloso. Esse ato infrator pode pertencer unicamente à esfera particular, por exemplo. Ou seja, pode ser algo pessoal, que não se relacione com os afazeres públicos do envolvido em questão. Entretanto, esse não é geralmente o caso dos acontecimentos brasileiros. Nos três escândalos analisados neste

estudo (‘Renan Calheiros’, ‘Cartões Corporativos’ e ‘José Sarney’) as infrações cometidas, assim como o mensalão, diziam respeito à coisa pública[4].

1.2. Os escândalos políticos

Desde os localizados casos familiares aos midiáticos, os escândalos não são novos acontecimentos. O que os diferencia de antes para esses ocorridos na era dos *media* é justamente a amplitude de sua publicidade ou visibilidade. Segundo Markovits e Silverstein, esses escândalos só podem acontecer em democracias liberais, justamente porque “em nenhum outro arranjo político esta separação dos campos público e privado é tão essencial para a vitalidade do sistema político” (MARKOVITS; SILVERSTEIN, 1988, p. 5, tradução nossa). Já para Chaia e Teixeira, escândalos políticos podem acontecer em vários regimes políticos, mas é na democracia liberal em que ele encontra o melhor ambiente. Segundo eles, o regime democrático apresenta certos aspectos ou condições favoráveis.

> A política é um campo de forças em competição, organizado e/ou mobilizado em torno de idéias, partidos e grupos de interesse; a reputação dos políticos é importante porque prevalece uma institucionalização do processo eleitoral e, para se ascender ao poder e obter sucesso eleitoral, um dos elementos-chave é gozar de boa reputação; a relativa autonomia da imprensa; as condições do poder político que favorecem a descoberta de transgressões por rivais e opositores, visto que prevalece o princípio da lei (CHAIA; TEIXEIRA, 2001, p. 65).

Segundo Bobbio (2004), o escândalo nasce quando “se torna público um ato ou uma série de atos até então mantido em segredo ou ocultos, na medida em que não podiam ser tornados públicos, pois, caso o fossem, aquele ato ou aquela série de atos não poderiam ser concretizados” (BOBBIO, 2006, p. 105). Para Thompson (2002) “escândalo se refere a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública” (THOMPSON, 2002, p. 40). Em seu livro “O Escândalo Político”, Thompson (2002)

[4] No caso ‘Renan Calheiros’ havia um adultério, mas não foi esse o motivo das investigações. O que estimulou o prosseguimento do caso foi o fato dele realizar o pagamento da pensão mensal para uma filha que tem com a jornalista Mônica Veloso através de Cláudio Gontijo, apontado como lobista da construtora Mendes Júnior.

afirma que cada escândalo apresenta cinco características básicas. Vejamos abaixo quais são estas características.

Primeiro, é necessário transgredir uma norma ou código moral. Entretanto, a sensibilidade ao escândalo depende de valores, normas e culturas. O autor aponta três tipos de transgressões mais comuns de ocorrerem em regimes democráticos liberais: transgressões relacionadas com transações financeiras, com relações sexuais e com o poder político. Sobre os envolvidos, é provável que aqueles que tenham mais visibilidade sejam mais vulneráveis aos escândalos. Ainda, o foco de escândalo pode se deslocar devido à diversidade de normas e valores envolvidos. Thompson chama de "transgressões de segunda ordem" aquelas "onde a atenção é transferida de uma ofensa original para uma série de subsequentes ações que têm como objetivo esconder a ofensa" (THOMPSON, 2002, p. 43). "A tentativa de encobrir a transgressão – um processo que pode implicar engano, obstrução, negações falsas e puras mentiras – pode se tornar mais importante que a própria transgressão original" (THOMPSON, 2002, p. 43-44). Isto alimenta o escândalo a partir de afirmações e contra-afirmações e demais desdobramentos.

Segundo, esta transgressão deve-se tornar conhecida por outros não-envolvidos nas ações. "O escândalo é sempre, até certo ponto, um caso 'público'" (THOMPSON, 2002, p. 45), ou seja, as pessoas devem acreditar que as denúncias são baseadas em fatos reais para que um escândalo exista.

Terceiro, estas pessoas não-envolvidas, por sua vez, devem desaprovar a tal transgressão ou sentirem-se ofendidos. Além da ação se tornar conhecida pelo público, para se tornar escândalo, ela também deve provocar certo grau de desaprovação. Entretanto, em alguns casos, as transgressões são de valores apenas formais.

A quarta característica consiste na necessidade de que estes outros que se sintam ofendidos expressem sua insatisfação publicamente. Além de desaprovado, para que haja escândalo é necessário que estes não-participantes que desaprovaram a ação expressem sua insatisfação a outros. "O fenômeno do escândalo é constituído tanto por ações como por atos de fala: por ações de transgressão e pelos atos de fala de outros que respondem àquelas ações com formas adequadas de expressão" (THOMPSON, 2002, p. 47). As respostas ou o discurso infamante, assim, são parte constitutiva do escândalo. "Em síntese: se não houver respostas, não haverá escândalo" (THOMPSON, 2002, p. 47). Estas respostas devem ser conhecidas por uma pluralidade de outros, ou seja, devem ser de

caráter público. Com os *media*, os atos de fala ou estes discursos infamantes deixam de ser localizados e atingem um número muito maior de pessoas: são os escândalos midiáticos.

Por fim, a última característica de um escândalo versa sobre a reputação dos envolvidos. A reputação é tida como um poder simbólico. As ações denunciadas podem prejudicar a reputação das pessoas relacionadas ao escândalo. Entretanto, não é garantido que haja prejuízo ou a perda da reputação. "Os escândalos são, muitas vezes, caracterizados pelo que poderíamos chamar de *lutas por um 'nome'*" (THOMPSON, 2002, p. 49, grifo do autor). Sendo assim, na busca de defender ou limpar seus nomes, os envolvidos tomam decisões e agem em direção a um contra-ataque. Chaia e Teixeira complementam: "os escândalos políticos ganham destaque na democracia exatamente por ser um regime político em que os conflitos e atritos políticos se tornam mais presentes e visíveis. A concorrência política e a busca de cargos também aceleram as contendas políticas" (CHAIA; TEIXEIRA, 2001, p. 74).

1.3. A comunicação de massa

Em uma sociedade de massa a esfera de visibilidade pública é controlada pelos meios de comunicação de massa. Este controle se deve à constituição do campo jornalístico como campo social[5], assim como o político ou o econômico, com suas próprias regras de funcionamento, hierarquias, rotinas de produção, deontologia profissional – que, neste caso, é a democratização da informação (FERREIRA, 1999). Segundo Gomes (2004), "o jornalismo se estabelece como campo quando determina quais são os propósitos dos *jornalistas*, quais são os problemas *jornalísticos*, quais os métodos e as estratégias *jornalísticas*" (GOMES, W., 2004, p. 55, grifo do autor). No Brasil, a grande mídia cumpre este papel.

O campo do jornalismo, por sua vez, está associado a um campo industrial, cada um com seu capital social específico distinto. Enquanto no campo do jornalismo busca-se a credibilidade e o prestígio, o campo industrial busca o lucro financeiro. Sua associação, entretanto, se justifica, já que quanto mais credibilidade tiver um jornal, por exemplo, mais caro custará a publicidade a ser veiculada. Assim, não podemos entender os meios de comunicação como meros meios ou simplesmente veiculadores de insumos de outros

[5] VER: FERREIRA (1999), GOMES (2004).

campos[6]. Há critérios de noticiabilidade inerentes ao campo do jornalismo, que aliados à indústria da informação e entretenimento, constroem (de olho na audiência) o noticiário ou o que será veiculado, seja na televisão, revista, jornal, rádio, internet.

Esta associação do jornalismo com a indústria da informação e entretenimento, tendo por base a demanda da audiência, constrói uma espécie de espetacularização dos fatos, principalmente com a chegada da televisão.

> A televisão é predominantemente uma forma da indústria do entretenimento, de modo que, mesmo os elementos que, por sua natureza, não são imediatamente assimiláveis à ficção e à diversão – e este é certamente o caso da informação – precisam rapidamente aproximar-se da sua lógica (GOMES, 2004, p. 64).

Em suma, estas regras de funcionamento, os capitais que estão em jogo, a constituição como campo social e o domínio da esfera de visibilidade pública por parte do campo do jornalismo, fizeram com que fosse alterada a lógica de produção de insumos de outros campos interessados em tornarem-se visíveis, tais como o político. Visto sob a lógica do show, os insumos enviados ao campo do jornalismo por parte de outros campos passaram a ser construídos de modo mais espetacular, para que assim concorressem a um espaço nos *media*. Assim, de acordo como Wilson Gomes (2004), a esfera política pode lidar com a comunicação de massa de dois modos: ou adaptando-se à lógica do espetáculo ou como anunciante[7]. E se a política não o faz, a indústria da informação e entretenimento faz. Na verdade, a audiência demanda este tipo de espetacularização. A princípio, isto não seria um problema, já que, segundo Almeida (1998), a política sempre andou ao lado do espetáculo. Entretanto, apesar da política ter sempre se encenado, a diferença é que hoje o faz em uma esfera que não controla (GOMES, W., 2004).

Da espetacularização dos fatos para construção de escândalos midiáticos, o passo não é tão grande em termos de noticiário. A estrutura já está montada. Para isso, entretanto, é necessário a existência de um escândalo político ou algo que soe como escandaloso.

A relação dos escândalos com a comunicação se deu em duas linhas. Juntamente com o desenvolvimento técnico dos *media* ocorreu o desenvolvimento da tradição de jornalismo investigativo. Além disto, a percepção de que os escândalos vendem também não demorou a aparecer.

---

[6] Falamos aqui da grande mídia ou de veículos que integram o campo social do jornalismo.
[7] A exceção se faz quando da exibição do horário político nacional. Para mais, ver Almeida (1998) e Gomes (2004).

O jornalismo investigativo que tem como interesse tornar visível o segredo dentro da esfera política é uma ameaça aos negociadores e articuladores políticos (GOMES, W., 2004). Como sabemos, a "descoberta" por parte do público de ações impróprias pode ter efeitos "devastadores" para os agentes políticos envolvidos. Sendo assim, o "risco da visibilidade negativa" incube nestes agentes ações mais "moderadas" (GOMES, W., 2004).

> Um dos grandes fantasmas a assombrar a democracia é a idéia de *governo invisível*, a idéia de que o Estado estaria sob o domínio de sujeitos não autorizados. Eis porque o público não gosta de composições secretas, montadas justamente para enclausurar a esfera política e "protegê-la" do seu olhar. Consome, assim, com grande interesse a informação política "reveladora" e tende a punir a forma escandalosa dos acertos políticos que chegam à esfera pública. Os negociadores, consequentemente, passam a levar em consideração em suas negociações o potencial de exibição negativa que elas comportam e resguardar-se de correr demasiados riscos de aparecer mal na esfera de visibilidade pública (GOMES, W., 2004, p. 121-122, grifo do autor).

A construção de um escândalo político como midiático visa o espetáculo e busca obter mais audiência. E a televisão aparece aqui como carro-chefe, como "uma empresa que precisa sobreviver em uma economia de mercado (ALMEIDA, 1998, p.31). Dentro de uma lógica econômica, o que a televisão vende é audiência e o seu papel é organizar os diversos tipos de público em audiência (ALMEIDA, 1998). "O que a TV faz do ponto de vista da gestão de um negócio é antecipar os desejos do público e formatar os programas de acordo com o que o público sinaliza como desejo" (ALMEIDA, 1998, p. 35). Não falamos aqui, entretanto, que a espetacularização dos fatos não produza conhecimento. A informação está lá, no noticiário, no escândalo, no fato.

Em um estudo sobre Celso Pitta e a "máfia dos fiscais" (escândalo sobre uma rede de fiscais das antigas administrações regionais em São Paulo que extorquia e cobrava propina de comerciantes, empresários, etc.), Chaia concluiu que os meios de comunicação que fizeram a cobertura do escândalo cumpriram seus papéis de "controle, fiscalização e investigação" e que essa cobertura auxiliou na cassação dos envolvidos e na revelação de fatos.

> O papel exercido pela mídia neste episódio político mostra, de forma significativa, que não pode se perder de vista o vínculo entre mídia e democracia. Entretanto, como é próprio da democracia, alguns riscos se colocam, como a cobertura jornalística enfatizando os aspectos negativos da vida política. Aspectos positivos precisam ser ditos, projetos importantes também devem ser divulgados para que a atividade política e as instituições democráticas comecem a ser valorizadas e sofram efetivamente mudanças substantivas, contribuindo para transformar a cultura política brasileira (CHAIA, 2004, p 131).

1.4. Os escândalos midiáticos

A relação dos escândalos com os meios de comunicação se dá de diversas maneiras. Uma delas está relacionada com uma característica típica dos *media*: a visibilidade massiva. Para Thompson (2002), diferentemente dos escândalos localizados, há um novo tipo de escândalo: o escândalo midiático. "Escândalos midiáticos não são simplesmente escândalos noticiados pela mídia e que existem independentemente dela: eles são, de diferentes maneiras e até certo ponto, constituídos por formas midiáticas de comunicação" (THOMPSON, 2002, p. 59).

Sobre a questão da visibilidade na era dos escândalos midiáticos, esta tende a ser parte integrante deles. Com ela, os escândalos antes localizados perderam a espacialidade e ganharam velocidade de propagação. A questão da visibilidade conferida através dos meios de comunicação está diretamente relacionada com o surgimento dos escândalos midiáticos. "O escândalo midiático é, como veremos, um fenômeno primariamente moderno, que é característico do período que se estende do fim do século XVIII até o momento presente" (THOMPSON, 2002, p. 60). Além disto, os discursos e a imagem dos envolvidos também são em parte controlados pelos meios de comunicação. "A apresentação através da mídia e o comentário na mídia não são característica secundárias ou acidentais dessas formas de escândalo: elas são parte constitutiva deles" (THOMPSON, 2002, p. 91). De acordo com o autor, o escândalo midiático surge no final do século XVIII e se desenvolve durante o século XIX.

> Ao final do século XIX um tipo de acontecimento se tornou uma característica comum da vida social e política. Esse tipo de acontecimento foi o escândalo midiático: isto é, um acontecimento que implica a revelação através da mídia de atividades que fossem previamente ocultadas (ou conhecidas por apenas um pequeno círculo de pessoas), atividades de caráter moralmente ignominioso e que, ao se tornarem públicas desse modo, poderiam acabar trazendo implicações prejudiciais aos indivíduos implicados (THOMPSON, 2002, p. 87).

Thompson (2002) aponta algumas condições que favoreceram a transformação dos escândalos localizados em midiáticos. A primeira é justamente a formação do *ethos* profissional e o que ele chama de "reorientação da imprensa diária". "A invenção do moderno conceito de notícia como fatos sociais que têm de ser revelados ou descobertos e o surgimento da profissão jornalística estão entre as condições essenciais que moldaram a

formação do escândalo como um evento midiático" (THOMPSON, 2002, p. 82). Claro que o desenvolvimento da imprensa de massa e a transformação dos jornais em grandes conglomerados que ambicionavam uma fatia de um competitivo mercado também contribuíram para a consolidação dos escândalos como fatos noticiosos durante o século XX. "Esse *ethos* enfatizava acima de tudo a obrigação de descobrir e apresentar os fatos. Mas ele também reconhecia a necessidade de narrar os fatos na forma de uma história que deveria ser viva, colorida e divertida. Os fatos e o entretenimento foram as ideias gêmeas da emergente profissão jornalística" (THOMPSON, 2002, p. 82).

Uma segunda condição apontada para o desenvolvimento do escândalo midiático é o surgimento do jornalismo investigativo. Este novo tipo de jornalismo surgido no século XIX foi consolidado no século passado. "O desenvolvimento do jornalismo investigativo no século XX foi o resultado, até certo ponto, da busca do ideal do *ethos* jornalístico de descobrir fatos, em um meio cultural que adotava uma atitude mais cética com respeito ao que normalmente é dito" (THOMPSON, 2002, p. 88). Editores como W.T. Stead[8], na Inglaterra, e Joseph Pulitzer[9], nos Estados Unidos, mostraram como investigações jornalísticas poderiam ter influência sobre o processo político (THOMPSON, 2002, p. 81-89).

Por fim, uma última condição apontada é o desenvolvimento técnico dos meios de comunicação, favorecido com o uso da eletricidade. O rádio e posteriormente a televisão amplificaram a visibilidade e criaram um tipo de intimidade midiática, na qual personalidades apresentam-se também como pessoas mais próximas[10].

Uma característica dos escândalos midiáticos é a sua estrutura sequencial. Segundo Thompson (2002), os escândalos apresentam pelo menos quatro fases: a fase pré-escândalo, a fase do escândalo com desdobramentos, o clímax ou desenlace e, por fim, as consequências. A estrutura é semelhante à de um drama ou novela. Já a duração é

---

[8] William Thomas Stead foi um jornalista inglês que contribuiu para a criação de uma Lei Criminal no combate à prostituição e tráfico de menores. Na época, Stead investigou os crimes e chegou, inclusive, a comprar uma garota e depois enviá-la ao exterior. Em seguida, publicou uma série de artigos que contavam toda sua investigação. Como consequência, aumentou-se a pressão sobre o parlamento para aprovar a Lei Criminal, conhecida no popular por *Stead's Act*. O jornalista ainda passou três meses preso, condenado por sequestro (VER: THOMPSON 2002).

[9] Joseph Pulitzer foi um dos mais importantes jornalistas americanos. No final do século XIX e início do XX, juntamente com outros jornalistas, denunciou diversos casos de corrupção que assolavam os Estados Unidos (VER: THOMPSON 2002).

[10] Ao se referir à intimidade adquirida com os avanços tecnológicos, o autor ressalta: "agora os líderes políticos podem dirigir-se a seus sujeitos como se fossem da família ou amigos" (THOMPSON, 2002, p. 68-69).

imprecisa. Um escândalo pode durar dias ou até anos, a depender do desenrolar dos fatos. Entretanto, o interesse público fatalmente irá cair caso o escândalo dure por muito tempo. "Um escândalo midiático prolongado irá ou alcançar um ponto final (...) ou irá definhar gradualmente, à medida que o interesse público diminui e as organizações da mídia decidirem que ele não merecem mais a atenção pública" (THOMPSON, 2002, p. 103). Essas quatro fases serão apresentadas brevemente.

A fase pré-escândalo envolve o período de investigação, depoimentos e cobertura do fato em questão pelos jornalistas. Para o autor, nesta fase pode acontecer a revelação de informações importantes para o desencadeamento de um escândalo midiático. Entretanto, esta revelação ainda não é reconhecida como produtora de um escândalo. Também segundo o autor, fofocas, boatos e rumores também caracterizam a fase pré-escândalo.

A segunda fase é a do escândalo em si. De acordo com Thompson (2002), esse processo tem início "com a divulgação pública de uma ação ou acontecimento que coloca em ação o processo de afirmações e contra-afirmações que constitui o escândalo midiático" (THOMPSON, 2002, p. 104). Os envolvidos tendem a se defender das acusações e tentam, geralmente, encerrar o caso ou as investigações. As negações assim como as acusações e especulações fazem parte do processo de disputa entre os envolvidos, os acusadores e os investigadores, sejam estes a polícia ou empresas de comunicação e jornalistas. Ainda nos desdobramentos dos escândalos, no decorrer das investigações também podem surgir outras transgressões além daquela original.

A terceira fase ou o clímax do escândalo midiático acontece quando se chega a um ponto de culminância (THOMPSON, 2002). Ou seja, a pressão sobre os envolvidos faz com que estes atuem de modo a encerrar o caso, como confessarem se culpados ou renunciarem a algum cargo. Claro que existem os casos em que as denúncias são arquivadas ou as acusações são desmentidas. Já em outros, podem ocorrer eventos como um julgamento, por exemplo. De qualquer modo, essa é a última fase do caso em si.

Por fim, a quarta fase de um escândalo midiático é aquela em que as consequências são consideradas. O escândalo propriamente dito já esfriou e a atenção é deslocada para as implicações e consequências do que ocorreu. Estas podem ser sobre os acusados ou sobre as ações, tais como criação de uma comissão ou cargo para vigiar tal instituição.

Durante o acontecimento de escândalo, vários interesses estão em jogo. Desde aqueles referentes ao próprio jogo político até os interesses das empresas de comunicação. No que diz respeito à primeira instância, seria, por exemplo, obter algum favorecimento a

partir da imagem negativa sobre tal envolvido. Entretanto, neste trabalho o foco repousa sobre os interesses dos meios de comunicação. O primeiro deles já foi brevemente citado: o lucro financeiro. Os escândalos vendem por despertar a atenção dos leitores para um fato espetacular ou por prender a atenção sobre uma história que se desenrola ao longo do tempo (THOMPSON, 2002).

Um segundo interesse também já foi citado neste trabalho: a autoconcepção profissional. O *ethos* da profissão de jornalista estabeleceu os ideais da prática: o jornalismo cão de guarda, aquele que zela pelo bem da sociedade e busca a transparência. Através da investigação jornalística, escândalos puderam ser noticiados.

Outro interesse diz respeito a objetivos políticos. "O fato de não dependerem de partidos políticos para sua sustentação financeira não os impede de assumir uma posição no campo político, embora ela seja menos ligada a um partido específico e possa mudar com o tempo" (THOMPSON, 2002, p. 111).

Um último interesse é a rivalidade competitiva entre os *media* e que tem como consequência direta a busca pelo novo, pelo furo jornalístico. A apresentação das notícias é algo que deve ser planejado, assim como a construção do noticiário político. Esta procura pelo fato noticioso pode por vezes desembocar em um jornalismo mais espetacularizado. Entretanto, essa espetacularização também parte da política. Segundo Gomes, "a política contemporânea seria espetacular, nesse sentido, porque se dedica com especial cuidado à tarefa de providenciar eventos, fatos, situações e textos dotados destas características de visualidade plena, que se impõem na esfera de visibilidade da comunicação de massa" (GOMES, W., 2004, p. 394). E, logicamente, os escândalos fazem parte deste montante de encenação política.

Neste jogo de interesses, seja dos *media*, do campo e dos agentes políticos (ou até de outros campos como o econômico), a visibilidade conferida aos agentes é de fundamental importância, assim como a apresentação e construção das notícias. A respeito desta última, Curran (1996 apud PORTO, 2007) argumenta que os meios de comunicação não são somente informativos. "O papel dos meios de comunicação nunca é meramente informativo, já que eles são mediadores importantes dos marcos discursivos de grupos organizados, podendo afetar, portanto, a distribuição de recursos e de influência na sociedade" (CURRAN, 1996, apud PORTO, 2007, p. 106). Segundo Porto (2007), os *media* são "agentes que interpretam a realidade para a audiência". Ou seja: os meios de

comunicação são entendidos como aqueles que interpretam a realidade e a oferecem através de narrativas e enquadramentos para a audiência.

No Brasil, um estudo sobre os *media* publicado em meados da década de noventa encontrou resultados pertinentes. Silvio Waisbord (1996) analisa as narrativas utilizadas pelas revistas Veja e Isto É na cobertura do caso Collor (Collorgate) no início da década de 90. Segundo ele, o jornalismo atuou como um agente moral na cobertura dos fatos. O tom predominante foi o de telenovela, carregado de uma moralidade populista e com o objetivo de apontar culpados (transgressões pessoais), em vez de analisar os problemas das instituições (problema público).

> Os exposés diferenciam o que é certo e do que é errado e distinguem aquilo que é daquilo que deveria ser. (...) As narrativas dos exposés têm, então, um duplo componente moral: são notícias sobre transgressões éticas expressas em uma linguagem moralista e que frequentemente toma a forma das antigas sagas sobre heróis e vilões, vítimas e algozes (WAISBORD, 1996, p. 97).

O artigo ressalta a diferença da cobertura entre EUA e Brasil. Nos EUA o repórter investigativo se destaca como o contador de história. Além disso, ainda existe uma tensão entre a objetividade e imparcialidade jornalística e o "vigilante atento que denuncia aqueles que violam a moralidade pública" (WAISBORD, 1996, p. 104).

Já no Brasil, segundo o autor, as empresas jornalísticas tendem a contar as histórias. No caso Collorgate, por exemplo, algumas matérias não traziam a assinatura dos repórteres. "A estrutura organizacional das empresas de media e o status profissional dos repórteres explicam por que a narrativa dos *exposés* coloca a empresa, e não o repórter individual, como o detetive e o principal contador de histórias" (WAISBORD, 1996, p. 100, grifo do autor). É o que o autor chama de "*media* de proprietários" (empresas familiares, herança, proprietário é o editor ou diretor, enfim...). De acordo com Waisbord, não há também a tensão entre objetividade e julgamento moral. "Não tendo que se ater a convenções de objetividade, o jornalismo sul-americano trata explicitamente com questões de moralidade" (WAISBORD, 1996, p. 105).

Em um estudo sobre escândalos na Câmara Municipal de São Paulo no período de 1988 ate 1996, Vera Chaia (2004) chegou à seguinte conclusão:

> (...) percebe-se que os políticos foram constantemente questionados e criticados. O jornalismo que predomina é aquele marcado por seu caráter interpretativo. As matérias analisadas cobriram um período longo, com a atuação de um Legislativo de duas gestões municipais. Os jornalistas entrevistados foram

> extremamente críticos com relação aos parlamentares daquele período coberto (CHAIA, 2004, p. 91).

"A narrativa da Veja sobre o Collorgate, por exemplo, mostra uma 'moralidade populista', um retrato apaixonado da ética 'do povo' *versus* a imoralidade de Fernando Collor e seus cúmplices, a exaltação do 'homem simples' e a demonização do poderoso" (WAISBORD, 1996, p. 105, grifo do autor).

O foco do escândalo também mudou o rumo da cobertura. No momento em que Pedro Collor fez as denúncias contra Fernando Collor, a rivalidade entre irmãos tornou-se o centro da cobertura. Waisbord ressalta que este deslocamento gerou uma "narrativa dramática de telenovela" (WAISBORD, 1996, p. 101). Ele ainda afirma que este tipo de narrativa não deve provocar surpresas no Brasil, já que as telenovelas têm uma forte tradição no país. "Por ter adotado a narrativa de *telenovela*, o *exposé* permaneceu focalizado em personalidades e raramente tratou das instituições ou dos fatores estruturais que poderiam ajudar a entender a dinâmica da corrupção na política brasileira" (WAISBORD, 1996, p. 103, grifo do autor).

2. TELEVISÃO, ENQUADRAMENTOS E *SOUNDBITES*

2.1. As narrativas e gramáticas da televisão

O uso da narrativa de telenovela apresentada no capítulo anterior é uma estratégia, inclusive, de manter ou ganhar a audiência. A diversão e o foco no entretenimento também são características de meios informativos. Wilson Gomes (2004) entende que a lógica estruturante comunicação de massa tem forte influência sobre viés da diversão na apresentação de informações. Inclusive, pelo fato da própria informação ter se extrapolado a esfera do jornalismo e invadido outros campos. Assim, o que se verifica hoje é uma imensa diversidade de produtos informativos híbridos.

> Dos telejornais às várias formas de *talk shows*, passando-se pelas revistas ou magazines televisivas, pelos quadros de entrevistas em programas de entretenimento e pelos programas ditos culturais, a informação, entendida como um conjunto de noções acerca do mundo atual, conquista a televisão. (...) O fato é que os parâmetros de seleção, de organização e de apresentação da informação tendem a responder aos mesmos princípios que há algum tempo vêm sendo identificados como estruturadores da comunicação de massa: o entretenimento, como base de referência, a ruptura, a diversão e a dramaticidade como seus subsistemas (GOMES, W., 2004. P. 312-313, grifo do autor).

A lógica da informação no mundo midiático pretende "segurar" em frente à televisão o consumidor de informação a partir do entretenimento. "Este princípio é apenas o indício mais visível de que aqui reina uma lógica da diversão, em cujo extremo de realização é presidido pela afirmação que nada mais deve ser solicitado ao destinatário da informação que um consumo distraído" (GOMES, W., 2004, p. 315).

Entretanto, no que tange à audiência, as expectativas acerca de um programa de entretenimento são diferentes daquelas do programa jornalístico. No mínimo, quem assiste a um programa de entretenimento espera se divertir ou se distrair. Já o programa jornalístico vende atualidade e informação. A informação, por sua vez, também pode estar presente no programa de entretenimento, assim como a diversão no telejornal. A televisão, inclusive, produz no geral narrativas dentro da lógica do entretenimento.

Para Porto (2007), a televisão é entendida como uma arena, onde setores e diferentes atores da sociedade disputam a interferência ou incorporação de quadros interpretativos dominantes e também onde diferentes enquadramentos competem. Nem

sempre os enquadramentos apresentados são os dominantes; os meios de comunicação também apresentam enquadramentos alternativos.

> Os meios de comunicação são um sistema no qual agentes ativos com objetivos específicos estão constantemente engajados em um processo de construção de significado. Em vez de pensá-los como um conjunto de estímulos aos quais os indivíduos respondem, nós devemos pensá-los como a arena de uma disputa simbólica sobre qual interpretação irá prevalecer. Este sistema cultural encontra indivíduos pensantes, e a consciência política emerge da intercessão destes dois níveis (GAMSON, 1995, p. xi-xii).

Sobre o poder da televisão e as narrativas de entretenimento, Hallin (1986) esclarece algumas questões e define as principais características dos programas jornalísticos americanos. A partir da análise de programas matutinos e noturnos, o autor consegue identificar o entretenimento presente em ambos. Hallin ainda aponta deficiências na cobertura do "jornalismo sério" em relação a temas políticos.

Em relação ao poder da televisão, Hallin aponta a questão do pessoal, do imagético, da interpretação e do consenso. Primeiramente, o que ele chama de pessoal se relaciona com o que assistimos. "As notícias são trazidas a nós não por escritores anônimos, mas por indivíduos selecionados, por uma pessoa que combina autoridade com agradabilidade" (HALLIN, 1986, p. 27, tradução nossa). Em seguida, ele dá o exemplo do apresentador Walter Cronkite[11] que foi eleito o homem mais confiável dos EUA na época da pesquisa. Aqui no Brasil, Bonner foi eleito a segunda personalidade mais confiável em uma pesquisa publicada pelo Instituto de Pesquisa Datafolha em janeiro de 2010[12].

Em relação à interpretação, o autor afirma que as notícias televisivas são organizadas de modo a apresentar uma linha condutora, como uma história. Por fim, segundo Hallin a televisão busca o consenso devido a sua grande audiência e ignorância da mesma. "Como um meio que se direciona largamente a uma massa pública enorme e inativa politicamente, a televisão tende a ser consensual" (HALLIN, 1986, p. 34, tradução nossa).

---

[11] Cronkite foi um famoso jornalista americano e âncora da rede CBS.

[12] O âncora e editor-chefe do Jornal Nacional, William Bonner, foi eleito em pesquisa do Instituto Datafolha a segunda personalidade mais confiável do Brasil. O primeiro lugar ficou com o presidente Lula. Na realização desta pesquisa, foram entrevistados 11.258 brasileiros que atribuíram nota de 0 (nada confiável) a 10 (totalmente confiável) para as personalidades apresentadas pelo Datafolha. A nota média de Bonner foi 7,78, contra 7,9 do presidente Lula. O jornalista recebeu nota dez de 32% dos brasileiros que o consideram totalmente confiável, enquanto 3% deram-lhe nota zero. Os três últimos colocados foram o senador José Sarney, o bispo Edir Macedo e o senador Fernando Collor. Impossível não notar que dois políticos e ex-presidentes estão entre os três menos confiáveis.

Já em relação às características do noticiário, seu poder está em fornecer aos espectadores, além de informação, interpretações sobre a realidade, conforme já destacado. "Uma das coisas mais peculiares sobre o noticiário televisivo é a extensão pela qual ele é um meio ideológico, provendo não somente informação ou entretenimento, mas 'pacotes de percepção' – sistemas para interpretar e dicas para reagir à realidade social e política" (HALLIN, 1986, p. 13, tradução nossa). Estes pacotes são os mesmos "pacotes interpretativos" que Mauro Porto apresenta e analisa em seu livro.

Outra característica da *TV news* apontada por Hallin é o populismo, ou seja, a contraposição entre a sabedoria popular e "a corrupção e o egoísmo daqueles que mantêm o poder" (HALLIN, 1986, p. 14, tradução nossa). O autor traça um histórico da *TV news* nos EUA até chegar à questão da notícia como um negócio, traço comum em diversos países. Outra característica diz respeito à audiência televisiva, que é bastante volátil. O resultado da conjunção destas duas últimas características é a competição entre as emissoras na tentativa de manter a audiência elevada. O noticiário assim é modificado e aspectos que agradam o público são incorporados.

> O resultado tem sido uma convergência significante das notícias para as normas da televisão como entretenimento, com redes de notícias se tornando *faster-pacer* (um produto deste período tem uma média de 10 segundos de *soundbite*, comparado com a média de mais de 40 segundos nos anos 60 e inícios dos anos 70), mais visual e com maior ênfase sobre histórias amáveis – normalmente, como as histórias do noticiário matutino, aquelas com um ângulo de interesse humano – a audiência é convidada a apreciar assistindo (HALLIN, 1986, p. 26, tradução nossa).

O tipo de notícia quando comparado com os jornais impressos também é diferente. Nos impressos, existe o *lead*, que por sua vez não é considerado na TV. "(...) a televisão deve 'carregar a audiência ao longo [da matéria]', do início de cada história para o fim e para a próxima. Então, a história na televisão é frequentemente mais parecida com um círculo do que como uma pirâmide" (HALLIN, 1986, p 28, tradução nossa).

Apesar de atuar com certa independência, o campo da comunicação interage com outros campos.

> A televisão é uma arena limitada por imperativos econômicos, mas é também uma instituição cultural com sua própria lógica e valores. (...) A base econômica e material da sociedade não determina a esfera cultural de forma simples,

> definindo seus conteúdos de forma mecânica, mas sim ao estabelecer certos limites e exercer certas pressões (HALL, 1996a, apud PORTO, 2007, p. 109).

Para Porto, os meios de comunicação ocupam um lugar central na formação do processo hegemônico. Entretanto,

> Os grupos dominantes ou o Estado não controlam os meios de comunicação, já que eles são instituições relativamente autônomas guiadas por valores e rotinas específicas. Além disso, a eficiência de um projeto hegemônico depende da capacidade dos grupos dominantes de incorporar os interesses e as demandas dos grupos subalternos. Como resultado, a hegemonia é sempre modificada, pois é permanentemente desafiada por forças alternativas ou de oposição (PORTO, 2007, p. 110).

Os *media* tendem a apresentar os valores hegemônicos da sociedade em questão. Apesar de incluir no noticiário e demais programas enquadramentos alternativos, os meios de comunicação tendem a recorrer e apresentar grande dependência com as fontes oficiais ou institucionais do Estado, apresentar quadros alternativos ou posições dissonantes das dominantes somente quando estas são entendidas como legítimas e, por fim, não apresenta enquadramentos de oposição e de grupos sociais nem possibilitam a estes um lugar de fala para criticar o governo (PORTO, 2007). Ainda assim, Porto ressalta: "estas características se referem a tendências dominantes que nunca são definitivas e que podem ser superadas pelas iniciativas destes movimentos e grupos" (PORTO, 2007, p. 113).

Uma das críticas mais comuns, embora bastante pertinente, é que o noticiário político é construído e enquadrado geralmente em conflito, como se a política fosse uma constante disputa, uma batalha até. (CAPPELLA; JAMIESON, 1997; VALENTINO; BECKMANN; BUHR, 2001; HARDY; JAMIESON, 2005; GROSS; BREWER, 2007). O que estes autores reclamam é justamente da ênfase dada a esta disputa política nas matérias e à tendência de apresentar informações neste tom de jogo, de desentendimento, de guerra. Segundo eles, entre as consequências destes enquadramentos estão o cinismo político, o desinteresse político por parte dos cidadãos e a crença de que política é unicamente uma disputa. Sobre esse cinismo em relação à política, Hallin (1986) afirma que esta postura não é exclusiva de um meio específico de comunicação, mas que faz parte da cultura americana. "O cinismo da televisão sobre os políticos – e isso não é exclusivamente da televisão, mas parte da cultura americana – coexiste com uma forte crença na liderança e na importância do apoio público" (HALLIN, 1986, p. 32, tradução nossa).

Segundo o autor, o drama televisivo requer o conflito, entretanto, as matérias de televisão, conforme já apontado, tendem a ser consensuais.

> Aqueles que acreditam que um meio de show business tende inevitavelmente a enfatizar o conflito em vez da harmonia deveriam pensar sobre o que o entretenimento de televisão é verdadeiramente. Há conflito, claro; o drama não pode existir sem conflito. Mas a representação do conflito não significa sempre lançar sobre as instituições ou autoridades uma luz negativa. Um grande acordo do conflito televisivo é o conflito do bem contra o mal, o mal estando localizado fora da sociedade convencional – como "inimigos sem face" e "cultos bizarros" (HALLIN, 1986, p. 33, tradução nossa).

Já segundo Gross e Brewer (2007), pesquisas anteriores revelam que quando o tema é política, os jornalistas tendem a construir o noticiário sob quadros de conflito, principalmente se os assuntos abordados forem disputas políticas, por cargos e poder, debates eleitorais e a eleição. Esta ênfase nos quadros de conflito, no desacordo, pode ser provocada pelo próprio tipo das pautas que prevêem uma cobertura mais conflituosa ou utilizada simplesmente para atrair o interesse da audiência.

2.2. Os enquadramentos

Em 1984, os pesquisadores Kahneman e Tversky propuseram a seguinte suposição para alguns entrevistados:

> Imagine que os Estados Unidos estão se preparando pra uma guerra contra uma doença asiática desconhecida, a qual é esperada matar 600 pessoas. Dois programas alternativos para combater esta doença têm sido propostos. Supondo que as estimativas científicas exatas sobre as consequências dos programas são as seguintes: se o programa A for adotado, 200 pessoas serão salvas. Se o programa B é adotado, há um terço de probabilidade de que 600 pessoas serão salvas e dois terços de probabilidade de que ninguém será salvo (ENTMAN, 1993, p. 53).

A pergunta feita em seguida aos entrevistados foi qual dos dois programas eles escolheriam. Do total, 72% dos entrevistados escolheram o primeiro programa e somente 28% ficaram com o segundo. Em um segundo experimento, os quadros foram alterados. Desta vez, os pesquisadores apresentaram mais dois quadros: "Se o programa C for adotado, 400 pessoas vão morrer. Se o programa D é adotado, há um terço de probabilidade de que ninguém vai morrer e dois terços de probabilidade de que 600

pessoas irão morrer" (ENTMAN, 1993, p 54). O resultado foi o inverso: 78% escolheram o programa D e 22% o programa C. Entretanto, perceba que os programas A e C são idênticos, assim como os programas B e D. Este é o resultado de um efeito de framing ou enquadramento. As questões foram reorganizadas e de acordo com o quadro adotado a adesão aos programas em questão foi alterada. No primeiro exemplo, o quadro trabalhado foi o de "vida" e, no segundo, utilizou-se o que ressaltava a "morte". O que influenciou o resultado invertido foi este enquadramento de questões. O enquadramento nada mais é do que a seleção, construção e posterior destaque a alguns aspectos da realidade.

Diversos autores trabalharam com enquadramentos. Entre as referências estão Goffman (1986 apud PORTO, 2007), Gitlin (1980 apud PORTO, 2007), Gamson e Entman (1994). "Goffman define enquadramento como os princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nestes eventos" (PORTO, 2007, p. 114). Já Gitlin (1980 apud PORTO, 2007) apresentou, segundo Porto, "a primeira definição, mais clara e sistemática, do conceito de enquadramento":

> Os enquadramentos da mídia... organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, nós que recorremos às suas notícias. Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira (GITLIN, 1980, apud PORTO, 2007, p. 115).

Gamson, por sua vez, define enquadramento como "uma ideia central organizadora" (GAMSON apud PORTO, 2007, p. 116). Segundo Gamson, existe uma "disputa simbólica" entre os "pacotes interpretativos" para ver qual prevalece.

Segundo Entman, "enquadramento essencialmente envolve seleção e saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos percebidos da realidade e torná-los mais salientes em um texto de comunicação" (ENTMAN, 1993, p. 52). As suas funções, elencadas pelo autor, são definir problemas e fazer interpretações causais, avaliações morais e recomendações (ENTMAN, 1993). A seguir, apresentamos três estudos acerca de enquadramentos e que foram de grande importância para o desenvolvimento deste trabalho: o de Porto (2007), o de Zhou (2008) e o de Iyengar (1994).

Um estudo interessante sobre enquadramento foi desenvolvido por Porto (2007). O autor trabalha com o que chama de enquadramentos e controvérsias interpretativas. Segundo Porto, "defino *controvérsias interpretativas* como *disputas políticas que não são*

resolvidas apenas a partir de informações e fatos, mas que se desenvolvem principalmente através de enquadramentos interpretativos" (PORTO, 2007, p. 124, grifo do autor). De acordo com o Porto, "no desenvolvimento de *controvérsias interpretativas*, a televisão apresenta 'enquadramentos interpretativos', ou seja, *enquadramentos promovidos por um agente patrocinador e que oferecem uma interpretação específica de temas ou eventos políticos*" (PORTO, 2007, p. 125, grifo do autor). Estes enquadramentos oferecem à audiência "dicas persuasivas", que facilmente são compreendidas e faz com que ela tome partido sobre determinado assunto e crie narrativas específicas sobre o tema ou realidade sem necessariamente pensar sobre ele. "Outra característica dos enquadramentos interpretativos é que eles são retidos e lembrados mais facilmente do que o conteúdo informativo. Enquadramentos podem ser entendidos como 'argumentos fáceis'" (PORTO, 2007, p. 135).

Segundo o autor, os enquadramentos interpretativos são mais frequentes, no caso do telejornalismo, nas sonoras, devido aos critérios de objetividade e imparcialidade da profissão.

> Os enquadramentos interpretativos possuem, portanto, uma *fonte* específica (uma sonora, um jornalista, um personagem de ficção, um participante de um *talk show* etc.), um *objeto* concreto (um tema ou evento político) e uma *interpretação* específica sobre este objeto (em termos de causas, significado, consequências etc.) (PORTO, 2007, p. 127, grifo do autor).

Segundo Porto, este modelo e o estudo proposto por ele superam algumas importantes deficiências dos estudos de enquadramentos. A primeira seria: "uma das principais limitações dos estudos de enquadramento é a ênfase quase que exclusiva nos noticiários em detrimento de outros gêneros" (PORTO, 2007, p. 128). E a segunda: "a tendência de tratar as mensagens da mídia como homogêneas. Por exemplo, estes estudos tendem a identificar um único enquadramento em cada notícia, tendo assim dificuldades para reconhecer a existência de contradições nos textos jornalísticos" (PORTO, 2007, p. 131).

Em sua pesquisa, Porto propõe classificar os formatos do que ele chama de segmento (este sendo a unidade de cada gênero) em: restrito, plural-fechado, plural-aberto e episódico. Os plurais apresentam um leque interpretativo mais amplo (mais enquadramentos) e os restritos e fechados, não. A consequência é a qualidade na

interpretação que a audiência faz (mais liberdade para escolher qual posição vai apoiar). O episódico não apresenta enquadramento.

Porto (2007) analisa o Jornal Nacional e a novela Terra Nostra e realiza um estudo controlado e grupos focais com comunidades de Brasília. Primeiro, os dois programas foram escolhidos por serem o de maior audiência na TV durante o período de sua análise. Já para o estudo controlado e grupos focais, o autor trabalhou com três comunidades (Plano-Piloto, Taguatinga e Ceilândia – estão por ordem de renda). No total, participaram da pesquisa 165 pessoas, entre homens e mulheres. Cada estudo controlado teve 63 participantes e os seis grupos focais somaram 39. Porto (2007) ressalta que, apesar da amostra não ser representativa de Brasília, estudar comunidades com rendas distintas pretende aumentar a representatividade da pesquisa.

De acordo com a pesquisa, 21% do noticiário do Jornal Nacional apresentam temas políticos. Destes, 37% são sobre corrupção/escândalo político. Na verdade, o período analisado pelo autor envolveu duas CPIs (PORTO, 2007). Do total de matérias, 80% apresentaram o formato episódico, 10% restrito, 7,5% plural-fechado e 2,5% plural aberto (PORTO, 2007). Segundo o autor, 55% das notícias do formato episódico abordaram o tema corrupção/escândalo político contra somente 22% dos demais formatos. Em contrapartida, 31% das notícias com formato restrito e plural aberto/fechado trataram do tema iniciativa ou política governamental (PORTO, 2007).

Sobre as sonoras das matérias analisadas, os cidadãos comuns apareceram mais no noticiário (em frequência), mas a duração das sonoras (em média) é quase metade das fontes oficiais, políticos e congressistas. Sobre as sonoras, aliás, Porto ressalta a sua importância, principalmente na condução das controvérsias e dos enquadramentos interpretativos. Segundo ele, os jornalistas tendem a retirar as suas opiniões do texto e mantê-las nas sonoras.

Já a respeito da frequência dos cidadãos comuns nas matérias, de fato há um interesse do Jornal Nacional na popularização do noticiário. Os editores entrevistados afirmam isso. Entretanto, as falas dos cidadãos são curtas em comparação com a de atores políticos e aparecem mais no noticiário episódico. “Portanto, apesar da presença marcante de brasileiros comuns no Jornal Nacional, o noticiário foi dominado simbolicamente pelas fontes oficiais e outros grupos de elite” (PORTO, 2007, p. 168).

Porto ainda constatou a força da última sonora. “Os participantes tendem a justificar suas críticas sobre a decisão do Supremo referindo-se aos argumentos

apresentados pelo presidente na última sonora da versão restrita da notícia" (PORTO, 2007, p. 224).

No seu trabalho, Porto conseguiu confirmar a principal hipótese: a que relaciona enquadramentos com interpretações da realidade. Segundo o estudo, quanto mais plurais em relação aos enquadramentos forem as notícias, a audiência fará mais interpretações acerca da realidade.

O estudo de Porto é importante para este trabalho na medida em que parte da metodologia utilizada teve por base seus estudos acerca das sonoras jornalísticas. Como veremos adiante, a sua noção dos enquadramentos revelados a partir das sonoras foi de fundamental importância para este estudo.

Zhou (2008) apresenta um estudo em que foram trabalhados sete diferentes quadros e investigou a influência das dimensões culturais na construção de enquadramentos. Sua pesquisa trabalhou com jornais de Hong Kong, Cingapura, Estados Unidos e Inglaterra sobre a questão do uso da internet na China.

De acordo com a autora, valores culturais enraizados nas sociedades podem influenciar o enquadramento e os quadros de notícia. A autora lista sete quadros possíveis já identificados em pesquisas anteriores sobre enquadramento. São eles: factual, interesse humano, responsabilidade, moralidade, consequências econômicas, conflito e liderança. Destes, cinco serão considerados neste estudo.

Os quadros factuais apresentam eventos ou questões de modo direto. Os de interesse humano trazem "a história de uma pessoa ou um ângulo emocional na apresentação de um evento ou questão". Os quadros de responsabilidade apresentam uma questão de modo a atribuir responsabilidade ao governo, grupos ou indivíduos por sua causa ou solução. Os quadros de moralidade apresentam uma questão sob a ótica da moralidade e trazem mensagens morais ou oferecem prescrições sociais de como agir. Os quadros de consequências econômicas enfatizam o impacto ou consequências econômicas sobre uma questão. Os quadros de conflito apresentam uma questão em forma de conflito entre indivíduos, grupos ou instituições. Por fim, os quadros de liderança apresentam histórias centradas em atividades, discursos e ações de um líder.

As dimensões culturais também são trabalhadas de modo distinto. São elas: "distância do poder", controle das incertezas, individualismo vs. coletivismo, masculinidade vs. feminilidade (esta dimensão não foi analisada porque gênero não é

relevante ao foco do estudo) e orientação de curto prazo vs. de longo prazo. Sociedades com altos índices de "distância do poder" são mais tolerantes a hierarquias e desigualdades, ao contrário das sociedades com baixo índice de "distância do poder", que buscam minimizar as desigualdades sociais. Em sociedades alto grau de controle das incertezas, os indivíduos são estimulados a antecipar o futuro, criar instituições que tragam estabilidade e a evitar ou gerenciar riscos. Já aquelas com baixo grau de controle, como Cingapura, tendem a correr mais riscos, ter baixas expectativas e os indivíduos tendem a ser mais tolerantes com as opiniões e comportamentos dos outros (ZHOU, 2008).

Segundo a autora, as sociedades individualistas enfatizam a proteção dos direitos individuais enquanto que sociedades coletivistas valorizam o bem-estar coletivo. Quanto a esta questão, a sociedade oriental tende a ser mais coletivista e a ocidental, individualista. Por fim, as sociedades com alto escore de orientação de longo prazo tendem a fazer julgamentos considerando as circunstâncias enquanto que em sociedades com orientação de curto prazo tendem a fazer julgamentos ancorados em valores antigos, como a religião.

Os resultados da pesquisa demonstram que as dimensões culturais interferem nos quadros e enquadramento das notícias. A autora ressalta ainda que a apresentação de um quadro depende da interação entre as dimensões culturais envolvidas. No caso deste estudo de Zhou, não somente parte dos quadros foi utilizada na pesquisa, como as definições de alguns deles também foram incorporadas.

Outro estudo interessante foi desenvolvido por Shanto Iyengar. O autor trabalha em seu livro "Is Anyone Responsible" a relação entre enquadramentos e seus efeitos na audiência. "O conceito de framing se refere a sutis alterações na declaração ou apresentação do julgamento e escolha de problemas, e o termo 'framing effects' se refere a mudanças na decisão dos resultados resultantes destas alterações" (IYENGAR, 1994, p. 11, tradução nossa).

Segundo o estudo, o tipo de enquadramento interfere na atribuição de responsabilidade.

> Há evidência substancial, primariamente em um domínio não-político, para sugerir que atribuições de responsabilidade causais e de tratamento para temas nacionais vão ditar as opiniões das pessoas sobre estes temas. As pessoas pensam sobre responsabilidade instintivamente, e a atribuição de responsabilidade representa uma poderosa deixa psicológica (IYENGAR, 1994, p. 10, tradução nossa).

Baseado na apresentação das notícias, segundo o autor, estudos apontam que os enquadramentos tendem a ser temáticos ou episódicos. As notícias de enquadramento episódico apresentam os temas de modo mais concreto, enquanto que os temáticos apresentam-nos em um contexto mais abstrato e geral. Mas o autor ressalta que "na prática, poucas reportagens são exclusivamente episódicas ou temáticas. (...) Para a maioria das histórias, entretanto, um quadro ou o outro claramente predomina" (IYENGAR, 1994, p. 14, tradução nossa).

Iyengar ainda justifica o fato de que a maior parte do noticiário é composta por reportagens de enquadramento episódico. Segundo ele, o limite tempo, a ética profissional da objetividade e as propagandas explicam o porquê da televisão focar suas reportagens em "atos concretos" e "breaking news". Estas são justamente apresentadas através do quadro episódico. Os temáticos tendem a buscar mais profundidade e "análises interpretativas".

Os temas escolhidos pelo autor para estudar na pesquisa foram segurança pública ("ou lei e ordem") e o bem-estar social ou econômico. Na verdade, questões que se relacionem com estes temas mais amplos. No total, o autor estudou cinco questões. "A categoria lei e ordem foi composta por crime e terrorismo. A categoria bem-estar social foi composta por questões específicas de pobreza, desemprego e desigualdade social" (IYENGAR, 1994, p. 17-18, tradução nossa). Entre as conclusões, o autor aponta:

> Os resultados indicam que o uso do quadro de notícia episódico ou temático afeta como os indivíduos atribuem a responsabilidade por temas políticos; em poucas palavras, o enquadramento episódico tende a obter uma atribuição de responsabilidade individualista em vez de social, enquanto que o enquadramento temático tem o efeito oposto (IYENGAR, 1994, p. 16-17, tradução nossa).

Este estudo, por sua vez, influenciou o nosso trabalho de forma mais sutil. A noção de atribuição de responsabilidade nos fez refletir sobre o tipo de matérias que iríamos analisar, além claro de contribuir com as noções de enquadramentos episódicos, temáticos e até corrida de cavalos.

Outros estudos

Conforme já apresentado, diversos estudos anteriores comprovam a relação de influência entre o enquadramento e a audiência, com fortes impactos sobre a opinião pública (VALENTINO et al., 2001; CHONG; DRUCKMAN, 2007; GROSS; BREWER,

2007; IYENGAR, 1994; PORTO, 2007). A maior parte delas foca, sobretudo, no período eleitoral, período sobre o qual os jornalistas tendem a enquadrar as matérias através da ótica do conflito. Segundo Gross e Brewer (2007), a cobertura de campanhas tende a ser dramática e apresentada sob a forma de um jogo. Sobre este jornalismo praticado nas eleições e sua influência sobre a audiência, Valentino (2001) destaca:

> A linguagem das urnas e da guerra pode simplesmente esfriar os leitores, distraindo-os do conteúdo substantivo da história por dar a entender que o que realmente importa não são as verdadeiras posições dos candidatos sobre questões, mas quem leva vantagem e o quanto (VALENTINO, 2001, p. 363).

Isto não significa, entretanto, que todos os leitores serão afetados. Esta influência ou impacto da notícia, como sabemos, é diferente para cada pessoa. Sobre isto, Gross e Brewer (2007) realizam um estudo com quadros substanciais e de conflito e a produção de respostas emocionais na audiência. O tema escolhido foi a cobertura da campanha da reforma financeira e os participantes eram estudantes universitários dos Estados Unidos. O resultado deu positivo, entretanto, aqueles que tendiam a desacreditar na política apresentaram respostas emocionais mais fortes. Sendo assim, os autores ressaltam que as opiniões prévias das pessoas sobre um determinado assunto interferem no impacto que o enquadramento terá.

Chong e Druckman (2007) também abordam esta questão. Os autores formularam um novo modelo de análise e acreditam que a) os enquadramentos têm efeito maior nos indivíduos que têm um maior conhecimento do assunto; b) concepções de mundo prévias e fortes vão atenuar os efeitos de enquadramento; c) a frequente exposição a um enquadramento vai aumentar a acessibilidade e disponibilidade a considerações sobre um assunto (CHONG; DRUCKMAN, 2007, p. 110). Ao construir uma matéria sobre quadro de conflito, os efeitos, obviamente, terão algum impacto sobre as pessoas, ainda que distintos. A questão é que no caso da política, para a política, os impactos podem ser negativos.

Os quadros fortes

Os autores Chong e Druckman também desenvolveram um trabalho a respeito do impacto que os enquadramentos podem provocar na audiência. No artigo intitulado “Uma teoria de enquadramento e formação de opinião em ambientes de elite competitivos”, eles

trabalham com a noção de quadros fortes ou fracos concorrem em um ambiente competitivo na tentativa de se impor um sobre o outro. Estes enquadramentos competem entre si para influenciar a opinião pública. Sendo assim, eles questionam: "O que determina a preferência do público por um quadro sobre o outro?" (CHONG; DRUCKMAN, 2007, 101). A resposta está no desenvolvimento da força dos quadros. A persuasão de um quadro, por exemplo, o fortalece frente a outros quadros. Outro fator importante é que a força o quadro também pode ser aumentada pela credibilidade de fonte.

Druckman (2001) realizou ainda outros dois estudos onde comprovou que a credibilidade da fonte exerce forte influência sobre as pessoas. Em um primeiro estudo, ficou comprovado que quadros apresentados por personalidades tidas como confiáveis exercem uma maior influência sobre as pessoas. Já o segundo estudo comprovou que veículos jornalísticos tidos como credíveis também exercem, na apresentação dos quadros, uma maior influência sobre as pessoas. Sendo assim, "a percebida credibilidade da fonte aparece como um pré-requisito para um enquadramento bem sucedido. Os efeitos do enquadramento podem ocorrer, não porque as elites buscam manipular o cidadão, mas em vez disso, porque os cidadãos delegam às elites credíveis [a oportunidade de] orientá-los" (DRUCKMAN, 2001, p. 1061).

Esta noção de que a credibilidade da fonte tem efeito sobre a força de um quadro é extremamente relevante para o trabalho, já que o objeto analisado será o Jornal Nacional, o telejornal mais tradicional e de maior audiência do Brasil. Além disso, conforme já dito, o apresentador e editor-chefe, William Bonner, é uma das personalidades mais credíveis do país segundo pesquisa Datafolha.

2.3. Os *soundbites*

A outra base teórica dentro estudos de comunicação utilizada neste trabalho se refere aos *soundbites*. Nas palavras de Wilson Gomes (2009),

> A expressão inglesa sound bite, neologismo que se aplica inicialmente à porção sonora de uma matéria de telejornal onde um ator político fala diretamente, foi tendo o seu sentido paulatinamente deslocado para uma das características adjetivas da sonora. Assim, em certos ambientes, passou a significar principalmente a frase lapidar, o mote verbal, a frase de efeito no interior de uma narrativa (GOMES, W., 2009, p. 195).

Em uma das primeiras pesquisas acerca do assunto, Daniel Hallin constatou uma redução das sonoras. Hallin (1994) faz um estudo de *soundbites* de campanhas políticas entre os anos de 1968 e 1988. O resultado da pesquisa mostra que ocorreu um encurtamento da média de *soundbites* com o passar dos anos. Em 1968, a média era de 43,1 segundos. Em 1988, não chegou nem aos 10 segundos (8,9 segundos).

Um dos motivos apontados para explicar este encurtamento é o aumento da mediação no jornalismo. Segundo o autor, o jornalismo televisivo de 1988 é mais mediado do que o dos anos 60. A média do tempo de fala dos não-jornalistas caiu de 17,6 segundos em 1968 para 5,7 segundos em 1988. Outra característica deste "novo" jornalismo televisivo é a presença cada vez maior de declarações narradas e dos especialistas. "Esta embalagem significa que a matéria jornalística moderna é muito mais centrada no jornalista do que sua antecessora: o jornalista, e não o candidato ou outro *newsmaker* (...), é o comunicador primário" (HALLIN, 1994, p. 138, tradução nossa)

Segundo Hallin, esta mudança na cobertura das campanhas políticas, na verdade, está relacionada com a mudança do próprio modo de se fazer telejornalismo. O encurtamento dos *soundbites* ocorreu no noticiário em geral. Hallin aponta três fatores que podem explicar esta mudança. O primeiro deles é uma evolução ocorrida na área da comunicação. Os avanços tecnológicos possibilitaram uma maior facilidade na produção e edição das notícias. Além destes avanços, esta evolução também se refere ao desenvolvimento de um *know-how* televisivo e a formação de uma estética de narrativa das reportagens e da própria televisão.

O segundo fator apontado por Hallin é o "enfraquecimento da autoridade e do consenso político" (HALLIN, 1994, p. 140). Durante os anos da guerra do Vietnã e do escândalo de Watergate, o jornalismo americano foi pressionado a sair da posição passiva em que se encontrava, na qual reproduzia as declarações oficiais do governo, para ocupar um lugar mais ativo. As reportagens, assim, tornaram-se mais mediadas, com interpretações e análises a respeito de um fato. Os jornalistas também são forçados a se tornarem mais ativos, inclusive como uma forma de evitarem a manipulação política. Uma das consequências dessa mudança de postura foi o crescimento do tom mais negativo na cobertura de campanhas. Em 1968, somente 10,3% das matérias analisadas foram apresentadas sob uma ótica negativa; em 1988, o total já havia subido para 25,8%. Em contrapartida, o índice da cobertura positiva caiu de 8,6% em 1968 para 1,6% vinte anos depois (HALLIN, 1994).

O terceiro e último fator associado com o encurtamento dos *soundbites* na cobertura do telejornalismo é o econômico. As redes perceberam que poderiam lucrar financeiramente com as notícias. Assim, em um ramo extremamente competitivo, diversas mudanças ocorreram no sentido de manter ou ganhar a atenção da audiência. Uma delas foi justamente "apressar o ritmo" de apresentação das matérias e o encurtamento dos *soundbites*. "Críticos de mídia pressionaram as emissoras a ser menos passivas, a contar mais ao público sobre as estratégias de construção da imagem dos candidatos" (HALLIN, 1994, p. 144, tradução nossa). Com o passar dos anos, as campanhas se modernizaram e aprimoraram algumas técnicas de manipulação de construção da imagem dos candidatos e controle ("gerenciamento") de notícias. Nesta pressão para ser mais ativo, o "novo" telejornalismo passou a desvendar essas técnicas para o público.

Para Hallin, em relação a este encurtamento dos *soundbites*, é "inquietante" não ter a possibilidade de ouvir alguém falar por 20 segundos. "Tinha-se uma sensação de compreensão de algo do caráter da pessoa e a lógica de seu argumento que uma frase de efeito de 10 segundos jamais poderá fornecer" (HALLIN, 1994, p. 146, tradução nossa).

Por fim, outro ponto tratado no artigo é a predominância da abordagem "corrida de cavalos" em contraposição às "orientadas por questões substantivas" nas matérias sobre as campanhas. Além desta predominância, Hallin constatou que as notícias de abordagem de "corridas de cavalos" tinham os *soundbites* menores.

> A conexão entre a cobertura em corrida de cavalos e os soundbites jornalísticos é muito forte. Eles não somente tendem a coincidir historicamente, como um aumento na cobertura de corrida de cavalos e o encurtamento dos soundbites, mas uma correlação substancial entre o comprimento do soundbite e a ênfase na corrida de cavalos aparece em cada ano deste estudo (HALLIN, 1994, p. 148).

Uma possível explicação para esta relação é a dramaticidade associada à notícia que apresenta estes dois aspectos. A "estrutura de narrativa dramática" é importante para os programas da televisão moderna (HALLIN, 1994).

Wilson Gomes (2009) desenvolveu um estudo sobre *soundbites*. O autor analisou 100 edições consecutivas do Jornal Nacional durante o período de 27 de agosto e 20 de dezembro de 2007. Apesar de este intervalo abranger parte do escândalo de Renan Calheiros, o objetivo, na realidade, é conseguir analisar um período tido como "normal" na

cobertura do telejornal. Ou seja: um período sem grandes escândalos e sem campanha eleitoral.

A amostra do estudo totalizou cinquenta horas, vinte e cinco minutos e treze segundos. A informação política que é o objeto deste estudo foi decupada, totalizando sete horas, quarenta minutos e quarenta e seis segundos. Duas questões nortearam essa decupagem: "1) quem está na tela? Jornalista (repórter ou âncora) ou políticos? 2) de quem é a voz que se ouve? Do jornalista ou dos atores políticos?" (GOMES, W., 2009, p. 189). O intuito era descobrir como funcionava a distribuição de quotas de visibilidade e quem mantinha essas quotas.

A principal conclusão do trabalho está sobre a relação entre a distribuição de quotas de visibilidade e a ocupação de um cargo institucional.

> Na nossa amostra, apenas 30% dos senadores que tiveram quotas de fala própria não tiveram acesso à audioesfera em virtude de uma função de representação. Os demais o fizeram enquanto líderes de partido ou de blocos parlamentares, do exercício da presidência do Senado ou de comissões que estiveram em tela (Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Ética da Casa, CPIs), do exercício de relatorias de processos (o de Renan Calheiros) ou procedimentos legislativos (da CPMF, do Orçamento) em destaque. Dentre os dez senadores com maior quota de sonoras, apenas Aloizio Mercadante podia ser simplesmente identificado como "senador". E os verdadeiros protagonistas da audioesfera brasileira no Senado (Jucá, Calheiros, Arthur Virgílio e Agripino), que representam, juntos, 1/3 da voz do senado na esfera de visibilidade central, ou foram o objeto de uma *hot story* - que se soma à visibilidade típica da presidência do Senado (Renan Calheiros) - ou ocupam os papéis de líderes do enredo principal na novela oposição vs. governo. Não são pessoas, são lugares narrativos (GOMES, W., 2009, p. 215-216, grifo do autor).

3. ESTRUTURANDO A PESQUISA EMPÍRICA

3.1 Sobre o *corpus* empírico

O presente estudo busca analisar como se dá a construção do noticiário de escândalo do Jornal Nacional. Parte-se do princípio que a cobertura de fatos escandalosos apresenta uma série de características próprias. Na tentativa de identificar estas características foram considerados alguns aspectos. São eles: os enquadramentos, a formulação dos assuntos, a visibilidade conferida aos atores políticos e os *soundbites*.

Além destes, outros aspectos são importantes em uma análise de telejornal: os elementos da notícia. Uma reportagem completa de telejornal é composta pela sonora do entrevistado, pelo *off* e passagem do repórter. No caso deste estudo, as falas e intervenções dos apresentadores do Jornal Nacional antes e no final da matéria foram também consideradas.

O off é o texto escrito e gravado pelo repórter e compõe a matéria junto com as imagens feitas pelo cinegrafista. Estas imagens tendem a estar em sintonia com o que é dito no áudio da matéria. Os *offs* geralmente são intercalados por sonoras e introduzem seu conteúdo.

As sonoras são as entrevistas (ou trechos delas) feitas com as fontes utilizadas na matéria. É a única parte em que não há a voz do jornalista, somente a voz do entrevistado. Segundo Porto (2007), é justamente nas sonoras onde os enquadramentos interpretativos (já explicados no capítulo 2) são apresentados. "No caso dos telejornais, estes enquadramentos geralmente são apresentados por fontes que são entrevistadas (as chamadas 'sonoras'), pois as normas da objetividade e da imparcialidade tendem a impedir que jornalistas apresentem interpretações explícitas" (PORTO, 2007, p. 126). Porto, entretanto, ressalta que os jornalistas não se sentem obrigados a serem imparciais quando operam na "esfera do consenso" ou na "esfera dos desviantes"[13]. Ainda segundo o autor, os jornalistas utilizam as falas destes agentes para provocar interpretações sobre determinados

[13] "Jornalistas não sentem a obrigação de serem objetivos e imparciais quando operam na 'esfera do consenso' e passam a celebrar os valores considerados dominantes (Hallin, 1989). Por outro lado, quando operam na 'esfera dos desviantes', como na cobertura de protestos e de outras atividades desenvolvidas por movimentos radicais ou de oposição considerados 'ilegítimos', jornalistas também não sentem a obrigação de seguir esses valores. Em ambos os casos, eles ou elas tendem a apresentar enquadramentos interpretativos de forma mais frequente, em lugar de utilizar fontes para realizar essa função" (PORTO, 2007, p. 126).

assuntos. Falas estas (ou argumentos) que frequentemente estão em consonância com o que pensam os próprios jornalistas (PORTO, 2007).

Em entrevista à Mauro Porto (2007), o âncora e editor-chefe do Jornal Nacional, William Bonner, explicou a importância da sonora em uma notícia. "A sonora, em primeiro lugar, legitima o discurso jornalístico da reportagem. Uma sonora bem escolhida e representativa daquilo que se vê na rua é 80% da matéria (...). A sonora é fundamental numa matéria" (PORTO, 2007, p. 164).

Por fim, Porto ressalta que as sonoras podem ter posições privilegiadas dentro da matéria. O ex-editor-chefe do Jornal Nacional, Mário Marona, confirmou em entrevista a ele esta vantagem.

> Mário Marona admitiu, por exemplo, que uma acusação contra um membro do governo pode favorecer, e não prejudicar, a fonte oficial em questão. Marona afirmou que para evitar um viés "pró-governo" no *Jornal Nacional* ele frequentemente solicitava aos jornalistas retirar sonoras de fontes oficiais do final de uma notícia e movê-las para o meio da narrativa. De acordo com o ex-editor-chefe do telejornal, uma das principais lições que ele aprendeu no jornalismo de televisão é a de que "o último a falar ganha" (PORTO, 2007, 174, grifo do autor).

Os estudos sobre as passagens, por sua vez, não revelam uma hierarquia, mas sim os diversos papéis que elas podem representar dentro da reportagem. Entretanto, primeiramente é importante conceituar o que chamamos de passagem. Em uma reportagem, a passagem nada mais é do que a aparição do repórter, na maioria das vezes, no local do acontecimento (FECHINE; LIMA, 2009). Além disso, esta aparição do jornalista na matéria já chama a atenção do espectador. "A presença do repórter no vídeo produz, por si só, um momento de destaque dentro da estruturação geral da reportagem. Quando dirige o olhar, de modo interpelativo ao espectador, o repórter tende a chamar sua atenção" (FECHINE; LIMA, 2009, p. 272).

Em um estudo realizado, Fechine e Lima (2009) identificaram sete funções diferentes que a passagem pode desempenhar na matéria. O *corpus* utilizado pelas autoras na análise é composto justamente por notícias dos quatro telejornais da Rede Globo, entre eles o Jornal Nacional[14].

---

[14] "De 100 reportagens selecionadas a partir de uma amostra de, aproximadamente, 12 horas de gravação, coletadas em quatro telejornais nacionais e diários da Rede Globo, no período de 13 a 22 de dezembro de 2006. Os telejornais e o número de reportagens que foram objetos de estudo são: Jornal Nacional (37), Jornal da Globo (25), Globo Esporte (25) e Jornal Hoje (13)" (FECHINE; LIMA, 2009, p. 271).

Após a decupagem (transcrição) do material e posterior análise, as autoras elencam sete funções que as passagens podem desempenhar na reportagem de telejornais diários: contextualização ou recuperação de informações, desdobramento do fato/fenômeno, indicação ou realce de percurso, hierarquização de informações, gerenciamento de atenção, proposição de juízos interpretativos e construção de presença (FECHINE; LIMA 2009).

A primeira, a passagem de contextualização, tem como principal característica a retrospectiva, reconstituição do fato ou sua inserção em contextos diversos (socioculturais, sócio-históricos, políticos ou econômicos).

Na passagem de desdobramento, a segunda função possível, há o desdobramento do acontecimento/fato da notícia, seja através de atualizações, previsões ou detalhamentos. Segundo as autoras, cumprem esta função as "passagens que contêm balanços, antecipação de fatos, curiosidades, demonstrações e explicações minuciosas de um determinado aspecto da notícia" (FECHINE; LIMA, 2009, p. 272).

A terceira categoria de passagem, aquela de indicação ou realce de percurso, tem como função primordial indicar o caminho ou o desenvolvimento da narrativa proposto pelo repórter. Além desta, as passagens de indicação "também servem de 'ponte' entre diferentes situações e elementos, conduzindo o telespectador na interpretação da reportagem, na medida em que 'pontuam', evidenciam as rupturas, as ligações, transições feitas dentro da narrativa" (FECHINE; LIMA, 2009, p. 272). As passagens que indicam o problema central da matéria, deslocamentos espaciais ou temporais, mudanças do geral para o particular (ou o contrário) e também evidenciam mudanças de situações e entrevistados se enquadram nesta categoria.

A quarta função que a passagem pode desempenhar é a de hierarquização de informações. Assim como sugere o próprio nome, esta passagem tende a valorizar ou dar destaque a uma informação específica frente às outras que compõem a matéria. "A função desse tipo de passagem é (...) hierarquizar informações, situações, aspectos ou personagens dentro da reportagem, dando maior importância a tais elementos dentre os vários outros enumerados ao longo do roteiro" (FECHINE; LIMA, 2009, p. 272-273). O repórter sugere, deste modo, o aspecto da matéria que considera mais importante e aquele o qual o espectador deve prestar mais atenção.

Na passagem de gerenciamento de atenção, também como o nome sugere, ocorre uma espécie de articulação de estratégias no intuito de prender ou capturar a atenção do espectador. São passagens que apelam para o lúdico, com brincadeiras e pegadinhas, entre

outros, e espetacularizações, com o objetivo aumentar o envolvimento com a narrativa jornalística. Esse objetivo também é atingido através de expectativas geradas e curiosidade com o andamento da reportagem. Estas passagens "exploram bastante a função fática da linguagem, convocando mais diretamente o envolvimento do telespectador com o conteúdo reportado, com expressões do tipo: 'Você deve lembrar que em...', 'Responda rápido...', 'O que você diria se...'" (FECHINE; LIMA, 2009, p. 273). Naturalmente, por não estar de acordo com o padrão de estilo do telejornal, este tipo de passagem tende a aparecer em outros programas ainda que jornalísticos ou então das matérias da editoria de esportes.

O sexto tipo de passagem, a proposição de juízos interpretativos, basicamente apresenta algum comentário ou opinião do repórter. Estes são explícitos e podem ser críticos ou analíticos. Além disso, também é possível encontrar passagens que auxiliem conclusões por parte do espectador frente ao que foi noticiado. De acordo ainda com as autoras, estas passagens são comuns nas reportagens das editorias de esportes e internacional.

Por fim, a sétima e última categoria enquadra as passagens de construção de presença. A sua função é "assinalar uma presença" ou "realçar a proximidade do repórter em relação àquilo que noticia, enfatizando uma condição que subjaz todas as suas outras participações no telejornal, a de 'testemunha' do fato/fenômeno reportado (afinal, é ele que 'está no local')" (FECHINE; LIMA, 2009, p. 273). Eventualmente, é possível cobrir estas passagens com imagens ou até mesmo suprimi-las sem que haja necessariamente um grande dano à matéria.

Este estudo é importante a partir do momento em que revela possíveis funções desempenhadas pelas passagens nas matérias, já que posteriormente neste trabalho elas são analisadas sob a ótica dos enquadramentos e *soundbites*. Além do mais, algumas das passagens que ressaltam o jogo político, por exemplo, se enquadram na categoria número seis e explicitamente propõem juízos interpretativos. É importante, inclusive, perceber em quantas matérias há passagens deste tipo ou quantas hierarquizam a informação. A questão aqui é a de que, na política, talvez o uso destas passagens seja, digamos, perigoso. Ao propor juízos ou hierarquia de informações acerca do fato político, o repórter deliberadamente restringe as possíveis interpretações que o espectador poderia desenvolver. Na ótica de Porto (2007), estas matérias possivelmente poderiam ser enquadradas dentro do formato episódico ou restrito, o que acabaria por reduzir as chances de outras interpretações do espectador a uma única interpretação dominante.

Uma crítica apontada por Emerim (2010) se relaciona, de certo modo, com os juízos de interpretações promovidos pelos repórteres. De acordo com a autora, as reportagens de televisão atualmente têm "quebrado" uma importante regra do jornalismo: a isenção. A autora aponta que:

> Repórteres têm construído opiniões, emitido juízos de valor e tratado entrevistados como amigos íntimos em nome de uma naturalidade, de uma fala mais coloquial, mais direta. Como resultado, gírias, erros de português e de concordância gramatical têm sido frequentes, afinal, justificam-se pela naturalidade e pela aproximação com a fala do povo das ruas. Ao mesmo tempo em que, igualados, no mesmo patamar hierárquico, repórteres e entrevistados opinam, falam sobre o que sentem e o resultado é o de uma conversa entre "compadres", pois, em geral, não há discordância. Perde-se a informação, mas sobram opiniões sobre os fatos do mundo (EMERIM, 2010, p. 12).

O argumento da autora é válido para chamar a atenção para o uso das opiniões dos repórteres que aparecem em algumas matérias. Não falamos aqui do editorial tampouco do bloco opinião que integra alguns telejornais, mas sim das reportagens que vão ao ar. E estas opiniões e entendimento de mundo podem ser encontrados frequentemente nas passagens.

Sendo assim, também podemos assumir (exatamente como o fizemos no caso das sonoras) que o "último a falar ganha" também para as passagens, principalmente se elas forem de proposição de juízos interpretativos ou hierarquização de informações.

No que diz respeito ao objeto de análise deste presente estudo, o Jornal Nacional é, sem dúvida, o principal telejornal brasileiro. Com mais de quarenta anos, o Jornal Nacional é o telejornal de maior audiência do país. Sua primeira exibição ocorreu em 1° de setembro 1969, sob o comando de Hilton Gomes e Cid Moreira. A princípio, ele foi lançado para competir com o Repórter Esso, da TV Tupi e também foi o primeiro telejornal transmitido em rede nacional. Seu nome, inclusive, veio daí (apesar do seu patrocinador ser o Banco Nacional). Seu primeiro slogan foi "A notícia unindo seis milhões de brasileiros", devido a esse caráter nacional. Em 1971, o jornalista Hilton Gomes saiu do telejornal e em seu lugar entrou Ronaldo Rosas. Um ano depois, saiu Rosas e entrou Sérgio Chapelin, que comandou o Jornal Nacional juntamente com Cid Moreira por mais de 20 anos. A essa altura o telejornal já era líder de audiência no país. Em 1996, William Bonner e Lillian Witte Fibe assumem a bancada do telejornal. "O objetivo da mudança era colocar à frente do telejornal jornalistas profissionais, envolvidos com a

produção das matérias. Buscava-se, assim, dar maior credibilidade às notícias e dinamizar as coberturas" (MEMÓRIA GLOBO, 2005, p. 287-288). De acordo com o então editor de planejamento da Central Globo de Jornalismo, Carlos Henrique Schroder (hoje diretor geral da Área de Jornalismo e Esporte da Rede Globo), a substituição de Cid Moreira e Sérgio Chapelin foi uma decisão difícil de tomar.

> Todas as pesquisas indicavam o êxito dos nossos locutores. Mas eu sentia a necessidade ao longo dos anos de ter jornalistas na bancada, para que houvesse agilidade. (...) Vendo retrospectivamente, parece que foi uma decisão fácil de tomar. Mas não foi. Qualquer mudança no *Jornal Nacional* é muito complicada, porque se trata do principal telejornal da casa e do país. E um dos principais programas da TV Globo. Ter jornalistas como apresentadores dá a oportunidade de improvisar, de intervir no noticiário no momento em que ele está no ar. Permite a realização de entrevistas ao vivo, pergunta a repórteres, a entrevistados. Permite um arredondamento de certas matérias. Esse nunca foi o papel dos locutores, a quem apenas cabia ler o que tinha sido escrito. Por mais competentes de fossem, e eram monstros sagrados da locução, os melhores do país, eles não foram formados para desempenhar o papel de jornalistas (MEMÓRIA GLOBO, 2005, p. 288, grifo do autor).

Dois anos depois, Fátima Bernardes assume a apresentação juntamente com Bonner, que passaria a ser o novo editor-chefe do telejornal em 1999. Na década de 2000, o Jornal Nacional passa por uma série de mudanças. A primeira e mais notável de todas foi a retirada do editorial e de editoria de opinião. Houve também uma popularização das matérias, com a inclusão das pautas de segurança. A intimidade entre os apresentadores (que são casados) também é ressaltada em algumas coberturas, como durante a Copa do Mundo de Futebol de 2002, quando Fátima Bernardes viajou para a Coréia do Sul e Japão para cobrir o campeonato. Acreditamos que estas mudanças tenham como interesse recuperar parte da audiência perdida (mesmo que mínima) pelo Jornal Nacional ao longo dos anos e desgaste de sua imagem – principalmente quando associado a um viés de direita que durante anos apoiou a ditadura militar no Brasil e os presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

Apesar de demonstrar queda na audiência ao longo dos anos, o Jornal Nacional permanece líder absoluto no país. Sua audiência média nos três primeiros meses de 2011 foi de 32 pontos de IBOPE, onde cada ponto corresponde a 58 mil domicílios da grande São Paulo[15].

---

[15] VER: NOVELAS bagunçam ibope do "JN".

> No Brasil, há muitos anos, dentre os cinco produtos da grade da programação da televisão aberta com a maior concentração da atenção pública (ou, dito de outro modo, com o maior índice de audiência) está apenas um produto que trata da atualidade, o Jornal Nacional. Em geral, a cabeça da lista dos destaques semanais de audiência é ocupada pela novela das oito. Os outros três se alternam entre uma segunda telenovela noturna, jogos de futebol, uma ficção de humor nacional e filmes. Todos os "top 5" da grade são oferecidos ao consumo no horário compreendido entre 7 e 10 da noite, o *prime time*, ou horário nobre da televisão brasileira (GOMES, W., 2008, p. 185, grifo do autor).

O Jornal Nacional é transmitido pela emissora Rede Globo, de segunda a sábado, geralmente entre as 20h15 e 20h45. Segundo Wilson Gomes,

> O *Jornal Nacional* é uma janela que conserva e, eventualmente, engrossa a atenção pública, situado na grade entre duas estrelas da audiência nacional, as telenovelas da noite. É uma brecha de informação de atualidade entre dois blocos de ficção de grande apelo público. (...) A oferta de informação (e, portanto, de exibição) política é acomodada num conjunto da oferta de informação de outra natureza para um público que, dentre outras coisas, faz as suas refeições, atualiza a conversa cotidiana (diretamente ou por meios eletrônicos) e/ou se prepara para o ritual familiar de assistir à novela das oito. Neste quadro, a política no *prime time* da televisão brasileira não apenas se exibe à atenção pública disponível, mas deve também atrair mais atenção pública, além de manter aquela já disponível (GOMES, W., 2008, p. 186-187, grifo do autor).

O estudo

O período escolhido para análise está situado entre 25 de maio de 2007 e 13 de dezembro de 2007, período em que foram veiculadas matérias referentes ao caso Renan Calheiros; de 25 de janeiro até 5 de junho de 2008, período que corresponde ao escândalo dos Cartões Corporativos e entre os dias 28 de maio e 31 de agosto de 2009, período referente ao escândalo de Sarney/Senado.

No total, foram analisadas 119 matérias do Jornal Nacional referentes ao caso Renan Calheiros (durante os meses de maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2007), 71 sobre o escândalo dos Cartões Corporativos (entre os meses de janeiro e junho de 2008) e 74 edições correspondentes ao escândalo de Sarney/Senado (veiculadas em maio, junho, julho e agosto de 2009). À exceção de alguns sábados, praticamente em todas as edições do telejornal havia uma matéria sobre o escândalo em questão.

Sobre o caso Renan Calheiros, o escândalo tornou-se público a partir da denúncia feita pela revista semanal Veja, onde uma matéria acusava o então presidente da Casa de

envolvimento financeiro com o lobista Cláudio Gontijo, assessor da Diretoria de Desenvolvimento da área de tecnologia da construtora Mendes Júnior. Segundo a matéria, Gontijo teria pagado pensão mensal e aluguel para uma filha de três anos que o senador tem com a jornalista Mônica Veloso.

Renan ao longo do período foi alvo de diversas denúncias, entre elas de corrupção e uso de recursos da construtora Mendes Júnior e favorecimento da mesma. O senador, inclusive, chegou a ser absolvido duas vezes da cassação pelo plenário do Senado. O primeiro julgamento ocorreu em 12 de setembro. Nele, 35 senadores votaram pela cassação de Renan Calheiros e 40 pela absolvição. Seis senadores se abstiveram. O segundo julgamento aconteceu pouco depois de Renan renunciar à presidência do Senado. Neste último julgamento, 48 senadores rejeitaram o relatório que pedia a cassação do mandato do senador por quebra de decoro parlamentar.

Já o escândalo dos Cartões Corporativos estourou em 13 de janeiro de 2008, após uma denúncia publicada no jornal O Estado de S. Paulo. De acordo com a matéria, os gastos com o cartão corporativos dobraram de 2006 para 2007, durante os anos do governo Lula. A então ministra da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, aparece liderando o ranking dos ministros que mais utilizaram o cartão.

Entretanto, a primeira matéria veiculada no Jornal Nacional, uma nota lida pela âncora Fátima Bernardes por 15 segundos ("MP do Distrito Federal vai investigar uso de cartões corporativos do governo pelos ministros") só foi ao ar em 25 de janeiro, quase duas semanas depois da primeira denúncia. Apesar da última matéria ter sido veiculada em junho, o caso dos Cartões Corporativos é o que tem menos edições dos três.

Em relação ao escândalo de Sarney buscou-se enfocar neste trabalho o período correspondente àquele de denúncias diretas contra o presidente Sarney (o primeiro caso escandaloso do Senado ocorreu em menos de um mês após o senador assumir a presidência da Casa, em fevereiro[16]). A primeira denúncias diretas contra Sarney acontece no dia 28 de maio: "Sarney admite que recebia o auxílio-moradia" e ganha força com a divulgação dos atos secretos. É importante deixar claro que o escândalo do Senado também é um escândalo de Sarney.

Durante o período analisado, ocorreram na Casa o escândalo dos atos secretos e denúncias diretas contra José Sarney, tais como nepotismo, o caso da Fundação José

[16] Caso do então diretor-geral do Senado Agaciel Maia de mansão em Brasília não-declarada e seus desdobramentos. José Sarney (PMDB-AP) foi o responsável pela indicação de Maia ao cargo de diretor.

Sarney, no Maranhão, e dos apartamentos em São Paulo, que mais tardes serão abordados. Ao longo do processo de escândalo a disputa entre o governo e a oposição ganhou fôlego, inclusive com o envolvimento direto do presidente Lula[17].

3.2 Sobre a metodologia

Para analisar tais matérias, a metodologia utilizada consistiu, em primeiro lugar, na definição do que seria o noticiário político. Aqui, é importante deixar claro que a seleção do material e sua classificação como "político" se deu a partir do uso de palavras-chave, como nomes de políticos, partidos, cargos ocupados, entre outras, todas referentes ao governo federal. Sendo assim, as questões estaduais políticas que não se relacionavam com o governo federal não foram analisadas. A opção foi considerar todas as matérias[18] que, de algum modo, envolvessem atores políticos. Em seguida, foram consideradas as matérias que se relacionassem com o escândalo em questão, inclusive àquelas que envolviam outros atores.

Deve-se ainda esclarecer que os materiais ou matérias considerados não são constituídos somente por reportagens. Foram ainda incluídas na análise as citações e os *offs* cobertos. As citações ocorrem quando o âncora do telejornal narra para o espectador uma situação, uma fala, ou menciona um fato ocorrido. A imagem que aparece na televisão é a do próprio âncora. Já os *offs* cobertos podem ser de dois tipos. Primeiro, quando o áudio é da voz do repórter e a imagem é sobre o assunto em questão. Integra a grade de qualquer telejornal como uma reportagem "incompleta", sem a passagem e as sonoras. Já o segundo tipo de *off* coberto, pode ser com a voz do próprio âncora. Ele introduz um assunto e, em seguida, entra a imagem referente ao texto. Este último foi o tipo encontrado algumas vezes no Jornal Nacional.

---

[17] Resumidamente, neste caso, a disputa tem por base o fato de que o vice-presidente da Casa ser o senador tucano Marconi Perillo (PSDB-GO). Lula chegou a afirmar que o "PSDB queria ganhar o Senado no "'tapetão'".

[18] Por matérias entende-se toda e qualquer fala dentro de uma notícia. O conceito está relacionado com o material disponível e não é usado nesse contexto como sinônimo estrito de reportagem, nem de notícia. Declarações narradas são consideradas matérias, assim como os *offs*, as sonoras, as falas dos âncoras, entre outros.

Em um segundo momento, ocorreu a definição dos enquadramentos. No total, foram considerados nove enquadramentos: factuais, conflito, jogo político, impunidade, moralidade, responsabilidade, substanciais, interesse humano e frustração política. Os enquadramentos foram escolhidos devido a sua frequência nos estudos sobre o assunto e tendo por base o estudo de escândalos políticos. Ainda, durante a análise prévia de um dos escândalos, a maioria destes enquadramentos foi identificada. Entretanto, não foi encontrado nenhum enquadramento de frustração política e de interesse humano nestas primeiras análises. Sendo assim, estes foram excluídos dos resultados[19]. Vejamos como foi definido cada um destes enquadramentos:

a) Enquadramento factual: apresentam o fato de forma direta e concreta. São geralmente utilizados em pesquisas como sendo os quadros episódicos. Alguns autores, entretanto, consideram que estes quadros não enquadram uma questão. Porto (2004) define os enquadramentos episódicos "quando nenhum enquadramento interpretativo é apresentado na notícia que se limita a relatar algum fato/evento/ação ou tema" (PORTO, 2007, p. 131). Iyengar (1996), por sua vez, contrapõe estes enquadramentos episódicos aos enquadramentos temáticos (ou substanciais, conforme tratados aqui).

b) Enquadramento de conflito: apresentam o fato em modo de conflito entre lados divergentes (oposição x situação, senadores x presidente, etc.). Os enquadramentos de conflito são bem comuns na pesquisa sobre temas políticos. Estudos de efeito de enquadramento, inclusive, apontam o lado negativo em utilizá-lo, a exemplo do desenvolvimento do cinismo político, do desinteresse político por parte dos cidadãos e da crença de que política está assentada em uma constante disputa. (CAPPELLA; JAMIESON, 1997; VALENTINO; BECKMANN; BUHR, 2001; HARDY; JAMIESON, 2005; GROSS; BREWER, 2007).

c) Enquadramento de jogo político: focado na identificação e posterior julgamento das estratégias e táticas políticas, em quem ganha, quem perde. Assim como o enquadramento de conflito, este tem um viés negativo. Os primeiros estudos

[19] A análise dos enquadramentos deste estudo teve somente um *coder*.

identificaram este enquadramento durante o período eleitoral, onde candidatos são apresentados sob este viés de jogo e disputa. O enquadramento foi assim denominado de "corrida de cavalo". Tanto este tipo de enquadramento como o de conflito são valorizados pela televisão, justamente por sua estrutura narrativa dramática (HALLIN, 1994). Estes enquadramentos se aproximam, mas não são iguais, já que o enquadramento de jogo político não necessariamente apresenta um conflito, mas basicamente as estratégias e táticas políticas.

d) Enquadramento de impunidade: apresentam o fato como uma reincidência de modo a destacar a repetição de ações danosas e impunidade para os culpados. Possivelmente são apresentados em um tom negativo. Apesar de não termos encontrado este enquadramento na revisão de literatura, nos pareceu apropriado considerá-lo em uma análise de escândalos políticos. A reincidência da ação danosa, entretanto, não necessariamente enquadra a matéria dentro quadro de impunidade. É necessário que o norteamento da matéria siga esta linha de impunidade[20].

e) Enquadramento de moralidade: os enquadramentos de moralidade angulam a matéria sobre a ótica moral, com definições do que está certo, do que está errado, do que deveria ser. Estes enquadramentos ainda trazem mensagens morais. Conforme explicação de Waisbord (1996), "os exposés diferenciam o que é certo e do que é errado e distinguem aquilo que é daquilo que deveria ser. (...) As narrativas dos exposés têm, então, um duplo componente moral: são notícias sobre transgressões éticas expressas em uma linguagem moralista e que frequentemente toma a forma das antigas sagas sobre heróis e vilões, vítimas e algozes" (WAISBORD, 1996, p. 97).

f) Enquadramento de responsabilidade: de quem é a culpa? Esta pergunta orienta a matéria enquadrada sob a ótica da responsabilidade. Este enquadramento é um dos sete quadros trabalhados no artigo de Zhou (2008). Segundo sua definição, o enquadramento de responsabilidade busca um culpado ou atribui a

[20] Vale ainda ressaltar que esta observação também serve para os demais enquadramentos, principalmente o de jogo político e o de conflito.

responsabilidade de algo para alguém, seja a causa de um problema ou uma solução (ZHOU, 2008).

g) Enquadramento substancial: estes enquadramentos priorizam a discussão de conteúdos políticos, em vez somente de relatar um fato. Os temas tratados são geralmente aprofundados, discutidos com mais rigor. Estes enquadramentos podem ser encontrados na bibliografia também sob a nomenclatura de "temáticos". Eles ainda apresentam no geral as sonoras e as matérias mais longas, e os temas políticos tratados com profundidade contam com a análise de especialistas.

h) Enquadramento de interesse humano: este é um enquadramento bem comum na literatura especializada. Geralmente aparece nas reportagens que contam a história de vida alguém ou apresentam um ângulo emocional na abordagem do fato ou tema (ZHOU, 2008). Este enquadramento foi considerado somente por sua forte incidência na revisão de bibliografia. Como em nenhum momento na análise prévia ele foi identificado, acabou por ser excluído das análises posteriores.

i) Enquadramento de frustração política: assim como o enquadramento de impunidade, não sabemos de qualquer pesquisa que já o tenha utilizado previamente. Ele foi considerado somente por se tratar de uma situação e contexto bem específico do cenário brasileiro: a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República. Em 2002, durante a eleição presidencial, a expectativa acerca do governo Lula era muito grande. Entretanto, os dois mandatos (o primeiro mais do que o segundo) foram marcados por escândalos políticos. Sendo assim, optou-se por usar um enquadramento na análise que pudesse evidenciar a frustração como norteador da matéria. Assim como o enquadramento de interesse humano, este também foi excluído das análises posteriores por não ter sido identificado na análise prévia.

Para medir a questão da visibilidade dos atores políticos, utilizou-se uma tabela básica onde se distinguiu tempo de fala de cada entrevistado, dos âncoras do telejornal e do repórter. As matérias foram decupadas e o tempo de duração de cada fala foi separado e analisado. Distinguiu-se ainda o que era sonora (no caso, a fala do ator político) da fala do jornalista. Esta se dá através da menção, declaração narrada, o *off* da matéria, a passagem e as citações realizadas pelos âncoras. O que se pretende é quantificar a porção de visibilidade conferida a cada ator político através das sonoras e a parcela de fala que os jornalistas têm, além claro de estabelecer relações com os enquadramentos das matérias.

As matérias foram decupadas (transcritas) juntamente com os textos. Assim, na tabela de análise, é possível identificar quem fala, por quanto tempo, em que circunstância (se através de sonora, declaração narrada, *off*, etc.), e o texto correspondente à sua fala. Esse modo de análise contemplou os enquadramentos na medida em que para cada fala foi atribuído um quadro, sem obviamente desconsiderar o todo da matéria. A decisão de atribuir quadros às falas individuais sem desconsiderar o contexto teve por base pesquisas empírica de enquadramentos, como Porto (2007). Além do mais, já era sabido que raras são as matérias que apresentam um único enquadramento (PORTO, 2007; IYENGAR, 1994; CAPPELLA; JAMIESON, 1997; CHONG; DRUCKMAN, 2007).

4. RESULTADOS E ANÁLISE DOS ESCÂNDALOS

4.1. O caso Renan Calheiros

No dia 25 de maio de 2007 foi veiculada uma notícia no Jornal Nacional que relatava uma denúncia feita pela revista Veja a respeito do senador e então presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Segundo a reportagem, Renan era acusado de manter relações financeiras com Carlos Gontijo. Oficialmente, Gontijo tinha o cargo de assessor da Diretoria de Desenvolvimento da área de tecnologia da construtora Mendes Júnior, mas a Veja o descreveu como lobista da empresa. De acordo com a reportagem, Carlos Gontijo pagava um valor mensal de R$ 12 mil à Mônica Veloso, antigo *affair* de Renan e mãe de uma filha com o senador. A Veja ainda afirma que a construtora Mendes Júnior participou de obras do governo em áreas que seriam de influência do senador Renan Calheiros. Esta foi somente a primeira de uma série de denúncias contra o senador, que se licenciou do cargo em outubro e acabou por renunciar à presidência da Casa no início de dezembro.

Poucos dias após esta primeira denúncia, Renan entregou vários documentos que provavam, segundo ele, a sua inocência. Entretanto, uma matéria investigativa veiculada pelo Jornal Nacional desmentiu a história do senador. Diversas irregularidades foram constatadas nos documentos apresentados, como o uso de empresas de fachada, dados incorretos e contradições em sua defesa. O Conselho de Ética do Senado, que já estava para arquivar o processo, resolveu investigar. Como resultado, o escândalo ocupou por meses o noticiário brasileiro, sendo o maior dos três casos analisados.

A análise do escândalo de Renan revela ainda uma cobertura jornalística mais centrada no factual e de cunho investigativo. Ao contrário do escândalo de José Sarney (do Senado), como veremos adiante, houve muitas denúncias e mais investigações por parte dos *media*.

Um bom exemplo é a matéria de Carlos de Lannoy sobre as contradições entre os papéis entregues por Renan Calheiros para comprovar sua renda e a realidade constatada pelo repórter. A reportagem foi ao ar em 14 de junho de 2007, pouco mais de duas semanas após o estouro do escândalo. Nela, de Lannoy visita os supostos açougues que compraram carne bovina das fazendas de Renan, mas não encontra dois dele e os outros dois têm uma renda pequena demais para adquirir tamanha quantidade da mercadoria.

Além do mais, as transações são feitas sem nota fiscal e algumas informações são desmentidas por funcionários dos açougues e de Renan. Esta foi a matéria que estimulou o Conselho de Ética do Senado a investigar com mais profundidade o caso.

Das 173 edições do Jornal Nacional veiculadas durante os sete meses de noticiário de escândalo, foram consideradas 95 na análise. Estas edições continham 119 matérias que se relacionavam com o caso, somando ao total quatro horas, quarenta e sete minutos e dezesseis segundos. Todo o material foi exibido entre os dias 25 de maio de 2007 e 12 de dezembro de 2007. Nos dois primeiros meses, há quase que diariamente uma ou até duas matérias sobre o caso Renan Calheiros. Em maio, das seis edições do Jornal Nacional (a partir do dia 25, primeiro dia de escândalo no telejornal), em todas encontramos material sobre o caso, somando ao total nove matérias. Em junho, das 26 edições exibidas do mês, 26 matérias sobre o escândalo aparecem em 18 delas.

Em julho, entretanto, há uma queda na frequência de exibição das matérias sobre o caso. Durante o mês foram veiculadas 26 edições do telejornal, onde somente 13 matérias[21] distribuídas em 12 edições traziam alguma informação sobre o caso Renan Calheiros. O fato de não haver nenhuma nova denúncia durante o mês é uma das possíveis explicações para essa ausência do caso no noticiário. As matérias veiculadas tratam no geral de temas relacionados com a investigação ou com alguma disputa política. Entretanto, deve-se ainda ressaltar que durante o mês dois eventos concorreram com o noticiário de escândalo. O primeiro deles é o Pan-Americano ocorrido no Rio de Janeiro entre os dias 13 e 29 de julho. O segundo é o acidente com o avião da TAM (voo JJ3054) no aeroporto de Congonhas, São Paulo, no dia 17 de julho de 2007. O que nos levou a suspeitar da relação destes dois eventos com a ausência do noticiário sobre Renan é justamente a frequência das matérias durante o período. Nas primeiras dez edições do mês, até o dia 12 de julho, foram veiculadas dez matérias sobre o escândalo, distribuídas em nove edições. Após esse período, somente três outras matérias foram exibidas até o final do mês: uma no dia 17, outra no dia 25 e outra no dia 30 de julho.

Já em agosto e setembro, a frequência dos primeiros meses retorna. Em agosto, foram veiculadas 21 matérias sobre o caso em 20 edições do Jornal Nacional. Em setembro, foram veiculadas 25 matérias em também 20 edições do telejornal. Em outubro,

[21] A matéria "Renan Calheiros: 'Em defesa do meu direito, vou até o fim'", exibida pelo Jornal Nacional na terça-feira, 10 de julho de 2007, não foi analisada. Apesar de ter acesso ao texto da matéria no site do Jornal Nacional, não foi possível obter o vídeo para a análise.

o caso já se aproximava do seu encerramento. Há uma diminuição das matérias durante este mês, tendência que se confirma nos dois meses seguintes.

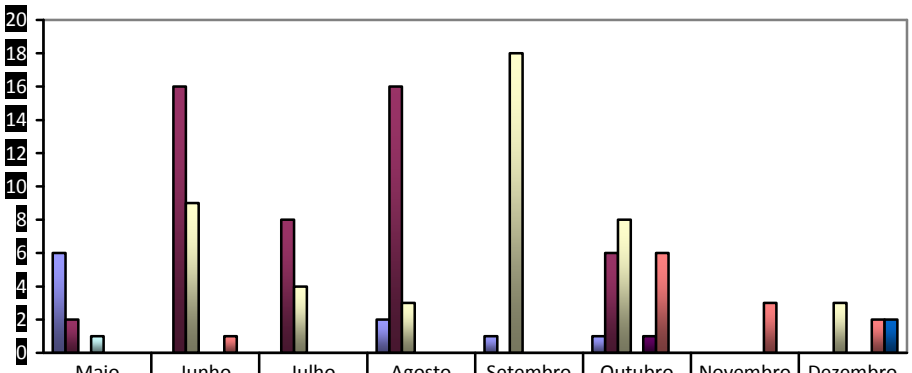
Assim, com a exceção de julho, o noticiário apresenta uma frequência quase que diária de matérias sobre o caso Renan Calheiros durante os primeiros meses. E, como era esperado, à medida que o escândalo avança e os desfechos ocorrem, o número de matérias cai. Em outubro, a média aproximada é de uma matéria em dias alternados, e, em novembro, uma matéria a cada nove dias. Por fim, em dezembro são exibidas sete matérias em quatro edições do telejornal. Um número alto, entretanto, são matérias que tratam do desfecho do caso (renúncia de Renan à presidência do Senado, sua absolvição no Conselho de Ética e a eleição de Garibaldi Alves do PMDB-RN como o novo presidente da Casa).

As matérias do escândalo Renan Calheiros duram em média dois minutos e vinte e cinco segundos. Entretanto, essa é a média geral, quando considerados todos os meses. Vale ainda ressaltar que nos dois primeiros meses as médias são maiores: em maio, a média é de três minutos e trinta segundos e, em junho, de dois minutos e quarenta e um segundos. Um dos motivos para esta duração acima da média geral é o fato de que nestes dois meses as matérias buscavam situar o espectador sobre o escândalo e dar maior espaço de visibilidade aos envolvidos. Elas seguiam uma linha mais esclarecedora, em um primeiro momento e, depois, mais investigativa. A matéria "Presidente do Senado se defende em plenário", por exemplo, veiculada na segunda-feira, 28 de maio, tem seis minutos e cinquenta e cinco segundos de duração. É uma das mais longas do escândalo todo e traz uma defesa explícita de Renan, contraposta com as informações do lado de Mônica Veloso. Das onze sonoras, oito são do então presidente da Casa e as outras três são do advogado de Mônica, Pedro Calmon Filho. As matérias nos meses seguintes, no geral, relatavam os novos acontecimentos, fossem eles sobre o andamento do caso ou disputas políticas[22].

Do total de matérias do noticiário de escândalo, 48 foram formuladas em termos de investigação, 45 de disputa política, 12 de consequência, dez de denúncia, duas de ataque/defesa e duas de acordo. Como era de se esperar, 60% das notícias de denúncia ocorreram logo no mês de maio e 91% das de consequência entre os meses de outubro e

[22] Dois bons exemplos: a matéria "Senado aceita quarta denúncia contra Renan Calheiros", de 20 de setembro, tem um minuto e cinquenta e oito segundos e, ainda do mesmo mês, "PMDB está em rota de colisão com o governo", de 27 de setembro, tem dois minutos e quinze segundos. Todas as duas estão abaixo da média geral.

dezembro. Já as matérias de investigação se concentram entre maio e agosto e as de disputa política de setembro a dezembro. Das 48 notícias de investigação, 42 ocorreram no primeiro período do escândalo, assim como 16 das 45 de disputa política. Estas, por sua vez, predominaram da metade para o final, somando ao todo 29 matérias formuladas em termos de disputas e somente seis de investigação mesmo (inclusive de andamento do caso).

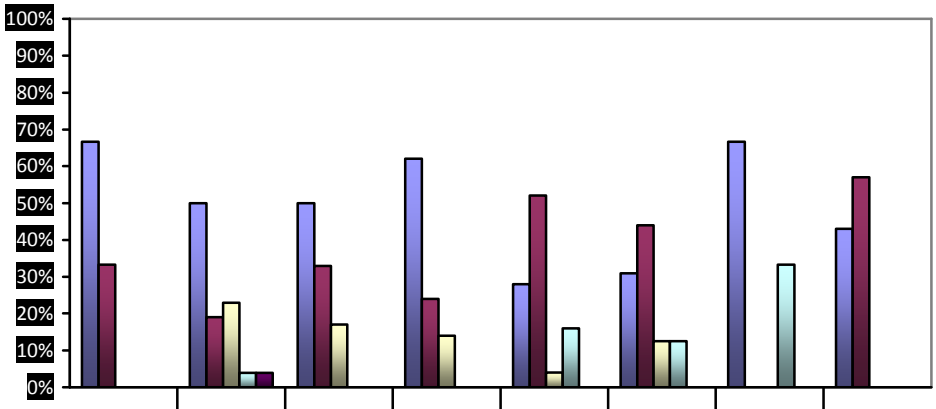


	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Denúncia	6	0	0	2	1	1	0	0
Investigação	2	16	8	16	0	6	0	0
Disputa política	0	9	4	3	18	8	0	3
Defesa	1	0	0	0	0	0	0	0
Ataque	0	0	0	0	0	1	0	0
Consequências	0	1	0	0	0	6	3	2
Acordo	0	0	0	0	0	0	0	2

Denúncia Investigação Disputa política Defesa Ataque Consequências Acordo

Gráfico 1: Formulação de problemas por meses

Em relação aos enquadramentos, 80,7% das matérias analisadas apresentaram o quadro factual como único ou dominante; ainda 11,8% apresentaram como quadro dominante o de conflito, 6,7% o de jogo político e 0,9% o substancial. Os quadros de moralidade, responsabilidade e impunidade apareceram na análise, mas não como dominantes. O quadro de frustração política não apareceu em qualquer momento.



	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Factual	67%	50%	50%	62%	28%	31%	67%	43%
Factual (dominante)	33%	19%	33%	24%	52%	44%	0	57%
Conflito (dominante)	0	23%	17%	14%	4%	12,50%	0	0
Jopo político (dominante)	0	3,90%	0	0	16,00%	12,50%	33%	0
Substancial (dominante)	0	3,90%	0	0	0	0	0	0

Factual | Factual (dominante) | Conflito (dominante) | Jopo político (dominante) | Substancial (dominante)

Gráfico 2: Distribuição mensal dos enquadramentos (%) utilizados

As matérias que apresentam como dominante o quadro de conflito também são as que têm maior média de duração, com 193 segundos. Em seguida estão aquelas de quadros factuais dominantes e únicos, com uma média de respectivamente 163 e 124 segundos por matéria. As matérias de quadro substancial duram em média 129 segundos e, por fim, as de jogo político duram 110 segundos (em média).

A formulação do problema também é considerada. As matérias de denúncia são aquelas que apresentam maior média de duração, com 195,5 segundos. Logo atrás estão as reportagens formuladas em termos de ataque e disputa política, com respectivamente 192 e 147 segundos por matéria. Em seguida aparecem as matérias de formulação investigativa (143 segundos), de acordo (136,5 segundos), de defesa (133 segundos) e, por fim, de consequência (98,9 segundos).

Durante o escândalo, na maioria das vezes, Renan se mostrou confiante quanto a sua inocência e deu diversas declarações. Das 398 sonoras que compõem as matérias do escândalo, 19,3% foram dadas por ele (77 sonoras). A média de 19,3% também se mantém quando da proporção de tempo de fala. No total, foram 4.878 segundos de sonoras

relacionadas com o escândalo e, destes, 942 segundos foram das falas do senador Renan Calheiros, que ocupa com folga a primeira posição no ranking de sonoras e *soundbites*.

Seguindo Renan, no segundo lugar está Renato Casagrande (PSB-ES), com 21 sonoras e 231 segundos de fala. A diferença entre o número de sonoras e *soundbites* de Renan para Casagrande é imensa. Este resultado, entretanto, não surpreende. Apesar de ocuparem ambos dois cargos de destaque (Casagrande era um dos relatores do Conselho de Ético no caso e também líder de seu partido no Senado), Renan é o principal envolvido no escândalo. Na tabela abaixo é possível visualizar melhor os onze primeiros colocados no ranking (já que há um empate no número de sonoras entre os dois últimos):

	Ator político	**Cargo/ Função**	**Nº de sonoras**	**Percentual de sonoras**	**Total de *soundbites* (segundos)**	**Média de segundos/sonora**
1°	Renan Calheiros (PMBD-AL)	Senador e presidente do Senado	77	19,34%	942	12,23
2°	Renato Casagrande (PSB-ES)	Senador, relator do Conselho de Ética do Senado e líder do partido	21	5,27%	231	11
2°	Demóstenes Torres (DEM-GO)	Senador e líder da minoria	21	5,27%	198	9,42
4°	José Agripino Maia (DEM-RN)	Senador e líder do partido no Senado	19	4,77%	221	11,63
5°	Almeida Lima (PMDB-SE)	Senador e relator do Conselho de Ética do Senado	17	4,27%	208	12,23
6°	Romero Jucá (PMDB-RR)	Senador e líder do governo	16	4,02%	166	10,37
7°	**Lula (PT-SP)**	**Presidente da República**	**13**	**3,26%**	**248**	**19,03**
8°	Romeu Tuma (DEM-SP)	Senador e corregedor do Senado	12	3,01%	189	15,75
8°	Jefferson Peres (PDT-AM)	Senador e líder do partido no Senado	12	3,01%	166	13,83
10°	Arthur Virgílio (PSDB-AM)	Senador e líder do partido no Senado	10	2,51%	126	12,6
10°	Wellington Salgado (PMDB-MG)	Senador	10	2,51%	107	10,7

Tabela 1: Relação das sonoras e atores políticos no caso Renan Calheiros

Se levarmos o ranking até a vigésima posição, temos ainda o advogado de Mônica Veloso, Pedro Calmon com nove sonoras, seguido por Valdir Raupp (PMDB-RO, líder do partido na Casa) e Aloizio Mercadante (PT-SP), cada um com oito sonoras. Na sequência, mais empate: com sete sonoras cada temos Álvaro Dias (PSDB-PR, vice-líder do partido no Senado), Leomar Quintanilha (PMDB-TO, presidente do Conselho de Ética), Tião Viana (PT-AC, primeiro vice-presidente do Senado), Pedro Simon (PMDB-RS), Tasso Jereissati (PSDB-CE, presidente do partido) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

Primeiramente, vamos nos deter na relação entre o ator político e o número de sonoras. Ao analisar o ranking, pode-se constatar que dos 20 atores políticos que mais tiveram sonoras veiculadas nas matérias do Jornal Nacional, apenas dois não eram senadores: o presidente Lula e o advogado de Mônica Veloso, Pedro Calmon Filho. Este último, entretanto, entra facilmente na cota dos envolvidos com o caso. Ainda, dos 18 senadores apenas quatro não ocupavam cargos de representação no Senado, como, por exemplo, líder de partido ou relator do Conselho de Ética. A proporção diminui quando considerados os primeiros colocados, onde apenas um é "somente" senador. Os demais, com a exceção do presidente Lula, ocupavam alguma outra função representativa.

Em relação aos envolvidos diretamente no escândalo, além do próprio Renan Calheiros, o advogado de Mônica Veloso, Pedro Calmon Filho, é o que mais aparece. Somando-se todas as falas dos envolvidos, com a exceção das de Renan, temos 25 sonoras (6,28% do total) e 345 segundos (média de 13,8 segundos/sonora). Se considerarmos como uma categoria específica os 'envolvidos', estes ocupariam a segunda posição no ranking de sonoras e de *soundbites*. Com Renan, a porcentagem cresce um pouco: os 'envolvidos' abocanham 25,6% do total de sonoras proferidas no escândalo.

Os demais atores políticos que não aparecem no ranking constituem ainda uma parcela importante. São no total 45 atores, entre senadores, deputados, ministros, procuradores, entre outros. Eles somam juntos 87 sonoras e 1.069 segundos, o que no fim das contas dá menos de duas sonoras por ator durante os meses de escândalo (média de 1,97 sonoras) e 24,29 segundos de *soundbites* para cada um. Uma média baixa, quando comparada com os primeiros colocados. Os únicos deputados a aparecerem na cobertura do Jornal Nacional sobre o caso Renan Calheiros estão entre estes 45 atores de pouca visibilidade. Apenas nove deputados conseguiram alguma visibilidade no Jornal Nacional durante a cobertura do escândalo e, destes, sete ocupavam cargos de representação – do total de 513 deputados eleitos.

A porcentagem de visibilidade dos senadores é melhor. Dos 81 eleitos, 35 senadores, além de Renan, aparecem na cobertura. O número ainda é baixo se considerarmos que 45 outros senadores não têm qualquer voz no Jornal Nacional. Entretanto, nem se compara com a situação dos deputados. Um fator que pode influenciar esta diferença de visibilidade entre as casas legislativas é o fato do escândalo em questão envolver diretamente o presidente do Senado.

No total, os senadores, deputados, ministros ou representantes de cargos ou funções partidárias detêm 70,9% das sonoras, os 'envolvidos' 25,6% e os outros (especialistas, presidentes de instituições, etc.) 3,5%. A predominância dos senadores é mais visível quando separamos os grupos. Das 398 sonoras proferidas durante o caso Renan Calheiros, 63% foram de senadores, enquanto que somente 3% foram de deputados e 1,3% de ministros. Há diferença também dentro da Presidência da República. Lula tem uma porcentagem de sonoras maior que a dos deputados, de 3,3%. Já o vice-presidente José Alencar tem somente 0,3% do total de sonoras proferidas no escândalo.

Dos partidos políticos com cota nessa esfera de visibilidade, o PMDB larga na frente com onze senadores, seguido pelo PT e PSDB, cada um com seis senadores, DEM com cinco, PDT e PTB com dois cada, PC do B, PSB e PSOL, com um cada. Em uma proporção com a bancada eleita dos quatro grandes partidos, o PMDB tem 57,9% de seus senadores na esfera de visibilidade, o PT tem 50%, o PSDB tem 46,1% e o DEM tem 33,3%. Já em relação aos partidos menores, o PSOL e o PC do B têm 100% (cada um tem somente um senador), seguidos pelo PSB com 50%, PDT com 40% e PTB com 28,6%.

Em relação aos *soundbites*, como era de se esperar, o senador Renan Calheiros é aquele que apresenta maior número. São ao todo 942 segundos de fala, quase quatro vezes mais que o segundo colocado, o então presidente Lula, com 248 segundos.

A média de duração das sonoras é de 12,25 segundos no escândalo. Renan fica dentro da média, com 12,23 segundos por sonora. Os demais colocados no ranking apresentam uma média próxima, um pouco acima ou abaixo. As exceções estão por conta do então senador e corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), com uma média de 15,75 segundos (2,5 segundos acima) e de Lula (PT-SP) com a expressiva média de 19,03 segundos por sonora. Lula tem poucas sonoras, quando comparado com o noticiário "normal" ou sem escândalos. Em estudo realizado por Wilson Gomes (2009) foi constatado que Lula domina tanto no número quanto na duração de sonoras. A relação é simples de entender, afinal quem quer se associar a um noticiário que gera uma visibilidade negativa. No caso de Lula, seu papel no escândalo seria de apoio à Renan por conta de ligações partidárias.

Outro dado interessante é que o então vice-presidente da República, José Alencar (PRB-MG), só teve uma sonora de 13 segundos durante todo o escândalo e esta quando exercia a presidência na ausência de Lula. A partir disso, podemos perceber que foco do

telejornal parece ser mesmo Lula em vez da Presidência, caso contrário José Alencar apareceria mais vezes. Wilson Gomes (2009) também constatou esse fato de modo mais preciso em seu estudo sobre o noticiário "normal" do Jornal Nacional.

> A rigor, não existe a Presidência da República, existe o Presidente Lula. No período da amostra, o vice-presidente teve apenas duas sonoras, uma delas na condição de presidente em exercício, contra 76 de Lula. Não houve qualquer declaração sua narrada pelos jornalistas e, onde obteve algum destaque, nas menções nominais, com 11 referências, foi inteiramente contrastado pelas 231 de Lula (GOMES, W., 2009, p. 205).

A sonora mais longa do escândalo pertence ao senador e principal envolvido Renan Calheiros. Durante 41 segundos, Renan se defende e explica que vai se licenciar do cargo por 45 dias. A segunda maior sonora é do então presidente Lula (36 segundos). Naturalmente, é de se esperar sonoras longas quando falamos de Lula, já que na média de *soundbites* ele é o campeão. Inclusive, se considerarmos todo seu tempo de fala, o presidente detêm sozinho 5,1% dos *soundbites* do escândalo. José Alencar, por sua vez, tem 0,3%.

No total, os onze primeiros colocados ocupam 57,4% dos *soundbites* do Jornal Nacional. Os demais 54 atores dividem o tempo restante. Se agruparmos os atores, os senadores são aqueles que detêm mais *soundbites*: 60,2% do total de tempo de fala pertencem a eles. A média de duração das sonoras, entretanto, é menor que a geral: 11,7 segundos por sonora.

Em seguida, o segundo grupo seria o dos 'envolvidos'. Eles detêm 26,4% do tempo de fala relacionado ao escândalo. A média de duração das sonoras é maior que a dos senadores e mais próxima da geral, com 12,6 segundos.

Outro grupo é formado pelos especialistas, presidentes de instituições, representantes do poder judiciário, entre outros. Juntos, eles ocupam 4,7% do tempo de fala do telejornal relacionado com o escândalo. A média de duração da sonora é uma das maiores, com 14,4 segundos. Na verdade, como são falas de especialistas é natural que elas sejam um pouco maiores.

Já os deputados não estão bem colocados. Além de terem uma porcentagem bem menor que os demais, eles têm a menor média de duração de sonora dos grupos. As sonoras proferidas por eles ocupam 2,6% do total de *soundbites* do escândalo, com uma média de 10,6 segundos por sonora.

Por fim, os ministros do governo. Diferentemente dos demais casos de análise, eles quase não apareceram neste escândalo. Do total do tempo de fala, somente 0,8% são de sonoras de ministros. A média, por sua vez, é maior que a geral (12,7 segundos). Isso significa que apesar de aparecerem pouco ou de terem menos sonoras, os ministros falaram por mais tempo.

Em relação aos enquadramentos, 73,87% das sonoras foram apresentadas em quadros factuais. O restante está dividido entre os quadros de conflito (20,85%), jogo político (4,02%), moralidade (0,75%) e substancial (0,50%). As maiores sonoras, por sua vez, são aquelas enquadradas sob a ótica da moralidade, com uma média de 16 segundos por fala. Em seguida, as factuais apresentam uma média de 12,68 segundos, as substanciais de 12,5 segundos e as sonoras enquadradas como jogo político apresentam a média 11,125 segundos por fala. Estas três sonoras estão bem próximas à média geral (de 12,25 segundos). Já as menores sonoras são aquelas apresentadas sob a ótica do conflito, com um tempo aproximado de 10,8 segundos por fala. As sonoras de conflito, naturalmente, tendem a aparecer nas matérias enquadradas em modo de conflito.

Das sonoras enquadradas como factuais, a oposição detém 35,7% do total, enquanto que o governo e a situação têm 31,3%, os 'envolvidos' têm 29,9% e os 'outros atores' (como especialistas, procuradores, representantes do judiciário) têm 3,1%. A média de duração das sonoras proferidas pela oposição é a menor das quatro, de 12,3 segundos. A maior fica por conta dos grupos dos 'envolvidos' e 'outros atores', com uma média cada de 13,1 segundos por sonora. Já a média de duração das sonoras do governo e situação é similar à média geral factual (12,6 segundos por sonora).

Já quando consideramos as sonoras enquadradas como conflito, a situação muda um pouco. A oposição abocanha uma parcela muito maior das sonoras e se distancia dos demais grupos. No total, 53% das sonoras apresentadas em quadro de conflito pertencem à oposição. A média de duração das sonoras também é a maior: 11,5 segundos. O grupo da situação e governo, por sua vez, detém 28,9% do total de falas e uma média de 10,4 segundos por sonora. Esse distanciamento nos quadros de conflito entre oposição e situação é verificado nos demais casos analisados. Por último, os 'envolvidos' têm 16,9% das sonoras e os demais atores 1,2%. A menor média de duração das sonoras fica por conta dos 'envolvidos', com 9,4 segundos. O outro grupo apresenta a média de 10 segundos por sonora.

Das sonoras apresentadas em quadro de jogo político, por sua vez, a maioria fica com a situação e governo (56,25%), enquanto que a oposição fica com 43,75% do total. Entretanto, a média de duração das falas do governo é menor, de 10,4 segundos. A oposição tem uma média de 12,1 segundos.

A oposição também detém a maioria das falas apresentadas sob o quadro da moralidade. No total, são 66,7% das sonoras, enquanto que o grupo formado por 'outros atores' fica com os outros 33,3%. As sonoras têm a mesma média para os dois grupos: de 16 segundos.

As últimas sonoras são enquadradas como substanciais. Na verdade, foram somente duas sonoras, uma da oposição, de 10 segundos de duração, e outra de um especialista, com duração de 15 segundos.

Por fim, a última parte da análise relacionada com o caso Renan Calheiros diz respeito às passagens. No total, 120 aparições do repórter na matéria foram analisadas, entre aberturas, fechamentos e a passagem propriamente dita. As inserções ao vivo também foram consideradas nesta categoria. Todas estas aparições serão chamadas de passagens.

No total, foram dedicados 2758 segundos às passagens. O que dá uma média de 22,98 segundos de duração para cada uma. Assim como nas sonoras, as passagens também foram enquadradas conforme a análise do conteúdo. Como era de se esperar, a maioria foi apresentada sob a ótica do factual. Ao total, 73,4% do total de passagens acrescentavam novas informações, faziam uma espécie de resumo ou retrospectiva do caso, destacavam algum aspecto que o repórter considerava importante, entre outras coisas. A média de duração das passagens factuais foi de 23,25 segundos, tempo bem próximo da média geral.

Outros três quadros ainda apareceram na análise das passagens. Sete delas, ou 5,84% do total de passagens, ressalvam o conflito entre oposição e governo ou entre Renan e demais senadores. Expressões comuns em cobertura de conflitos, como "guerra", "bombardeio", "tropa de choque" são facilmente encontradas neste tipo de passagem. A média de duração de cada uma é de 18,85 segundos, a menor entre todas.

Ainda, uma passagem de 22 segundos foi enquadrada de modo substancial. Como era de se esperar, ela aparece na única matéria que também apresenta o quadro substancial.

Deixamos para o final aquela que mais nos surpreendeu. Vinte por cento do total de passagens do caso Renan Calheiros foram enquadradas sob o viés do jogo político. São passagens que ressaltam as estratégias políticas ou que interpretam situações e prevêem

possíveis resultados a partir das alianças realizadas, das votações, dos movimentos políticos em um caso como o de Renan (instalação do Conselho de Ética, arquivamento de processos, votações de cassação, renúncia, etc.). Estas passagens de jogo político também estão próximas da média geral com 23,25 segundos.

É importante ressaltar aqui que as passagens nem sempre determinaram o enquadramento dominante da matéria, inclusive porque há outros elementos como os *offs* e as sonoras. Mas é interessante constatar um número tão alto de passagens que ressaltam o jogo político. Nelas, o repórter se sente à vontade para fazer ou apresentar uma interpretação de modo totalmente explícito, ao invés de buscar a imparcialidade ou deixar essas previsões e interpretações para os entrevistados nas sonoras (como era de se esperar).

4.2. O caso dos Cartões Corporativos

Os cartões corporativos existem desde o governo de Fernando Henrique Cardoso e foram implantados para facilitar a transparência de gastos do governo. Seu uso é legal, desde que seja feito sem excessos e dentro das regras estabelecidas[23]. O problema é que durante o segundo mandato do presidente Lula as contas de alguns integrantes do governo chamaram a atenção por serem muito altas.

O caso dos Cartões Corporativos estourou no início de 2008. De acordo com as denúncias, os gastos com o cartão tinham dobrado de 2006 para 2007.

A primeira matéria foi veiculada pelo jornal O Estado de S. Paulo e trazia nomes de ministros e secretários do governo que estavam no topo do ranking com gastos no cartão. Entre eles se destacam: Matilde Ribeiro, secretária de especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Altemir Gregolin, secretário especial de Aquicultura e Pesca (depois oficializado ministro); e Orlando Silva, ministro dos Esportes.

De acordo com o jornal[24], Matilde gastou R$ 171,5 mil em 2007 com despesas de viagem, a exemplo de hotéis e restaurantes. Desse total, R$ 121,9 mil foram destinados somente ao aluguel de carros, sendo que todos foram pagos à mesma locadora de veículos. Como as contas de Matilde Ribeiro com o cartão corporativo extrapolavam a esfera do

---

[23] VER: Cartão corporativo amplia transparência e o controle das despesas na gestão pública, Portal do Ministério do Planejamento, Manual Cartão de Pagamento do Governo Federal.

[24] O escândalo dos cartões corporativos, Filgueiras, Sônia, e Entenda o que são os cartões corporativos do governo.

bom senso, ela acabou se tornando o primeiro alvo do escândalo. Sua média de gastos com o cartão corporativo era de R$ 14,3 mil mensais, quase quatro mil reais a mais que o seu salário na época (de R$ 10,7 mil).

Já Altemir Gregolin e Orlando Silva foram mais comedidos. Gregolin gastou R$ 22,6 mil com despesas de viagem em 2007 e Orlando Silva pagou cerca de R$ 20 mil com o cartão. Entre os gastos está uma tapioca em Brasília e faturas altas de restaurante.

Poucos dias após a primeira matéria sobre o caso, surgiram denúncias de irregularidades. A Controladoria-Geral da União e o Tribunal de Contas da União resolveram investigar. Assim, começavam os desdobramentos do escândalo que iria até junho de 2008.

Entre estes desdobramentos, está o caso do suposto "dossiê" sobre o uso dos cartões corporativos no governo de Fernando Henrique Cardoso. A responsabilidade do documento é da Casa Civil e ele foi executado pela então secretária-executiva da Casa, Erenice Guerra. De acordo com a ministra-chefe da época, Dilma Rousseff, o que estava sendo feito era, na verdade, um banco de dados de caráter oficial com estas informações. Como resultado, o caso ganhou novo fôlego. A ministra Dilma Rousseff foi convocada para depor, uma nova CPI dos Cartões Corporativos foi criada, outros envolvidos foram convocados, enfim, novos acontecimentos e denúncias estenderam o caso por mais dois meses.

Apesar da primeira matéria (aquela que daria origem ao escândalo dos Cartões Corporativos) ter sido publicada em 13 de janeiro de 2008, o Jornal Nacional veiculou somente no dia 25 do mesmo mês a sua primeira matéria sobre o caso. Uma nota, na verdade, em que dizia que o Ministério Público do Distrito Federal iria investigar os gastos com o cartão.

Das 114 edições do Jornal Nacional veiculadas entre os meses do noticiário de escândalo, 64 foram consideradas na análise. Ao total, foram exibidas 71 matérias sobre o caso, somando duas horas, trinta minutos e três segundos de noticiário. Assim como no caso Renan Calheiros, nos dois primeiros meses de escândalo há matérias quase que diariamente. Todo o material foi exibido entre os dias 25 de janeiro e 5 de junho de 2008.

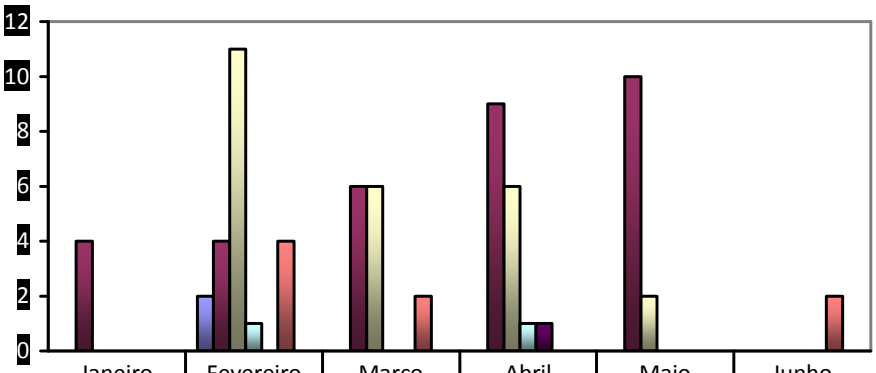
O mês de fevereiro é aquele em que se dá mais destaque à cobertura do caso. São vinte e duas matérias distribuídas em 18 edições. Com o andamento da história, o número

de matérias cai. Março apresenta uma média de uma matéria a cada dois dias. Em abril foram exibidas 17 matérias; em maio, doze e, em junho, somente duas.

As matérias do caso dos Cartões Corporativos duram em média dois minutos e sete segundos. Na comparação com o escândalo Renan Calheiros, o caso dos Cartões apresenta, além de um número menor, matérias mais curtas.

Das matérias veiculadas no noticiário de escândalo, 33 foram formuladas em termos de investigação, 25 de disputa política, 8 de consequência, 3 de ataque/defesa e 2 de denúncia. Uma diferença básica quando comparado com o caso de Renan é que há menos matérias de denúncias. O que pode ser explicado pelo fato de Jornal Nacional ter demorado a noticiar o caso. Conforme já dito, a primeira matéria foi publicada pelo Estadão em 13 de janeiro. No Jornal Nacional, o caso só apareceria 22 dias depois. No mais, assim como em Renan, houve mais notícia de investigação, seguida de perto pelas de disputa política e consequência.

No gráfico 3 é possível visualizar a distribuição das matérias por mês sob a ótica da formulação de problemas. É interessante notar que as matérias investigativas crescem ao longo dos meses e as de disputa política caem. Ao contrário do que ocorreu com o caso Renan, a instalação da CPI aconteceu logo no segundo mês de noticiário, o que explicaria um maior número de matérias formuladas em termos de disputa política neste mês de fevereiro. Além disso, o andamento da CPI e a descoberta de novos acontecimentos (o chamado “dossiê FHC”) surgiram em março, o terceiro mês do escândalo, o que acabou estimulando matérias formuladas de modo mais investigativo.

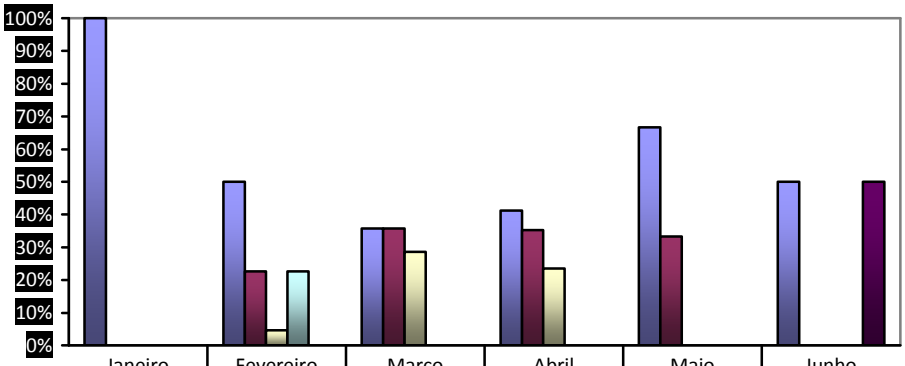


	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Denúncia	0	2	0	0	0	0
Investigação	4	4	6	9	10	0
Disputa política	0	11	6	6	2	0
Defesa	0	1	0	1	0	0
Ataque	0	0	0	1	0	0
Consequências	0	4	2	0	0	2

Denúncia Investigação Disputa política Defesa Ataque Consequências Acordo

Gráfico 3: Formulação de problemas por meses

Quanto aos enquadramentos, há uma forte semelhança entre os dois casos. Em Cartões, 78,9% das matérias analisadas apresentaram o quadro factual como único ou dominante; 12,7% apresentaram o de conflito como dominante; 7% o de jogo político e 1,4% o de impunidade. O quadro de responsabilidade apareceu na análise, mas não como dominante. Os quadros de frustração política, de moralidade e de substância não apareceram em qualquer momento.



	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Factual	100%	50%	35,70%	41,20%	66,70%	50%
Factual (dominante)	0	22,70%	35,70%	35,30%	33,30%	0
Conflito (dominante)	0	4,60%	28,60%	23,50%	0	0
Jopo político (dominante)	0	22,70%	0	0	0	0
Impunidade (dominante)	0	0	0	0	0	50%

Factual | Factual (dominante) | Conflito (dominante) | Jopo político (dominante) | Impunidade (dominante)

Gráfico 4: Distribuição mensal dos enquadramentos (%) utilizados

As matérias que apresentam como dominante o quadro factual têm 161,9 segundos de duração, a maior do escândalo. Logo em seguida estão aquelas de quadros de conflito dominantes com uma média de 151,5 segundos por matéria. As matérias de quadro de jogo político e factual estão na sequência, com uma duração média 112 e 105,9 segundos respectivamente. Por último, a única de impunidade dura 31 segundos – esta, uma nota lida pela apresentadora Fátima Bernardes sobre o desfecho do caso dos Cartões Corporativos.

A formulação do problema também foi considerada na análise de tempo. As matérias que apresentam maior média de duração estão formuladas em termos de ataque (217 segundos). Em seguida aparecem as matérias de defesa e disputa política, com respectivamente 160,5 e 140,8 segundos. Na sequência, estão as reportagens de formulação de denúncia, com 129,5 segundos, de investigação, com 129,2 segundos e de consequência, com 52,9 segundos.

Diferentemente do caso anterior, os primeiros envolvidos neste escândalo praticamente não deram declarações. O ministro Orlando Silva teve três sonoras, Matilde Ribeiro teve duas sonoras e Altemir Gregolin apenas uma. O campeão de sonoras deste escândalo foi o senador e líder do governo Romero Jucá (PMDB-RR). Vale ressaltar aqui a diferença entre os casos. Em Renan, o problema era primordialmente do PMDB. Claro que

o governo, por ser aliado, também foi envolvido, mas o foco era Renan e o PMDB. Neste escândalo não. O foco, nos dois momentos (cartões e "dossiê") sempre foi o governo e seus integrantes. É viável, assim, que aquele de maior número de sonoras seja o líder do governo no Senado.

Já o segundo lugar fica por conta de uma das envolvidas: a então ministra-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff. Apesar de ter cinco sonoras a menos que Romero Jucá, Dilma tem mais que o dobro de *soundbites*. Ela possui 14,8% do total de segundos de fala relacionados com o escândalo dos Cartões, contra 7,37% de Jucá. Além disso, Dilma também ganha dos demais na média de segundos por sonora. Uma porcentagem alta e bem acima das demais, lembrando, inclusive, a relação de Renan com os outros atores do escândalo anterior. A seguir, a tabela 2 mostra a lista dos onze primeiros colocados no ranking de sonoras (há um novo empate no número de sonoras entre o 10° e 11° lugar):

	Ator político	**Cargo/ Função**	**Nº de sonoras**	**Percentual de sonoras**	**Total de *soundbites* (segundos)**	**Média de segundos/sonora**
1°	Romero Jucá (PMDB-RR)	Senador e líder do governo	19	9,74%	196	10,31
2°	Dilma Rousseff	Ministra da Casa Civil	14	7,18%	394	28,14
3°	Álvaro Dias (PSDB-PR)	Senador	13	6,67%	180	13,84
4°	José Agripino Maia (DEM-RN)	Senador e líder do partido no Senado	12	6,15%	145	12,08
4°	Marisa Serrano (PSDB-MS)	Senadora e presidente da CPI dos Cartões	12	6,15%	140	11,67
6°	**Lula (PT-SP)**	**Presidente da República**	**8**	**4,1%**	**162**	**20,25**
6°	José Aparecido Nunes	Ex-Secretário de Controle Interno da Casa Civil	8	4,1%	123	15,37
6°	Arthur Virgílio (PSDB-AM)	Senador e líder do partido no Senado	8	4,1%	82	10,25
9°	Garibaldi Alves (PMDB-RN)	Senador e presidente da Casa	7	3,59%	78	11,14
10°	José Múcio Monteiro	Ministro das Relações Institucionais	6	3,07%	90	15
10°	Luiz Sérgio (PT-RJ)	Deputado e relator CPI dos Cartões	6	3,07%	78	13

Tabela 2: Relação das sonoras e atores políticos no caso dos Cartões Corporativos

Em uma primeira vista, um dado chama logo a atenção na tabela: mesmo não sendo um escândalo do Senado, dos onze atores, seis são senadores (sendo que quatro estão entre os cinco primeiros colocados). No caso Renan, a cota era bem maior, entretanto, se tratava de um caso do Senado, com o presidente da Casa. Como os principais envolvidos no

escândalo dos Cartões foram do executivo, era natural esperar mais representantes do governo e mais deputados no ranking, além, claro, do presidente Lula. A divisão não é igualitária: dos cinco que restaram, dois são envolvidos, um é o presidente, um é ministro e fala em nome do governo (afinal, ninguém quer se envolver em escândalo, muito menos Lula) e somente um é deputado.

Podemos ainda aumentar esse ranking. Na sequência temos o ministro da Controladoria Geral da União, Jorge Hage; o ministro da Justiça, Tarso Genro; o senador e presidente do PSDB, Sérgio Guerra (PSDB-PE); o assessor parlamentar, André Fernandes; a senadora e líder do PT na Casa, Ideli Salvati (PT-SC); o deputado e vice-líder do PPS na Câmara, Raul Jungmann (PPS-PE); o ministro dos Esportes, Orlando Silva; o deputado Índio da Costa (DEM-RJ); o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) e o senador e líder da minoria na Casa, Demóstenes Torres (DEM-GO).

A cota dos deputados aumenta quando consideradas as demais colocações no ranking de sonoras. Das dez posições seguintes (há um empate entre as últimas posições), três são ocupadas por eles. No fim das contas, se compararmos o total de senadores e de deputados que tem ao menos uma sonora no escândalo, a diferença é somente de um deputado a mais (13 senadores e 14 deputados falam no caso). Entretanto, quando comparamos o número de sonoras, a proporção é bem diferente. Os senadores têm 44,6% do total de sonoras, contra 14,3% dos deputados. Apesar do número de senadores ser bem menor, esse dado revela algo já constatado no escândalo anterior (o de Renan). Algo que foi considerado com ressalvas, devido ao fato do principal envolvido ser também o presidente da Casa, mas que no caso dos Cartões Corporativos é comprovado. Ou seja: também neste escândalo a Casa legislativa de maior destaque é o Senado. Apesar do número de senadores ser pequeno (pelo menos quando comparado com os 81 eleitos), eles detém quase a metade das sonoras proferidas durante o caso. Também possível constatar no escândalo de Renan que a maioria destes senadores ocupa uma função representativa, como líder de partido ou presidente de CPI. Dos nove senadores melhores colocados no ranking, Álvaro Dias é o único que não ocupa nenhuma função. Este, entretanto, apesar de ter feito declarações antes do caso do "dossiê", ganhou ainda mais visibilidade quando se descobriu que o seu assessor, André Fernandes, havia recebido o documento de José Aparecido Nunes.

Com os deputados a situação é um pouco diferente: dos quatro do ranking, dois ocupam cargos. E quando ampliamos o quadro, a proporção se mantém: cinco têm cargos,

quatro não e um é deputado estadual. Em relação a esse último dado, vale lembrar que o escândalo dos Cartões se estendeu para as esferas estaduais, como a de São Paulo. O governador do estado, inclusive, tem sua cota de sonoras também.

Se considerarmos os envolvidos diretamente no escândalo como pertencentes a uma única categoria, eles ocupariam um lugar entre os senadores e deputados. No total, são oito atores (inclusive a ministra Dilma Rousseff) que detêm 17,4% do total de sonoras do noticiário. Entre os vinte atores restante estão, além do presidente Lula, ministros do governo e do Supremo Tribunal Federal, procuradores, diretores (Abin e Senado), entre outros.

Por fim, os partidos políticos que têm maior cota através de representantes nas sonoras são: PSDB (cinco senadores e um deputado), PT (dois senadores e sete deputados), DEM (três senadores e dois deputados), PMDB (dois senadores), PSB (um senador), PSOL (dois deputados) e PPS e PTC (cada um com um deputado).

No que diz respeito aos *soundbites*, conforme já dito, quem apresenta maior número é a ministra Dilma Rousseff. Como ocupa o segundo lugar no ranking de sonoras e com um número tão alto de *soundbites*, sua média de segundos por sonora é, de longe, a mais alta dos três escândalos. Dilma tem uma média de 28,14 segundos por sonora, mais que o dobro da média de duração das sonoras do escândalo, de 13,6 segundos por sonora. A ministra já havia dado declarações antes de estourar o caso do "dossiê", mas sua visibilidade e *soundbites* aumentaram bastante depois dos novos acontecimentos.

Podemos ainda perceber que a média de duração das sonoras neste caso é maior do que as do caso Renan em 1,3 segundos. A cobertura do escândalo dos Cartões dura menos tempo, tem menos sonoras, menos atores, entretanto, as sonoras são maiores. Na verdade, foi constatado que as sonoras da ministra Dilma Rousseff desequilibram o total de *soundbites*. Inclusive, as três sonoras mais longas do escândalo pertencem a ela: na primeira, durante um minuto, Dilma falou à CPI dos Cartões sobre sua relação com a ditadura e com a democracia brasileira em resposta ao senador José Agripino (DEM-RN); nas outras duas, de 56 e 42 segundos, a ministra justifica a organização do banco de dados ou dossiê e se defende das acusações. Devido à média de duração de suas sonoras era natural esperar que pelo menos a mais demorada pertencesse a ela. Sem Dilma, a média neste escândalo seria de 12,5 segundos por sonora, um tempo bem próximo do caso Renan.

As médias de duração das sonoras dos demais atores oscilam em até dois segundos acima ou abaixo da média geral. A exceção é o presidente Lula. Como ator isolado, logo atrás de Dilma Rousseff em um ranking de *soundbites*, está Lula com uma média de 20,25 segundos por sonora (tempo que se aproxima do seu desempenho no escândalo de Renan). Apesar de ter apenas oito sonoras, o presidente detém 6,1% do total de *soundbites* relacionados com o caso dos Cartões Corporativos. Já o vice-presidente, José Alencar, não aparece em nenhum momento durante todo o escândalo, mesmo quando Lula estava fora do país. Inclusive, Lula chegou a ser entrevistado e questionado sobre o caso do "dossiê" quando estava em Haia. A ausência de Alencar no noticiário já foi constatada no estudo do caso anterior.

Ao observar a tabela 2, podemos perceber que mais da metade dos *soundbites* são atribuídos aos atores que aparecem no ranking de sonoras, assim como ocorreu no caso Renan. Para se ter uma ideia, os onze primeiros colocados somam 1668 segundos, ou seja, 62,8% do total de *soundbites* do escândalo dos Cartões. Já em uma divisão por grupos, os senadores têm mais *soundbites*: eles abocanham a fatia de 37,1% no total. Entretanto, vale a pena ressaltar que a média de duração das sonoras é de 11,3 segundos, tempo abaixo da média geral.

Outro grupo seria o dos 'envolvidos', que detém 24,5% do total de *soundbites*, logo atrás dos senadores. Já as sonoras desse grupo são mais longas e duram uma média de 19,1 segundos (as sonoras da ministra Dilma Rousseff foram contabilizadas como pertencentes a este grupo).

Os deputados integram o outro grupo que merece destaque. Apesar de guardar certa distância dos 'envolvidos', eles têm 12% do total de *soundbites* do escândalo dos Cartões Corporativos. A média de duração das sonoras, por sua vez, é bem próxima da dos senadores: 11,4 segundos por sonora.

Por fim, o último grupo a ser considerado é o dos ministros[25]. Eles estão logo atrás dos deputados, com 10,3% do total de *soundbites*. E assim como o segundo grupo, também a eles foi dado mais tempo de fala, com a média registrada de 14,4 segundos por sonora.

As poucas falas restantes (quinze ao todo) somam 202 segundos ou 7,6% do total de tempo dedicado às sonoras no escândalo. São de falas de ministros do Supremo ou de ocupantes ou ex-ocupantes de cargos do executivo, do legislativo e do judiciário.

---

[25] Este grupo, entretanto, não inclui aqueles ministros envolvidos com o escândalo, como Dilma Rousseff e Orlando Silva.

Sobre os enquadramentos das sonoras, 79,5% são enquadradas como factuais, 18,5% sob a ótica do conflito e somente 2% como jogo político. As maiores sonoras também foram apresentadas em quadros factuais. A média de duração destas sonoras é de 13,9 segundos. Em seguida, aparecem as de conflito, com 12,8 segundos de duração e, por fim, as de jogo político com 9,8 segundos. Este resultado do encurtamento dos *soundbites* está em consonância com estudos anteriores. Hallin (1994) já havia constatado que as notícias de abordagem de "corridas de cavalos" tinham os *soundbites* menores. Segundo o autor, uma possível explicação para esta relação é a dramaticidade associada à notícia que apresenta este tipo de cobertura. De acordo com Hallin, esta "estrutura de narrativa dramática" é importante e muito valorizada pelos programas da televisão moderna.

Das sonoras apresentadas em quadros de conflito, 55,5% foram proferidas pela oposição e 41,7% por representantes do governo e situação. Os 2,8% restantes foram desconsiderados. Estas sonoras são, na verdade, discussões mais acaloradas entre oposição e governo e é difícil distinguir as vozes que discutem (alguns falam ao mesmo tempo, inclusive). As médias das sonoras têm uma diferença de três segundos. As sonoras da oposição são mais curtas e duram em média 11,4 segundos. As da situação são maiores e têm em média 14,4 segundos. Dos atores, aquele que mais apresentou sonora de conflito foi o senador José Agripino Maia (DEM-RN), com a média de 10,3 segundos por sonora. O segundo foi Romero Jucá, com 11,4 segundos de média a cada sonora.

Já as sonoras de jogo político, por sua vez, foram dominadas por senadores e deputados da oposição. São sonoras curtas (conforme a média de 9,8 segundos) e que reclamam das alianças e estratégias partidárias (entre o governo e partidos afins) com o intuito de frear possíveis investigações.

Por fim, das sonoras enquadradas como factuais 40% foram dadas pela situação, 34,9% pela oposição, 21,9% pelos envolvidos e 3,2% por outros atores, como especialistas. Aqui é possível observar uma inversão entre a predominância da oposição e situação quando comparado este quadro com o de conflito. Já no que diz respeito às médias de duração das sonoras, as da oposição são menores, 11,8 segundos, enquanto que as da situação têm em média 12,9 segundos. Como era de se esperar, os envolvidos apresentam nas sonoras factuais as maiores médias (19,1 segundos por sonora), seguidos pelos especialistas, com 14 segundos por sonora.

As passagens das matérias compõem a última parte da análise do escândalo dos Cartões Corporativos. Diferentemente do caso anterior, quase não houve neste escândalo entradas ao vivo direto de Brasília. Ao que parece, as decisões políticas foram tomadas antes do fechamento das matérias. Entretanto, vale aqui ressaltar que o próprio desenrolar do escândalo de Renan favoreceu este tipo de passagem. Em vários momentos ocorreram reuniões que se estendiam no horário, assim como votações à noite. Por exemplo: o resultado da votação do pedido de cassação do mandato de Renan Calheiros foi noticiado ao vivo por Delis Ortiz. No caso dos Cartões Corporativos não houve a necessidade desse tipo de recurso.

No escândalo dos Cartões, ao total, foram analisadas 57 passagens com uma média de 19,6 segundos de duração. Elas foram apresentadas na sua maioria sob o quadro factual (77,2%), como era esperado, e sua média também é de 19,6 segundos. Outros dois quadros ainda foram encontrados na análise. Cerca de 7% das matérias apresentaram passagens de quadro de conflito, com uma média de 20,3 segundos, e 15,8% das passagens foram enquadradas como jogo político com média de 19,5 segundos. Assim como ocorreu em Renan, as passagens de jogo político são mais frequentes no escândalo que as de conflito. No geral, também neste escândalo constatamos que as passagens tendem a aparecer em matérias com mesmo enquadramento.

4.3. O caso José Sarney

No dia 28 de maio de 2009 foi veiculada uma matéria de denúncia contra o senador José Sarney (PMDB-AP), que havia admitido receber auxílio-moradia de modo indevido. A matéria era na verdade uma declaração do então presidente do Senado intercalada com as apresentações dos âncoras William Bonner e Fátima Bernardes. Este seria o primeiro dos erros administrativos ocorridos na Casa durante este período e que envolviam o senador Sarney. Doze dias após esta primeira denúncia, outra acontece: a descoberta de 300 atos secretos no Senado que deveriam ter sido publicados, mas não foram.

A primeira denúncia a respeito dos atos secretos foi feita pelo jornal O Estado de S. Paulo[26], no dia 9 de junho de 2009. Nela, alguns detalhes sobre favorecidos foram publicados, inclusive, um deles era neto de Sarney (a reportagem afirma que a exoneração

[26] VER: Colon, Leandro; Costa, Rosa.

de João Fernando Sarney, o neto, foi feita por ato secreto para evitar que se tornasse visível o fato do senador ter um parente não concursado trabalhando na Casa na época em que o Senado cumpria as medidas contra o nepotismo).

Em 10 de junho de 2009, o Jornal Nacional veiculou sua primeira matéria sobre o caso, que só seria encerrado no final do mês de agosto. Durante esse período, muitos atos secretos foram investigados, o que gerou novas denúncias, outros senadores foram associados com o escândalo, surgiram novas acusações envolvendo negócios e também familiares de Sarney, além do desdobramento 'Lina Vieira'.

Lina Vieira é ex-secretária da Receita Federal. Ela havia sido demitida em julho pelo ministro da economia, Guido Mantega, por conta de desentendimentos entre o governo e a Receita a respeito das investigações à Petrobras. Um mês depois, em 9 de agosto de 2009, Lina deu uma entrevista ao jornal Folha de S. Paulo onde afirmou que a ministra da Casa Civil Dilma Rousseff teria pedido em um encontro no Palácio do Planalto para que ela apressasse as investigações nas empresas da família de José Sarney. Lina Vieira entendeu que era para encerrar o caso. Dilma negou o encontro várias vezes, enquanto que Lina deu detalhes sobre o ocorrido. No fim, nada foi provado.

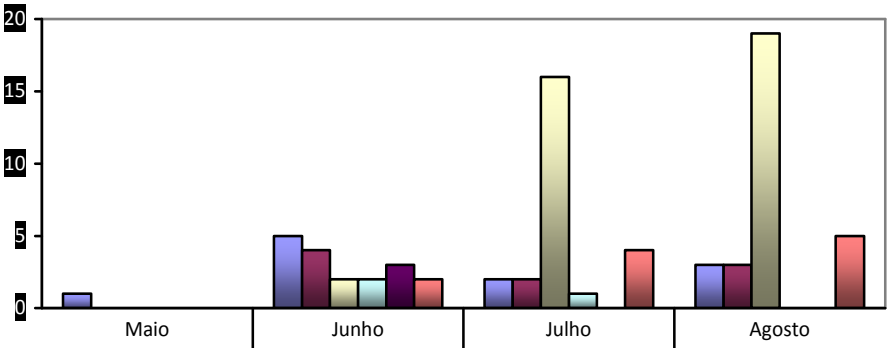
Do total de edições do Jornal Nacional que foram ao ar nos meses do escândalo, 57 integram a análise. Nelas, foram veiculadas 74 matérias sobre o caso, somando um total de duas horas, quarenta e nove minutos e cinquenta e sete segundos de noticiário de escândalo. A primeira matéria considerada na análise data de 25 de maio e a última de 27 de agosto de 2009.

A veiculação de matérias aumenta com o passar dos meses, diferentemente dos outros casos analisados. Em maio somente uma matéria foi considerada, conforme já mencionado. Em junho, foram veiculadas 18 matérias; em julho, 25; e, em agosto, 30 matérias sobre o caso. A frequência na exibição das matérias é quase que diária, considerando que o Jornal Nacional tem em média 26 edições por mês. Essa característica da cobertura no último mês de escândalo Sarney pode ser explicada com base nos acontecimentos que movimentaram agosto. Além do desfecho do escândalo, o caso 'Lina Vieira' movimentou o noticiário. Também ocorreram muitas discussões no senado, o que contribuiu para a continuidade da cobertura política do telejornal.

A média de duração das matérias do caso Sarney é de dois minutos e dezoito segundos, tempo situado entre as médias dos escândalos dos Cartões Corporativos e Renan Calheiros.

A formulação de problemas se deu do seguinte modo: trinta e sete matérias foram formuladas em termos de disputa política, onze como denúncia, onze como consequência, nove como investigação, três como defesa e três como ataque. O caso Sarney é o mais destoante dos três em relação à formulação de problemas. Primeiro, por enfatizar a disputa política. Claro que nossos senadores e o próprio presidente Lula contribuíram para isso, através de discussões acaloradas e declarações fortes, mas 50% do noticiário formulado em termos de disputa política é um valor bem acima daqueles encontrados nos outros dois escândalos.

O gráfico 5 relaciona a formulação de problema e os meses do escândalo. Como era de se esperar, o mês de junho tem maior número de denúncias, enquanto que as consequências aumentam em agosto. As matérias de disputa política crescem ao longo dos meses, mas de junho para julho elas dão um salto grande. Uma possível explicação para tal distanciamento se deve ao fato de que, em junho, o escândalo estava em outro momento: houve mais matérias de denúncia, surgiam novos fatos a todo o momento. Já em julho, o que se vê é conflito entre situação e oposição, com obstrução de pauta de votação, ameaças, bate-bocas, enfim. A CPI da Petrobras também contribuiu e muito para acirrar esse clima de disputa entre as partes.

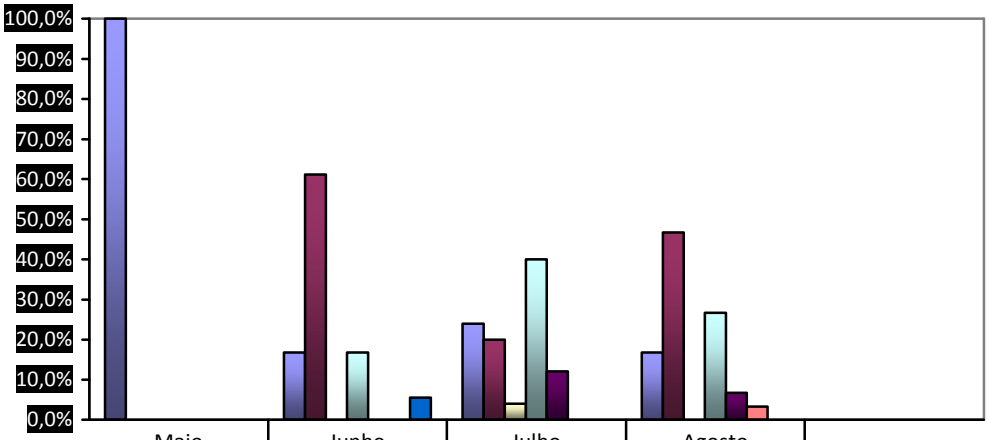


	Maio	Junho	Julho	Agosto
Denúncia	1	5	2	3
Investigação	0	4	2	3
Disputa política	0	2	16	19
Defesa	0	2	1	0
Ataque	0	3	0	0
Consequências	0	2	4	5

Denúncia Investigação Disputa política Defesa Ataque Consequências

Gráfico 5: Formulação de problemas por meses

Em relação aos enquadramentos das matérias, é possível constatar algumas semelhanças entre os três escândalos, mas o caso Sarney tem uma particularidade. Nele, uma porcentagem alta de matérias foi enquadrada como conflito. Ao todo, 60,9% das matérias apresentaram o quadro factual como único ou dominante; 29,7% apresentaram o de conflito como único ou dominante; 6,8% tiveram como quadro dominante o de jogo político; em 1,3% o quadro de moralidade foi dominante; e, por fim, 1,3% das matérias apresentaram o quadro de impunidade como dominante. Os quadros de responsabilidade e substancial apareceram na análise, mas não como quadros dominantes. Já o quadro de frustração política não apareceu em nenhuma matéria.



	Maio	Junho	Julho	Agosto
Factual	100,0%	16,7%	24,0%	16,7%
Factual (dominante)	-	61,1%	20,0%	46,7%
Conflito	-	-	4,0%	-
Conflito (dominante)	-	16,7%	40,0%	26,7%
Jopo político (dominante)	-	-	12,0%	6,7%
Impunidade (dominante)	-	-	-	3,30%
Moralidade (dominante)	-	5,50%	-	-

Factual | Factual (dominante) | Conflito | Conflito (dominante) | Jopo político (dominante) | Impunidade (dominante) | Moralidade (dominante)

Gráfico 6: Distribuição mensal dos enquadramentos (%) utilizados

As matérias que têm o enquadramento de conflito como dominante apresentam as maiores médias de duração, com 162 segundos. Na sequência estão aquelas de quadro factual e de jogo político dominante, com 156,8 segundos e 150,4 segundos respectivamente. Em seguida se encontram as matérias de quadros de moralidade dominantes, com 135 segundos de duração, e as de quadro de impunidade dominante, com

80 segundos. Por fim, estão aquelas que apresentam como único enquadramento o factual e o de conflito, com 72 segundos e 43 segundos respectivamente.

Quando consideramos a formulação do problema, por sua vez, as matérias de denúncia são maiores (159,7 segundos em média), seguidas de perto pelas de ataque (153,3 segundos). Na sequência temos as matérias formuladas em termos de disputa política (148,6 segundos), defesa (128,3 segundos), investigação (116,5 segundos) e, por último, de consequência (95,5 segundos).

Assim como ocorreu no caso Renan Calheiros, o principal envolvido no escândalo é também aquele que mais deu declarações. O senador José Sarney aparece na ponta do ranking com 23 sonoras ou 10,4% do total. Em relação aos *soundbites*, Sarney também está na frente: dos 3093 segundos de sonoras relacionados com o escândalo, 411 *soundbites* são do senador (ou 13,3%).

Logo atrás de Sarney está o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), com 15 sonoras. Virgílio aparece como principal opositor à Sarney, o que já justificaria sua presença na segunda colocação do ranking. Mas ele também guarda certo envolvimento com o caso, na medida em que se relacionou com Agaciel Maia (segundo as informações apresentadas pelo Jornal Nacional, em 2005, o senador tomou emprestado à Agaciel R$ 10 mil para cobrir despesas de uma viagem) e teve que dar explicações em Plenário. A tabela a seguir mostra a relação entre os atores e *soundbites* do caso Sarney.

	Ator político	Cargo/ Função	Nº de sonoras	Percentual de sonoras	Total de *soundbites* (segundos)	Média de segundos/sonora
1°	José Sarney (PMDB-AP)	Senador e presidente da Casa	23	10,4%	411	17,9
2°	Arthur Virgílio (PSDB-AM)	Senador e líder do partido na Casa	15	6,8%	200	13,4
3°	Aloizio Mercadante (PT-SP)	Senador e líder do partido na Casa	14	6,3%	200	14,3
4°	Álvaro Dias (PSDB-PR)	Senador e vice-líder do partido na Casa	12	5,4%	152	12,7
5°	**Lula (PT-SP)**	**Presidente da República**	**11**	**4,95%**	**248**	**22,5**
5°	José Agripino Maia (DEM-RN)	Senador e líder do partido na Casa	11	4,95%	137	12,45
5°	Cristovam Buarque (PDT-DF)	Senador	11	4,95%	134	12,2
8°	Lina Vieira	Ex-secretária da Receita Federal	10	4, 5%	175	17,5
8°	Heráclito Fortes (DEM-PI)	Senador e 1° secretário da Casa	10	4, 5%	90	9
10°	Pedro Simon (PMDB-RS)	Senador	9	4%	136	15,1

Tabela 3: Relação das sonoras e atores políticos no caso José Sarney

Ao observar a tabela, podemos perceber claramente a predominância dos senadores no caso, como se deu nos escândalos anteriores, principalmente no de Renan. Dos dez primeiros colocados no ranking de sonoras, somente dois atores não são senadores: o presidente Lula e a ex-secretária da Receita e envolvida no caso, Lina Vieira.

Se levarmos esse ranking até a vigésima posição teremos ainda mais representantes do Senado. Logo atrás de Pedro Simon, aparece o senador e líder do governo da Casa, Romero Jucá (PMDB-RR); na sequência temos o senador e presidente do Conselho de Ética, Paulo Duque (PMDB-RJ); o senador e vice-líder do partido, Wellington Salgado (PMDB-MG); o senador e presidente do PSDB, Sérgio Guerra (PSDB-PE); o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE); o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro; a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff; o senador e presidente do PMDB, Renan Calheiros (PMDB-AL); o senador Demóstenes Torres (DEM-GO); o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e o procurador do Tribunal de Contas da União, Marinus Marsico (houve um empate no número de sonoras entre as duas últimas posições).

Somente três deputados têm voz no escândalo de Sarney: o presidente do DEM, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com duas sonoras; o líder do DEM na Câmara, Ronaldo Caiado (DEM-GO), com duas sonoras; e o líder do governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS), com uma sonora. A soma delas corresponde a 2,25% do total de sonoras do escândalo. Quando comparados com os senadores, vemos com clareza o tamanho da diferença de cotas, algo já constatado nos casos anteriores. Primeiro, 31 senadores têm alguma fala durante o caso. E segundo que, somente os senadores, sem contar com o principal envolvido no escândalo, José Sarney, detêm 73,4% das sonoras proferidas durante este escândalo.

Assim também como ocorreu em 'Renan' e 'Cartões' é fácil notar que a maior parte daqueles que tem voz no Jornal Nacional ocupa, além do seu cargo, outra função representativa. Esse é o caso dos três deputados já mencionados e de dez senadores entre os quinze melhores colocados no ranking.

Se considerarmos os 'envolvidos' como um grupo político (como senadores e deputados), eles somam 16,6% do total de sonoras do escândalo. A menor média dos três escândalos, mas ainda próxima. É importante também considerar que neste caso há menos envolvidos que nos demais. No total, são quatro atores: José Sarney, Dilma Rousseff, Lina Vieira e Warley Soares, o motorista que levou Lina ao Planalto. À exceção de Lula, os

demais atores (um total de sete que ainda falam no escândalo) se dividem entre dez sonoras.

A relação dos partidos políticos com as sonoras também foi considerada. O PMDB é o partido com maior número de representantes (dez senadores, entre eles Sarney). Logo atrás vem o PT, com oito atores (sete senadores e um deputado); seguido pelo PSDB e DEM, cada um com cinco representantes (o PSDB tem cinco senadores; o DEM tem três e mais dois deputados). Por fim, os partidos menores também receberam alguma cota: PSB e PTB (cada um com dois senadores), PDT e PSOL (cada um com um senador).

Sobre os *soundbites*, a média de duração das sonoras no caso 'José Sarney' é de 14 segundos, tempo próximo ao caso dos Cartões Corporativos. Entretanto, ele diferente do caso anterior (com o desequilíbrio provocado pelo volume de *soundbites* de Dilma Rousseff na média das sonoras).

Sarney apresenta uma média alta, de 17,9 segundos por sonora, mas não à toa ele é o campeão de *soundbites* do escândalo. A outra envolvida no caso, Lina Vieira, também apresenta uma média alta e semelhante à de Sarney, de 17,5 segundos. Dilma Rousseff fica um pouco atrás, com uma média de 15 segundos.

As outras sonoras do ranking se aproximam da média geral, à exceção da de Heráclito Fortes (DEM-PI) que é quase cinco segundos abaixo e, claro, do presidente Lula, de 22,5 segundos (também a maior do escândalo). Lula, a propósito, tem em todos os três casos analisados uma média de duração de fala próxima dos 20 segundos, o que é bastante alta para os padrões do telejornalismo. Sozinho, ele tem 8% do total de *soundbites* do escândalo. A sonora mais longa do caso pertence a ele, inclusive. Durante 56 segundos, Lula critica a onda de denuncismo no Brasil (o presidente estava fora do país quando deu esta entrevista). O vice-presidente José Alencar, por sua vez, também não aparece neste escândalo.

Assim como constatamos nos dois outros casos analisados, neste escândalo os melhores colocados no ranking de sonoras detêm mais da metade dos *soundbites*. Somente os dez primeiros colocados possuem a larga fatia de 60,5% do total. Quando dividimos em grupos, o resultado também não surpreende: os senadores detêm 63,2% do total de *soundbites* do escândalo. A média de duração da sonora, entretanto, está abaixo da geral: 12,1 segundos.

O grupo dos ‘envolvidos’ está atrás dos senadores, mas bem à frente dos demais. No total, eles têm 20,3% dos *soundbites* do escândalo e uma média de duração da sonora alta, de 17,1 segundos. Essas sonoras mais longas estão em consonância com as do escândalo dos Cartões.

Os deputados compõem um terceiro grupo. Eles têm 2,3% do total de *soundbites* do escândalo e com a média de 14,4 segundos por sonora. Os ministros também aparecem com 2,4% e a menor média de duração das sonoras: de 10,4 segundos. Por fim, oito sonoras restantes de ministros do Supremo, especialistas, procuradores, entre outros, somam 3,8% do total dos *soundbites*. A média dessas sonoras é de 14,6 segundos.

Em relação aos enquadramentos das sonoras, vale destacar que nesse escândalo houve uma maior variedade de quadros, assim como ocorreu em ‘Renan’. Entretanto, seguindo a linha das matérias, aqui a quantidade de sonoras enquadradas como conflito é muito maior.

Assim como nos outros escândalos, a maioria das sonoras foi enquadrada como factual (43,7%). Mas, logo em seguida, aparecem as sonoras de conflito, com 41% do total. O resto das sonoras se divide entre os quadros de jogo político (5,8%), de moralidade (5,4%), de responsabilidade (2,7%), de impunidade (0,9%) e substancial (0,5%). Esta última, na verdade, é composta por uma única sonora de 28 segundos que integrou o noticiário.

À exceção da única sonora substancial de 28 segundos, a maior média de duração ficou com as sonoras enquadradas como factuais, com 14,3 segundos. As sonoras de conflito têm a segunda maior média, de 14,1 segundos. Em seguida, temos as sonoras de responsabilidade, com 13,8 segundos de média; as sonoras de jogo político, com 12,1 segundos; as de moralidade, com 12 segundos; e, por último, as sonoras de impunidade, com duração média de 10 segundos. As sonoras enquadradas como factuais, conflito e responsabilidade se aproximam da média geral. As demais estão de dois a quatro segundos abaixo.

Das sonoras enquadradas como factuais, 37,1% foram ditas por integrantes do governo ou da situação; 28,9% pelos envolvidos diretamente com o caso; 27,8% pela oposição; e apenas 6,2% pelo grupo dos demais atores. Como era esperado, os ‘envolvidos’ apresentam a maior média de duração de falas: 16,7 segundos. Já a menor fica

por conta da oposição (12,3 segundos por sonora). O governo e situação apresentam uma média de 14,2 segundo e os demais atores, de 13,2 segundos.

A inversão já constatada no caso anterior aparece também na análise deste caso. Quando consideradas as sonoras com quadros de conflito, 61,5% são da oposição, enquanto que menos da metade (29,7%) pertence ao governo e situação. O grupo formado pelos envolvidos fica com apenas 8,8%, mas em contrapartida tem um número alto de *soundbites*. Basta comparar as médias entre os três grupos: a oposição tem 14,6 segundos por sonora, a situação tem 11,9 segundos, e os envolvidos falam em média 18,6 segundos.

O governo também domina as sonoras de jogo político, com 61,5% do total. A média de duração das sonoras também é mais alta que a geral do quadro, com 13,2 segundos. Já a oposição tem 38,5% do total de sonoras de jogo político e 10,2 segundos de média de fala.

Das sonoras que apresentaram o quadro de moralidade, a oposição basicamente falou sozinha. Do total de sonoras enquadradas deste modo, 91,7% pertencem a este grupo. A média de duração de suas sonoras é de 12,2 segundos, tempo próximo da média geral do quadro. O outro grupo que aparece é aquele composto por atores diversos. Ele detém 8,3% do total das sonoras e uma média de 10 segundos.

A oposição também domina a parcela de sonoras enquadradas como responsabilidade (83,3%) e sua média de duração de sonora é de 13,4 segundos, semelhante à média geral do quadro. Já o governo tem apenas 16,7% das sonoras, mas elas têm uma média de 16 segundos.

Por fim, os dois últimos quadros: impunidade e substancial. Conforme já dito, a única sonora enquadrada como substancial tem 28 segundos e pertence a um representante do poder judiciário. Já as duas de impunidade, ambas foram ditas por senadores que faziam oposição a José Sarney, e têm uma média de 10 segundos.

A análise das passagens compõe a última parte do estudo sobre este escândalo. Assim como no caso dos Cartões Corporativos, praticamente não houve entradas ao vivo (enquanto que no caso Renan esta técnica foi bastante usada). No total, foram analisadas 62 passagens, em uma média de 23,25 segundos de duração, a maior dos três casos.

O caso Sarney guarda algumas diferenças com os outros casos. Primeiro, que a porcentagem das passagens de quadro factual foi bem menor, apesar de ainda ser alta. No

total, 53,2% das passagens foram enquadradas como factuais; 17,8% como jogo político; e 1,6% como impunidade.

O que mais nos surpreendeu, entretanto, foi o montante das passagens receberam o enquadramento de conflito: 27,4%. A média de passagens de conflito nos casos anteriores era de 6%, 7%. Esse valor pode ser explicado pela própria cobertura do escândalo. Primeiro, foi noticiado durante o caso um número maior de desentendimentos entre os senadores, o que favorece de algum modo (caso seja do interesse da empresa ou do repórter) a cobertura em termos de conflito. E, segundo, realmente houve mais matérias apresentadas em enquadramento de conflito no escândalo Sarney.

A média de duração das passagens de conflito é de 22,2 segundos, a menor dos quatro enquadramentos. A maior média fica por conta das passagens de jogo político, com 26,1 segundos, seguido pela passagem de impunidade, de 26 segundos, e, pela média das passagens de quadro factual, com 22,7 segundos.

4.4. A relação entre os três casos

Os três casos analisados guardam as suas diferenças. O primeiro deles, o de Renan Calheiros, é de longe o maior dos três: durou mais tempo, teve um maior número de matérias e de tempo dedicado, e tem início, meio e fim bem definidos. Além disso, é um caso centrado em Renan, o principal envolvido. A cobertura é mais focada no episódico, não à toa, este caso apresenta o maior número de matérias enquadradas de modo factual.

O segundo caso analisado é o dos Cartões Corporativos. Apesar de ter menos matérias dos três, ele dura mais tempo no noticiário do Jornal Nacional quando comparado com o caso Sarney. O escândalo dos Cartões é focado no poder executivo, afinal são os ministros do governo Lula os principais envolvidos. Até o desdobramento do escândalo envolve outro ministro, no caso, a então ministra-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff. Diferente dos demais escândalos analisados, em Cartões não há uma pessoa específica que gera o problema (no caso, Renan e Sarney), mas a questão é colocada como um problema do poder executivo. Outra diferença, talvez até em decorrência da primeira, é que os principais envolvidos não falam muito.

O caso José Sarney é o terceiro e último analisado. É o menor dos três quando considerado o período de tempo decorrido, mas tem mais matérias que o caso dos Cartões.

Esse escândalo se assemelha ao primeiro se considerarmos que ambos são focados em personalidades. Entretanto, ele se distingue dos demais em diversos aspectos da cobertura, inclusive pelo foco dado às matérias de conflito. Houve também neste escândalo um esforço maior na tentativa de manter o assunto na pauta. Por vezes, uma declaração mais forte de um lado da política pode provocar uma resposta do outro lado. Um bom exemplo é a sonora do presidente Lula sobre a oposição querer ganhar o Senado no "tapetão". O assunto acabou sendo prolongado, além, claro, de ter gerado respostas mais enfáticas por parte da oposição.

Apesar das diferenças, os três casos apresentam muito em comum, conforme veremos a seguir.

As matérias

A partir da análise do material, pudemos definir a média geral das matérias em cada um dos escândalos. O caso Renan Calheiros apresenta 145 segundos de duração média, o caso dos Cartões Corporativos tem média de 127 segundos e o caso Sarney tem 138 segundos. As médias são próximas, principalmente dos casos Renan e Sarney. Além de matérias menores, foi verificado que no escândalo dos Cartões houve mais notas lidas pelos apresentadores e que, quando consideradas em uma média, acabam por diminuir o tempo total. No caso dos Cartões, 19,7% das matérias relacionadas com o escândalo são, na verdade, notas lidas pelos âncoras, enquanto que essa porcentagem cai em mais da metade nos demais escândalos (9,2% em Renan e 9,5% em Sarney).

Quanto à formulação de problemas, há uma identificação entre os dois primeiros casos analisados no estudo, conforme podemos observar na tabela 4.

	Renan Calheiros	Cartões Corporativos	José Sarney
Investigação	40,3%	46,5%	12,2%
Disputa política	37,8%	35,2%	50%
Consequência	10,1%	11,3%	14,9%
Denúncia	8,4%	2,8%	14,9%
Acordo	1,7%	-	-
Defesa	0,85%	2,8%	4%
Ataque	0,85%	1,4%	4%

Tabela 4: Porcentagem de matérias por formulação de problemas nos casos Renan Calheiros, Cartões Corporativos e José Sarney

À exceção do noticiário formulado em termos de denúncia, algumas porcentagens no caso de Renan e Cartões são bem próximas, como as de investigação, disputa política, consequência e ataque. Já o caso Sarney destoa um pouco. Em relação a esta diferença, é possível que a ênfase na formulação problema como disputa política esteja relacionada diretamente com a cobertura de conflito adotada pelo telejornal durante o caso (conforme já explicitado anteriormente).

Entretanto, quando consideramos a formulação de problemas por meses, ou seja, no desenrolar do escândalo, há alguma similaridade entre os casos Renan e Sarney. Esse fato acaba por revelar características de tais casos. Em ambos, por exemplo, há denúncias durante o desenrolar da trama. Claro que essas denúncias são concentradas nos primeiros meses, mas o fato a ser destacado é que além de novos acontecimentos que marcaram a trajetória destes dois casos, as matérias foram formuladas seguindo esta linha. O que queremos dizer é, na verdade, que o escândalo nem sempre impõe à cobertura uma formulação de problema específica ou de enquadramentos adotados. O caso do 'dossiê FHC', por exemplo, no escândalo dos Cartões Corporativos foi formulado em termos de disputa política e não de denúncia, como poderíamos esperar.

Assim como as denúncias surgem primeiro, as matérias formuladas em termos de consequência se tornam mais frequentes na cobertura a partir da metade do escândalo, pelo menos nos casos Renan e Sarney.

Por sua vez, nas matérias formuladas em termos de disputa não encontramos um padrão. Em Cartões elas diminuem com o desenrolar do caso; já em Sarney elas aumentam e em Renan elas oscilam: ora aumentam, ora diminuem. Acreditamos que esse fato tem mais a ver com as características do próprio escândalo, ou seja, com as possibilidades de cobertura que cada escândalo oferece ao telejornal. O caso Sarney possibilitou bastante essa cobertura formulada em termos de disputa porque realmente houve muita disputa e desentendimento entre os senadores. Entretanto, constatou-se que, às vezes, a decisão de formular a matéria em disputa foi deliberada, ou seja, uma matéria que tinha como mote a investigação de um fato, por exemplo, acabava sendo formulada em disputa política. Em agosto foi veiculada uma matéria que tinha como pauta a revelação de quase 500 atos secretos. Entretanto, o foco acabou sendo a disputa entre o PT, Sarney e senadores da oposição.

Sobre a relação da formulação de problemas e o tempo ocupado na cobertura, a tabela 5 esclarece algumas questões. Comparando ainda com a tabela 4, podemos concluir que as matérias formuladas em termos de disputa política e ataque estão entre as três maiores de cada escândalo (nos casos 'Renan' e 'Sarney', as matérias de denúncias são as mais longas, enquanto que a de ataque é a maior no caso dos Cartões). Ainda podemos afirmar que nos três casos as matérias formuladas em termos de consequência são as menores. Acreditamos que isso pode ocorrer porque as matérias de consequência são mais diretas quanto ao assunto (contém menos interpretações) e aparecem bastante nas notas lidas pelos âncoras.

	Renan Calheiros	Cartões Corporativos	José Sarney
Investigação	39,9%	47,4%	10,3%
Disputa política	38,4%	39%	53,9%
Consequência	6,9%	4,7%	10,3%
Denúncia	11,3%	2,9%	17,2%
Acordo	1,6%	-	-
Defesa	0,8%	3,6%	3,8%
Ataque	1,1%	2,4%	4,5%

Tabela 5: Porcentagem de formulação de problemas por tempo (em segundos) ocupado no noticiário nos casos Renan Calheiros, Cartões Corporativos e José Sarney

Em relação aos enquadramentos das matérias, há uma forte relação entre os casos. Como podemos observar na tabela 6, os enquadramentos 'factual', 'conflito' e 'jogo político' têm praticamente a mesma proporção nos escândalos de Renan e Cartões. O de 'jogo político' também mantém a média no caso 'Sarney'. A grande diferença aqui está na relação dos enquadramentos de 'conflito' e 'factual' no escândalo de Sarney. A proporção entre os três casos seria mantida se cerca de 18% das matérias enquadradas como conflito no caso 'Sarney' passassem a ser factuais. O problema é que, como já dito anteriormente, a cobertura do caso foi centrada no conflito. Houve razões para isso, afinal, os senadores discutiram e se desentenderam bastante no desenrolar do escândalo. Mas nos perguntamos se será que também não houve uma quantidade similar de desentendimentos nos outros casos. Acreditamos que assim como na formulação do problema houve, por vezes, uma preferência no uso da disputa política, com os enquadramentos aconteceu o mesmo.

	Renan Calheiros	Cartões Corporativos	José Sarney
Factual (único	80,7%	78,9%	60,9%

ou dominante)			
Conflito (único ou dominante)	11,8%	12,7%	29,7%
Jogo político (dominante)	6,7%	7%	6,8%
Substancial (dominante)	0,9%	-	-
Impunidade	-	1,4%	1,3%
Moralidade (dominante)	-	-	1,3%

Tabela 6: Comparação dos enquadramentos dominantes utilizados nas matérias nos casos Renan Calheiros, Cartões Corporativos e José Sarney

Por fim, a comparação entre a duração das matérias nos escândalos evidencia outra coisa em comum: nos três, as matérias enquadradas como conflito ou factual dominante apresentam maior média. Estas informações respondem à questão de pesquisa QP3.

As sonoras

As médias de duração das sonoras nos três escândalos são próximas umas das outras. Em 'Renan', a média é de 12,25 segundos por sonora; em 'Cartões', de 13,6 segundos; e, em 'Sarney', de 14 segundos. Entretanto, pesquisas anteriores apontam médias menores. Em um dos mais importantes estudos sobre o assunto, Hallin (1994), após verificar o encurtamento dos *soundbites* durante a cobertura das eleições americanas, constatou uma média de 8,9 segundos por fala na eleição de 1988 (em 1968 a média era de 43,1 segundos). Já nas pesquisas nacionais, Porto (2007) demonstrou que a média de duração das falas dos atores políticos no Jornal Nacional era de 7,6 segundos. De acordo com o autor, esse estudo de 2007 também evidencia um encurtamento dos *soundbites*. Em 1995 e 1996, Porto realizou uma pesquisa sobre a cobertura de temas políticos, sociais e econômicos no Jornal Nacional e constatou uma média de duração das sonoras de 9,5 segundos. Por fim, em um estudo mais recente, Gomes (2009) demonstrou que a média de duração da sonora política no Jornal Nacional é de 12,9 segundos. Entretanto, o autor afirma que a "sonora típica" dura de nove a onze segundos.

As médias dos escândalos estão acima das mencionadas nos estudos, à exceção daquelas do caso 'Renan'. Entretanto, percebemos que há muitas sonoras longas durante a cobertura dos escândalos. E, de fato, essas sonoras de alguns atores políticos podem distorcer a média geral. Foi o que se verificou no caso dos Cartões, por exemplo, com Dilma Rousseff. Em uma análise dos *soundbites* foi ainda verificado que o ocorrido com

Dilma apenas reforça uma tendência do telejornal: as sonoras dos envolvidos nos escândalos tendem a ser maiores e, assim, a distorcer a média geral. Na tabela 7 podemos visualizar melhor a duração das sonoras por grupos.

	Renan Calheiros	Cartões Corporativos	José Sarney
Governo	12	13,1	13,3
Oposição	12,1	11,6	13,4
Envolvidos	12,6	19,1	17,1
Outros atores*	13,2	14	14,6

Tabela 7: Comparação da média de sonoras (em segundos) por grupos de atores nos casos Renan Calheiros, Cartões Corporativos e José Sarney
* Como especialistas, procuradores, presidentes de instituições, representantes do judiciário, etc.

Conforme podemos perceber, nos casos dos Cartões e de Sarney, a média dos envolvidos é muito maior que as demais. No caso de Renan, entretanto, não foi verificado esse aumento. Na verdade, a média de duração das sonoras do ator Renan Calheiros é ainda menor, de 12,2 segundos por sonora. Mas a média dos envolvidos é de 12,6, ou seja, os outros atores têm falas mais longas que as de Renan. É possível ainda afirmar que as falas de Renan diminuíram a média geral dos envolvidos. O impacto que as sonoras de Dilma causaram no aumento da média no caso dos Cartões, no de Renan ocorreu o inverso.

Ainda de olho na tabela, podemos verificar que há certa proximidade entre as outras médias dos grupos nos três casos. A diferença maior entre elas não chega nem a dois segundos (no grupo 'governo', a diferença da média do caso dos 'Cartões' para 'Sarney' é de 1,8 segundos). No mais, podemos ainda afirmar que as sonoras do 'outros atores' são maiores que as dos grupos 'governo' e 'oposição'. Aliás, a média de sonoras desses dois grupos é bem parecida.

Também foi constatado na pesquisa que a oposição tem mais sonoras que o governo nos três escândalos, com especial semelhança entre os casos 'Renan' e 'Cartões', conforme podemos ver na tabela 8. Outro ponto em comum é a porcentagem do grupo 'outros atores', bem próxima em todos os casos.

	Renan Calheiros	Cartões Corporativos*	José Sarney
Governo	31,4%	39,5%	32%
Oposição	**39,9%**	**40%**	**47,8%**
Envolvidos	25,6%	17,4%	16,6%

Outros atores**	3,1%	2,6%	3,6%

Tabela 8: Comparação do total de sonoras por grupos de atores nos casos Renan Calheiros, Cartões Corporativos e José Sarney
* Ficou de fora 0,5% de sonora correspondente a uma discussão entre senadores em que não foi possível distinguir quem fala e em que momento o faz. ** Como especialistas, procuradores, presidentes de instituições, representantes do judiciário, etc.

Como era de se esperar, os envolvidos no caso 'Renan' falam mais que nos outros casos. Mas aqui é importante ressaltar que o próprio Renan Calheiros detém 19,3% do total de sonoras do escândalo e, naturalmente, desequilibra a média. Há ainda uma semelhança na porcentagem de falas entre os envolvidos no caso 'Cartões' e 'Sarney'. A respeito das sonoras da oposição e governo em 'Cartões', a diferença é mínima. Uma possível explicação está no fato do governo ter mais voz (quando comparado com 'Renan' e 'Sarney') por conta da natureza do próprio caso: do escândalo ser do poder executivo.

Constatamos ainda que os atores que mais aparecem e falam nos casos são aqueles que, além de ocuparem o cargo de senador, deputado, etc., também acumulam uma função legislativa ou partidária, conforme já demonstrado nas análises de cada caso.

Já em relação à divisão de *soundbites* por cargos, os senadores são os mais visíveis. Apesar de aparecerem menos em 'Cartões', nos casos onde o foco é o Senado, eles têm uma porcentagem parecida e bem alta. Olhando a tabela 9, ainda podemos perceber a proximidade da porcentagem das sonoras dos envolvidos e do presidente (vale lembrar que em 'Renan', o vice-presidente José Alencar tem somente 0,3% do total de sonoras). Os envolvidos foram contabilizados novamente aqui por entender que eles não podiam ser considerados a partir de seus cargos. Renan Calheiros, por exemplo, não poderia entrar na cota de senador, mesmo sendo um, porque ele é o principal envolvido do escândalo. Caso ele fosse considerado como senador, os dados seriam distorcidos.

	Renan Calheiros	Cartões Corporativos*	José Sarney
Presidente/Vice	5,4%	6,1%	8%
Ministros	0,8%	10,3%	2,4%
Senadores	**60,2%**	**37,1%**	**63,2%**
Deputados	2,6%	12%	2,3%
Envolvidos	26,4%	24,5%	20,3%
Outros atores**	4,7%	8,2%	3,8%

Tabela 9: Comparação do total de *soundbites* por cargos nos casos Renan Calheiros, Cartões Corporativos e José Sarney
* Ficou de fora 0,7% do soundbite correspondente a uma discussão entre senadores em que não foi possível distinguir quem fala e em que momento o

faz. ** Como especialistas, procuradores, presidentes de instituições, representantes do judiciário, etc.

Os ministros falam mais no caso dos Cartões Corporativos, quando em comparação com os outros. Um dos motivos pode ser a ausência de Lula do noticiário. O presidente, neste escândalo, tem menos sonoras e menos *soundbites*. Afinal, quem quer ser relacionado com um escândalo? Ainda mais sendo o presidente da República quando o escândalo ocorre no executivo.

Os enquadramentos das sonoras já foram bastante discutidos nas seções específicas dos escândalos. Entre as constatações estão uma forte semelhança entre os casos Renan Calheiros e Cartões Corporativos. O caso 'Sarney' difere dos demais ao cobrir de forma intensa o noticiário de escândalo sob o quadro do conflito. Assim como ocorreu nas matérias, as sonoras também repercutem essa escolha da cobertura jornalística. A média de duração das sonoras por enquadramento também já foi discutida. Entretanto, vale a pena ainda destacar alguns aspectos.

Na relação entre os enquadramentos das sonoras com os grupos 'governo', 'oposição', 'envolvidos' e 'outros atores' foi constatado que assim como a 'oposição' tende a dominar as sonoras enquadradas como conflito, o mesmo acontece com o 'governo' e as sonoras dos quadros jogo político e factual. A exceção fica por conta do caso dos 'Cartões', onde só há quatro sonoras de quadro de jogo político e todas são da oposição (100%) e no caso 'Renan' a 'oposição' também tem a maioria das sonoras factuais (35,7%)[27]. Vale ainda ressaltar que as sonoras enquadradas sob a ótica da moralidade foram proferidas em sua maioria pela 'oposição' (66,7% de 'Renan' e 91,7% em 'Sarney') e o restante pelo grupo 'outros atores', ou seja, o 'governo' em algum momento deu declarações do cunho moralizante. Estas informações respondem às questões de pesquisa QP1 e QP2.

[27] A proporção é a seguinte: no quadro jogo político, em 'Renan', 56,25% são de sonoras proferidas pelo 'governo' e 43,75% pela 'oposição'; em 'Sarney', 61,5% são do 'governo' e 38,5% da 'oposição'. No quadro de conflito, em 'Renan' 28,9% são de sonoras do 'governo' e 53% da 'oposição; em 'Cartões', 41,7% são do 'governo' e 55,5% da 'oposição'; em 'Sarney', 29,7% são do 'governo' e 61,5% são da 'oposição'. Por fim, no quadro factual, em 'Cartões', 40% são do 'governo' e 34,8% da 'oposição'; e, em 'Sarney', 37,1% são do 'governo' e 27,8 da 'oposição'.

As passagens

As passagens analisadas nos escândalos apresentam algumas semelhanças. A primeira delas diz respeito à média de duração. Em 'Renan', esta ficou em aproximadamente 23 segundos; em 'Cartões', este número caiu para 19,6 segundos, mas ainda se manteve alto e próximo às anteriores; por fim, em 'Sarney', essa média sobe para 23,25 segundos.

Ao se comparar os três escândalos, algumas coisas em comum foram encontradas. Uma delas meio que era esperado: as passagens factuais dominam o noticiário. Entretanto, outras passagens mais interpretativas aparecem também. As passagens de jogo político, às quais o repórter ressalta as estratégias utilizadas (ou as que ele acha que serão usadas) pelos políticos aparecem com frequência nos três escândalos, em uma média relativamente próxima. Vejamos a tabela 10:

	Renan Calheiros	Cartões Corporativos	José Sarney
Factual	73,4%	77,2%	53,2%
Jogo político	20%	15,8%	17,8%
Conflito	5,84%	7%	27,4%
Substancial	0,84%	-	-
Impunidade	-	-	1,6%

Tabela 10: Comparação do total de passagens por quadros por cargos nos casos Renan Calheiros, Cartões Corporativos e José Sarney

Já as passagens de enquadramento de conflito são menos utilizadas pelos casos 'Renan' e 'Cartões'. Em contrapartida, elas aparecem com uma frequência alta no caso 'Sarney'. Esse fato parece reforçar o que já havia sido evidenciado anteriormente na análise dos enquadramentos das matérias e das sonoras sobre a cobertura de conflito do escândalo 'Sarney'.

Por fim, na relação entre enquadramento e duração das passagens, constatamos que nos casos 'Renan' e 'Sarney', aquelas de quadro de conflito tendem a ser menores, enquanto que as factuais e as de jogo político são mais longas. Nos casos dos 'Cartões', ocorreu o inverso.

CONCLUSÃO

O trabalho desenvolvido nesta dissertação permitiu examinar, discutir e aprofundar questões referentes ao noticiário televisivo de escândalo. O telejornal analisado foi o Jornal Nacional, por ser aquele de maior audiência no país. Foram escolhidos três escândalos para a análise: o de Renan Calheiros, ocorrido m 2007, o dos Cartões Corporativos, de 2008, e o de José Sarney/Senado, que aconteceu em 2009. O noticiário foi analisado tendo como base os enquadramentos utilizados pelo telejornal na apresentação de matérias, a visibilidade conferida aos atores políticos e os *soundbites*.

Os dois primeiros capítulos pretenderam apresentar e discutir as questões teóricas no qual este trabalho está assentado. No primeiro capítulo, nós discutimos a importância da transparência e da visibilidade pública para o Estado democrático, possibilitando a fiscalização deste por parte dos cidadãos. A existência de um Estado invisível favorece o ato de corrupção na administração pública. Em um estudo realizado pela Fundação Konrad-Adenauer (2000), os custos da corrupção foram analisados e nele foram destacadas as distorções provocadas pela corrupção, que pode abalar o Estado, o governo e a sociedade democrática. Essa transgressão, esse "fazer algo fora da regra", pode desencadear um caso escandaloso quando tornado público.

O processo de escândalo político, suas características e funcionamento também foram detalhados e discutidos no primeiro capítulo, assim como a relação destes escândalos com a democracia. Chaia e Teixeira (2001) argumentam que os escândalos políticos ganham um maior destaque na democracia, por esta ser um sistema político que torna mais visíveis os conflitos e onde a concorrência está presente. O processo de escândalo político foi amplificado com a comunicação de massa e formação de um campo do jornalismo, que por sua vez está associado a um campo industrial. Argumentamos que os critérios de noticiabilidade próprios do campo jornalístico aliados à indústria da informação e entretenimento constroem o noticiário de olho na audiência. Esta associação provoca um tipo de espetacularização dos fatos e isso interfere no funcionamento dos demais campos. No caso da esfera política, poucas alternativas restam para lidar com a comunicação de massa (em período não-eleitoral): ou adaptando-se à lógica do espetáculo ou como anunciante (GOMES, W., 2004).

Na relação dos escândalos com os meios de comunicação, a visibilidade massiva é fundamental. Para Thompson (2002), os escândalos midiáticos são compostos por

características midiáticas e a visibilidade tende a ser parte integrante deles. Com ela, os escândalos deixaram de ser localizados para se tornarem midiáticos perdendo, assim, a espacialidade e ganhando velocidade em sua veiculação. Todos os três casos analisados neste estudo são escândalos midiáticos. Além de apresentarem características discutidas, eles também apresentam uma estrutura sequencial, com começo, meio e fim.

Com a veiculação dos escândalos vários interesses estão em jogo, seja dos *media* (lucro, competição, *ethos* profissional, etc.) ou dos agentes políticos (com o favorecimento de imagem positiva sobre ele ou negativa sobre tal envolvido, etc.). Entretanto, no fim das contas, esta visibilidade conferida aos atores políticos é importante, assim como a apresentação e construção do noticiário pelos meios de comunicação. Entre os papeis desempenhados por eles na apresentação e construção das notícias estão: passar a informação, mediar os discursos e interpretar a realidade e oferecê-la através de narrativas e enquadramentos para a audiência (PORTO, 2007).

No segundo capítulo da dissertação discutimos estas questões da gramática televisiva, dos enquadramentos e dos *soundbites*. Neste meio de espetáculo, a televisão ocupa um lugar de destaque ao produzir narrativas dentro da lógica do entretenimento. Também a lógica da informação no mundo midiático pretende manter como audiência televisiva o consumidor de informação a partir do entretenimento. Não à toa, as notícias televisivas são organizadas como uma história, de modo a apresentar uma linha condutora (HALLIN, 1986). Porto (2007) ainda entende a televisão como um local de disputa entre setores e atores sociais pela interferência ou incorporação de enquadramentos interpretativos dominantes. Quando o assunto é política, diversos autores (CAPPELLA; JAMIESON, 1997; VALENTINO; BECKMANN; BUHR, 2001; HARDY; JAMIESON, 2005; GROSS; BREWER, 2007) constataram que o noticiário político é construído e enquadrado geralmente em modo de conflito. Estes autores reclamam da ênfase dada à disputa política no noticiário e da apresentação de informações em um tom de jogo político e de desentendimento. Segundo as pesquisas, estes enquadramentos provocam o cinismo político, o desinteresse dos cidadãos e a crença de que política é constituída somente como disputa, entre outros.

A outra base teórica dentro estudos de comunicação utilizada neste trabalho são os *soundbites*. Dois trabalhos foram discutidos neste capítulo: Wilson Gomes (2009) e Hallin (1994). Este último mostrou duas importantes conclusões. Primeiro, que os *soundbites* diminuíram com o tempo e, segundo, foi constatada a predominância da abordagem

“corrida de cavalos” em contraposição às “orientadas por questões substantivas” nas matérias sobre as campanhas. Além desta predominância, Hallin constatou que as notícias de abordagem de “corridas de cavalos” tinham os *soundbites* menores. Já o estudo de Wilson Gomes (2009) constatou que àqueles que ocupam um cargo institucional têm mais visibilidade no noticiário do Jornal Nacional.

No terceiro capítulo desta dissertação apresentamos a metodologia de trabalho. O *corpus* empírico foi justificado, assim como os enquadramentos utilizados. O noticiário político foi definido a partir do uso de palavras-chave referentes ao governo federal, como nomes de políticos e partidos. Em seguida, consideramos as matérias relacionadas com os escândalos trabalhados. Os enquadramentos utilizados foram: factuais, conflito, jogo político, impunidade, moralidade, responsabilidade, substanciais, interesse humano e frustração política, sendo que estes dois últimos foram desconsiderados após a análise prévia de um dos escândalos. Para medir a visibilidade dos atores políticos, utilizamos uma tabela com as matérias decupadas. Nesta tabela, identificamos quem fala, por quanto tempo, em que circunstância e o que fala. Todas as falas foram enquadradas.

No quarto e último capítulo, apresentamos a análise e relacionamos os resultados dos três escândalos. Neles foi constatada uma relação entre alguns enquadramentos e duração das sonoras. As sonoras enquadradas como factuais ficaram entre as duas mais longas nos três escândalos (todas ficaram também acima da média geral de duração das sonoras em cada caso) e as de jogo político ficaram entre as três menores. As sonoras enquadradas como substanciais também estão acima da média geral de duração das sonoras nos dois escândalos em que aparece (‘Renan’ e ‘Sarney’). Além disso, as sonoras enquadradas como jogo político têm médias semelhantes (11,125 segundos em ‘Renan’, 9,8 segundos em ‘Cartões’ e 12,1 segundos em ‘Sarney’), assim como as enquadradas como factuais (12,68 segundos em ‘Renan’, 13,9 segundos em ‘Cartões’ e 14,3 segundos em ‘Sarney’). As demais sonoras não apresentam relação aparente no que tange os enquadramentos e os *soundbites* quando comparamos os três escândalos. Estas informações confirmam moderadamente a hipótese do trabalho.

Sobre a cota de visibilidade, para aparecer no Jornal Nacional é importante ocupar um cargo institucional. Além do drama do escândalo e dos envolvidos, os que têm direito a fala são os líderes de partidos, líder do governo, presidente ou relator de comissões. Estes, se não estão envolvidos no escândalo, aparecem como os “moralizantes” e têm grandes chances de angariar alguma visibilidade positiva para sua imagem. Ou seja, são os lugares

de fala e não políticos em si que aparecem. Este resultado está em consonância com aqueles obtidos por Wilson Gomes (2009) acerca da "cobertura normal" do Jornal Nacional.

Em relação às matérias, há uma proximidade entre os dois primeiros casos analisados no estudo quanto à formulação de problemas. Os escândalos Renan Calheiros e Cartões Corporativos apresentam porcentagens de frequência próximas das matérias formuladas em termos de investigação (40,3% e 46,5%), disputa política (37,8% e 35,2%), consequência (10,1% e 11,3%), defesa (0,85% e 2,8%) e ataque (0,85% e 1,4%). O caso José Sarney/Senado, por sua vez, não se aproxima em termos de formulação de problemas dos outros dois escândalos, principalmente pelo fato de ter 50% das matérias do noticiário formuladas em termos de disputa política. Sobre os enquadramentos das matérias, há uma forte relação entre os três casos. Os escândalos de 'Renan' e 'Cartões' têm praticamente a mesma proporção dos enquadramentos 'factual' (80,7% e 78,9%), 'conflito' (11,8% e 12,7%) e 'jogo político' (6,7% e 7%). Em relação ao caso 'Sarney', a média do enquadramento de 'jogo político' (6,8%) é próxima, mas em relação dos enquadramentos de 'conflito' e 'factual', a proporção entre os três casos seria mantida somente se cerca de 18% das matérias enquadradas como conflito passassem a ser factuais. Sobre a relação da duração das matérias com o enquadramento dominante e com a formulação do problema, também foram encontradas algumas semelhanças. Na relação com o tempo de duração das matérias, aquelas formuladas em termos de disputa política e ataque estão entre as três maiores de cada escândalo (nos casos 'Renan' e 'Sarney', as matérias de denúncias são as mais longas – média de 195,5 segundos e 159,7 segundos, respectivamente –, enquanto que a de ataque é a maior no caso dos Cartões – 217 segundos). Ainda nos três casos as matérias formuladas em termos de consequência são as menores (média de 98,9 segundos em 'Renan', 52,9 segundos em 'Cartões' e 95,5 segundos em 'Sarney'). Já na comparação entre a duração das matérias nos escândalos e os enquadramentos, foi constatado que nos três as matérias enquadradas como conflito e factual dominante apresentam maior média. Estas informações acerca das matérias respondem as questões de pesquisa QP4 e QP5 (as questões de pesquisa QP1, QP2 e QP3 já foram respondidas no quarto capítulo).

Algumas semelhanças também foram encontradas nos três casos em relação às passagens. Primeiro, a média de duração é próxima nos três escândalos. Em 'Renan', a média é de 23 segundos, em 'Cartões' de 19,6 segundos e em 'Sarney', a média é de 23,25 segundos. Sobre os quadros, as passagens factuais dominam o noticiário, com uma

frequência média de 73,4% em ‘Renan’, 77,2% em ‘Cartões e 53,2% em ‘Sarney’. As de jogo político, por sua vez, apresentam uma frequência de aparição no noticiário bem próximas: 20% em ‘Renan’, 15,8% em ‘Cartões e 17,8% em ‘Sarney. Na relação entre enquadramento e duração das passagens, constatamos que nos casos ‘Renan’ e ‘Sarney’, as passagens apresentadas sob o enquadramento de conflito tendem a ser menores (média de 18,85 segundos e 22,2 segundos, respectivamente), enquanto que as factuais (média de 23,25 segundos e 22,7 segundos, respectivamente) e as de jogo político (média de 23,25 segundos e de 26,1 segundos, respectivamente) são mais longas. Nos casos dos ‘Cartões’, ocorreu o inverso (conflito tem uma média de 20,3 segundos, factual de 19,6 segundos e jogo político de 19,5 segundos). As médias das passagens de conflito, entretanto, são próximas nos três casos. Estas informações respondem a questão de pesquisa QP6.

Por fim, sabemos que o fato de se colocar luz ou de atribuir visibilidade em ações políticas traz ganhos democráticos. O risco que se corre é que, ao cobrir fatos negativos, ao expor para todos a corrupção e as crises existentes, isso implique em uma descrença nas atividades políticas. Entre as consequências, estudos apontam para o cinismo político, o desinteresse na política e a crença mais comum de que a política é basicamente constituída de jogo e conflito. Chaia (2004) ressalta que os aspectos positivos da política e projetos importantes devem ser divulgados com o objetivo de tornar essas atividades e instituições valorizadas, fazendo com que ocorram mudanças e transformações na cultura política brasileira.

Pesquisas futuras

Neste estudo não pudemos medir o impacto das notícias e seus enquadramentos sobre a audiência. O resultado desta última análise poderia ser bastante produtivo. Sendo assim, para pesquisas futuras, propomos a comparação da cobertura do Jornal Nacional – devido a toda sua importância no cenário comunicacional e político nacional – com a cobertura de outros telejornais e até com diferentes tipos de veículos, além de fazer um estudo de efeitos sobre a audiência. Além deste viés, estudos de priming integrados com estudos de agenda-setting e enquadramento também poderiam ser realizados. Há uma vasta bibliografia sobre este enfoque integrado que poderá ser aprofundada em outros trabalhos.

REFERÊNCIAS

ADATTO, Kiku. The Incredible Shrinking Sound Bite. **The New Republic**, 28 de maio, p. 20-23, 1990.

ALMEIDA, G. W. Lógica econômica na TV: o eventual papel político da TV. **Temas em Comunicação e Cultura Contemporâneas**, p. 31-44, 1998.

BARNHURST, K.; MUTZ, D. American journalism and the decline in event-centered reporting. **Journal of Communication**, 47(4), p. 27-52, 1997.

BARNHURST, K.; STEELE, C. Image bite news: The coverage of elections on U.S. television, 1968-1992. **Press/Politics**, 2(1), p. 40-58, 1997.

BARBERO, J. **De los medios a las mediaciones**: comunicación, cultura y hegemonía. Barcelona: Gustavo Gili, p. 229-300, 1987.

BEZERRA, M. O. Bases sociais da prática da corrupção no Brasil. **Série Antropologia**, 161, p. 1-36, 1994. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie161empdf.pdf>. Acesso em: 2009.

_____. Políticos, representação política e recursos públicos. **Horizontes Antropológicos**, 7, (15), Porto Alegre, p. 181-207, 2001.

BOBBIO, N. **O Futuro da Democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: UNESP, 2003.

BRYANT, Jennings; ZILLMANN, Dolf (org.). **Media Effects**: Advances in Theory and Research. 2nd edition. New York: Routledge, 2008.

CANDIDO, A.; ROSENFELD, A.; PRADO, DECIO DE A.; GOMES, PAULO E. S. A **Personagem de Ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1968.

CARTÃO corporativo amplia transparência e o controle das despesas na gestão pública. **Portal do Programa de Governo Eletrônico Brasileiro**. Disponível em:<http://www.governoeletronico.gov.br/noticias-e-eventos/noticias/serpropgenoticia.2007-04-15.5425074614>. Acesso em: maio de 2010.

CAPPELLA, J.; JAMIESON, K. **Spiral of Cynicism**: the press and the public good. New York: Oxford, 1997.

CHAIA, V. **Jornalismo e Política**: Escândalos e relações de poder na Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

CHAIA, V.; TEIXEIRA, M. A. Democracia e escândalos políticos. **São Paulo em Perspectiva**, 15 (4), p. 62-75, 2001.

CHO, Jaeho; ZUNIGA, Homero Gil de; SHAH, Dhavan V.; MCLEOD, Douglas M. Cue Convergence: Associative Effects on Social Intolerance. **Communication Research**, Vol. 33, n° 3, p. 136-154, 2006.

CHONG, D; DRUCKMAN, J. N. A Theory of Framing and Opinion Formation in Competitive Elite Environments. **Journal of Communication**, 57(1), p. 99-118, 2007.

COLON, Leandro; COSTA, Rosa. Senado acumula mais de 300 atos secretos para criar cargos. **O Estado de S. Paulo**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,senado-acumula-mais-de-300-atos-secretos-para-criar-cargos,385042,0.htm>. Acesso em: 2010.

COOK, T. **Governing with the news**: The news media as political institution. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

CONTI, M. S. **Notícias do planalto**: a imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COUTINHO, A. A. e MIGUEL, L. F. A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**, 12 (1), p. 97-123, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762007000100004&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 2009.

DALTON, R.J., BECK, P.A., HUCKFELDT, R., KOETZLE, W. A test of Media-Centered agenda setting: Newspapers Content and Public Interest in a Presidential election. **Political Communication**, 15(4), p. 463-481, 1998.

DRUCKMAN, J. On the limits of framing effects: who can frame? **The Journal of Politics**, 63 (4), p. 1041-1066, 2001a.

_____. Evaluating framing effects. **Journal of Economic Psychology**, 22, p. 91-101, 2001b.

EDGERTON, G.; ROSE, B. (eds.) **Thinking outside the box**: a contemporary television genre reader. Kentucky: The University Press of Kentucky, 2008.

EDELMAN, M. Constructing the political spectacle. Chicago: **University of Chicago Press**, 1988.

EMERIM, C. **O texto na reportagem de televisão**. Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

ENTENDA o que são os cartões corporativos do governo. **O Estado de S. Paulo**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,entenda-o-que-sao-os-cartoes-corporativos-do-governo,118092,0.htm>. Acesso em: 2010.

ENTMAN, Robert. Framing toward a clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, Oxford, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FECHINE, Yvana; LIMA, Luisa Abreu e. Por uma sintaxe do telejornal: uma proposta de ensino. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.263-275, dez. 2009.

FERREIRA, G. M. Apontamentos sobre as propriedades do campo de produção jornalístico. **Anais do XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Intercom. Rio de Janeiro. 1999.

FILGUEIRAS, Sônia. Secretária da Igualdade Racial é líder em gastos. **O Estado de S. Paulo**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080113/not_imp108570,0.php>. Acesso em: 2010.

FUNDAÇÃO KONRAD-ADENAUER. **Os custos da corrupção**. Cadernos Adenauer. São Paulo, 10, 2000. Disponível em: <http://www.empresalimpa.org.br/Arquivos/Os%20Custos%20da%20Corrup%C3%A7%C3%A3o.pdf#page=9>. Acesso em: 2009.

GAMSON, W. **Talking Politics**. New York: Cambridge University Press, 1996.

GANS, H. **Deciding what's news**. Illinois: Northwestern University Press, 2004.

GOMES, I. Questão de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise. **E-compós**, Brasília, vol. 2, p. 1-31, abr. 2007.

GOMES, I. (Org.). **Televisão e Realidade**. Salvador: EDUFBA, p. 175-222, 2009.

_____; GUTMANN, J.; SANTOS, T. Eles estão à solta, mas nós estamos correndo atrás: jornalismo e entretenimento no Custe o que Custar. **E-compós**, Brasília, vol.11, n.2, p. 1-15, maio/ago. 2008.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. Audioesfera política e visibilidade pública: soundbites, declarações narradas e menções dos atores políticos no Jornal Nacional. Artigo apresentado na V Jornada de Comunicação e Democracia, p. 152-168, 2008.

_____. Audioesfera política e visibilidade pública: os atores políticos no Jornal Nacional. In: GOMES, I. (Org.). **Televisão e Realidade**. Salvador: EDUFBA, p. 175-222, 2009.

_____. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009.

GOMES, Wilson.; MAIA, R. C. M. **Comunicação e democracia**: problemas & perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

GROSS, Kimberly; BREWER Paul R. Sore Losers: News Frames, Policy Debates, and Emotions. **Press/Politics**, 12(1), p. 122-133, 2007.

HAIDER-MARKEL, D.P.; JOSLYN, M.R. Gun Policy, Opinion, Tragedy, and Blame Attribution: The Conditional Influence of Issue Frames. **The Journal of Politics**, Volume 63, n° 2, pp. 520-543, may 2001.

HALLIN, D. We keep America on Top of the World. In: GITLIN, T. (org.) **Watching television**. New York, Pantheon Books, p. 9-41, 1986.

HALLIN, D. Soundbite news: television coverage of elections, 1968-1988. In: HALLIN, D. **We keep America on top of the world**: Television journalism and the public sphere. New York: Routledge, p. 133-152, 1994.

HELD, D. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

IYENGAR, Shanto. **Is anyone responsible?** How television frames political issues. Chicago: The University of Chicago Press, 1994 (paperback edition).

LOWRY, D. T., & SHIDLER, J. A. The biters and the bitten: An analysis of network TV news bias in campaign '92. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, 72, p. 33–44, 1995.

LOWRY, D. T., & SHIDLER, J. A. The sound bites, the biters, and the bitten: A two-campaign test of the anti-incumbent bias hypothesis in network TV news. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, 75, p. 719–729, 1998.

LULL, J.; HINERMAN, S. (orgs.). **Media Scandals**. New York: Columbia University Press, 1997.

MAIA, R.; DINIZ, A.; LEÃO, A. V.; SANTOS, D.; OLIVEIRA, V.; GUIMARÃES, V. Mídia e enquadramentos em ambientes competitivos: a troca pública de razões. 2008. Artigo apresentado na V Jornada de comunicação e Democracia.

MANUAL Cartão de Pagamento do Governo Federal. **Portal do Tesouro Nacional**. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/programacao_financeira/downloads/manual_cartao_pagamento.pdf>. Acesso em: 2010.

MARKOVITS, A.; SILVERSTEIN, M (orgs.). **The Politics of Scandal**: Power and Process in Liberal Democracies. New York: Holmes & Meier, 1988.

MCCOMBS, M.; LOPEZ-ESCOBAR, E.; LLAMAS, J.P.. Setting the agenda of attributes in the 1996 Spanish general election. **Journal of Communication**, Volume 50, n° 2, p. 77-92, 2000.

MCCOMBS, M.E., SHAW, D.L. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, Vol. 36 p.176-187, 1972.

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional: a notícia faz história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

MILL, J. S. **Considerações sobre o governo representativo**. Tradução de Débora Ginza e Rita de Cássia Gondim. São Paulo: Escala, 2006.

_____. **Ensaio sobre a liberdade**. Tradução de Rita de Cássia Gondim. São Paulo: Escala, 2006.

MITTELL, J. Television genres as cultural categories. In: MITTELL, J. **Genre and Television**: From Cop Shows to Cartoons in America Culture. New York: Routledge, p. 1-28, 2004.

_____. Audiences talk genres: talk shows and the intersections of taste and identity. In: MITTELL, J. **Genre and Television**: From Cop Shows to Cartoons in America Culture. New York: Routledge, p. 94-120, 2004.

NOVELAS bagunçam ibope do "JN". **Folha de S. Paulo**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0504201103.htm>. Acesso em: 2011.

O ESCÂNDALO dos cartões corporativos. **O Estado de S. Paulo**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/especiais/o-escandalo-dos-cartoes-corporativos,12154.htm>. Acesso em: 2010.

PENG, Zengjun. Framing the Anti-War Protests in the Global Village: A Comparative Study of Newspaper Coverage in Three Countries. **International Communication Gazette**, 70, p. 361-377, 2008.

PETER, Jochen; DE VREESE, Claes. Agenda-Rich, Agenda-Poor: A cross-national comparative investigation of nominal and thematic public agenda diversity. **International Journal of Public Opinion Research**, 15 (1), 44-64, 2003.

PRESIDENTE Lula é o brasileiro mais confiável, aponta pesquisa. **Folha Online**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u673412.shtml>. Acesso em: janeiro de 2010.

PORTAL do Ministério do Planejamento. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/noticia.asp?p=not&cod=374&cat=221&sec=22>. Acesso em: maio de 2010.

PORTO, Mauro P. **Televisão e política no Brasil**: a Rede Globo e as interpretações da audiência. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

PORTO, Mauro P. Enquadramentos da Mídia e Política. In: RUBIM, A. (org.) **Comunicação e Política**: conceitos e abordagens. Salvador, Edufba, p. 73-104, 2004

POSTMAN, N. **How to watch TV news**. New York: Penguin Books, 1992.

RIBEIRO, A. S. M. **Corrupção e controle na administração pública brasileira**. São Paulo: Atlas, 2004.

ROSA, M. **A era do escândalo**. São Paulo: Geração Editorial, 2008.

ROSÁRIO, N. Do talk show ao televisivo: mais espetáculo, menos informação. **Em Questão**, Porto Alegre, vol. 14, n. 2, p. 149-162, jul./dez. 2008.

RUBIM, A. (org.) **Comunicação e Política**: conceitos e abordagens. Salvador, Edufba, 2004.

SCHEUFELE, D. A. Framing as a theory of media effects. **Journal of Communication**, 49 (1), p. 101–120, 1999.

SCHUDSON, Michael. **Descobrindo a notícia**: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **The sociology of news**. New York: Norton & Co., 2003.

SILVA, F. Talk show: um gênero televisivo entre o jornalismo e o entretenimento. **E-compós**, Brasília, vol.12, n.1, p. 1-16, jan./abr. 2009.

SILVA, M. F. G. da. A economia política da corrupção. Publicado originalmente em **Estudos Econômicos da Construção** 2. 1996: 1-20. Disponível em: <http://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/1616/1/MFernandes1.pdf>. Acesso em: 2009.

STEELE, C.; BARNHURST, K.; The journalism of opinion: Network coverage in the U.S. presidential campaigns, 1968-1988. **Critical Studies in Mass Communication**, 13 (3), p. 187-209, 1996.

THOMPSON, J. B. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes. 2002.

VALENTINO, Nicholas A.; BECKMANN, Matthew N.; BUHR, Thomas A. A Spiral of Cynicism for Some: The Contingent Effects of Campaign News Frames on Participation and Confidence in Government. **Political Communication**, Volume 18 (4), p. 347–367, 2001.

VALVERDE, M. (org.). **As formas do sentido**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VIZEU, A.; PORCELLO, F.; COUTINHO, I. (orgs.). **60 Anos de Telejornalismo no Brasil**: História, Análise e Crítica. Florianópolis: Insular, 2010.

WAISBORD, S. Contando histórias de corrupção: narrativa de telenovela e moralidade populista no Caso Collorgate. **Comunicação&política**, v. 3, n° 2, 1996.

WEAVER, D. H. Thoughts on Agenda Setting, Framing, and Priming. **Journal of Communication**, 57(1), p. 142-147, 2007.

ZHOU, Xiang. Cultural dimensions and framing the internet in China: A Cross-Cultural Study of Newspapers' Coverage in Hong Kong, Singapore, the US and the UK. **The International Communication Gazette**, 70(2), p. 117-136, 2008.

APÊNDICE

Matérias

Escândalo x Enquadramento

Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Escandalo * Enquadramento	264	94,6%	15	5,4%	279	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	32,085(a)	16	,010
Likelihood Ratio	32,929	16	,008
Linear-by-Linear Association	8,274	1	,004
N of Valid Cases	264		

a 16 cells (59,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,27.

Enquadramento x Formulação

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	147,415(a)	48	,000
Likelihood Ratio	149,222	48	,000
Linear-by-Linear Association	40,240	1	,000
N of Valid Cases	264		

a 50 cells (79,4%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,01.

Escândalo x Formulação

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)

Pearson Chi-Square	31,558(a)	12	,002
Likelihood Ratio	35,584	12	,000
Linear-by-Linear Association	10,215	1	,001
N of Valid Cases	264		

a 9 cells (42,9%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,54.

Enquadramento x Formulação x Escândalo

Chi-Square Tests

Escandalo		Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Renan	Pearson Chi-Square	52,973(a)	24	,001
	Likelihood Ratio	56,583	24	,000
	Linear-by-Linear Association	10,699	1	,001
	N of Valid Cases	119		
Cartões	Pearson Chi-Square	56,598(b)	20	,000
	Likelihood Ratio	61,586	20	,000
	Linear-by-Linear Association	16,821	1	,000
	N of Valid Cases	71		
Sarney	Pearson Chi-Square	44,738(c)	30	,041
	Likelihood Ratio	44,611	30	,042
	Linear-by-Linear Association	7,639	1	,006
	N of Valid Cases	74		

a 28 cells (80,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,01.
b 26 cells (86,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,01.
c 39 cells (92,9%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,04.

Sonoras

Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Escandalo * Enquadramento	815	100,0%	0	,0%	815	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	100,585[a]	12	,000
Likelihood Ratio	99,796	12	,000
Linear-by-Linear Association	50,958	1	,000
N of Valid Cases	815		

a. 11 cells (52,4%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,48.

Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Enquadramento * Envolvimento	814	99,9%	1	,1%	815	100,0%

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	127,534[a]	18	,000
Likelihood Ratio	115,980	18	,000
Linear-by-Linear Association	46,283	1	,000
N of Valid Cases	814		

a. 15 cells (53,6%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,06.

Escândalo * Enquadramento

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	100,585[a]	12	,000
Likelihood Ratio	99,796	12	,000
Linear-by-Linear Association	50,958	1	,000
N of Valid Cases	815		

a. 11 cells (52,4%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,48.

Escândalo * Envolvimento

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	12,584[a]	6	,050
Likelihood Ratio	12,451	6	,053
Linear-by-Linear Association	6,675	1	,010
N of Valid Cases	814		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,96.

Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Enquadramento * Envolvimento * Escandalo	814	99,9%	1	,1%	815	100,0%

Chi-Square Tests

Escandalo		Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Renan	Pearson Chi-Square	45,558[a]	12	,000
	Likelihood Ratio	35,450	12	,000
	Linear-by-Linear Association	16,550	1	,000
	N of Valid Cases	398		
Cartões	Pearson Chi-Square	18,657[b]	6	,005
	Likelihood Ratio	26,646	6	,000
	Linear-by-Linear Association	10,225	1	,001
	N of Valid Cases	194		
Sarney	Pearson Chi-Square	80,269[c]	18	,000
	Likelihood Ratio	72,455	18	,000
	Linear-by-Linear Association	18,770	1	,000
	N of Valid Cases	222		

a. 11 cells (55,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,06.

b. 6 cells (50,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,10.

c. 20 cells (71,4%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,04.

Case Processing Summary

	Cases					
	Valid		Missing		Total	
	N	Percent	N	Percent	N	Percent
Envolvimento * Cargo político * Escandalo	811	99,5%	4	,5%	815	100,0%

Chi-Square Tests

Escandalo		Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Renan	Pearson Chi-Square	189,577[a]	15	,000
	Likelihood Ratio	152,111	15	,000
	Linear-by-Linear Association	,446	1	,504
	N of Valid Cases	398		
Cartões	Pearson Chi-Square	158,204[b]	18	,000
	Likelihood Ratio	178,345	18	,000
	Linear-by-Linear Association	14,675	1	,000
	N of Valid Cases	191		
Sarney	Pearson Chi-Square	160,931[c]	12	,000
	Likelihood Ratio	127,574	12	,000
	Linear-by-Linear Association	6,172	1	,013
	N of Valid Cases	222		

a. 16 cells (66,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,03.

b. 18 cells (64,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,05.

c. 13 cells (65,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,18.